



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL**

**LÚCIA TEREZA RIBEIRO DO ROSÁRIO**

**AGROEXTRATIVISMO E IMPACTOS DA VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ (*Euterpe  
Oleracea* Mart.) EM FAMÍLIAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO**

**MACAPÁ  
2022**

**LÚCIA TEREZA RIBEIRO DO ROSÁRIO**

**AGROEXTRATIVISMO E IMPACTOS DA VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ (*Euterpe  
Oleracea* Mart.) EM FAMÍLIAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação /  
Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade  
Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito parcial para  
a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento  
Regional.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento  
Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

**MACAPÁ  
2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

---

- R789 Rosário, Lúcia Tereza Ribeiro do.  
Agroextrativismo e impactos da valorização do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) em famílias do estuário amazônico / Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário. - 2022.  
1 recurso eletrônico 139. folhas.
- Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Mestrado em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2022.  
Orientador: Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
- Modo de acesso: World Wide Web.  
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).
1. Comunidades Agroextrativistas. 2. Açaí. 3. Campesinato. I. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 338.109811

---

ROSÁRIO, Tereza Ribeiro do. **Agroextrativismo e impactos da valorização do açaí (*Euterpe Oleracea Mart.*) em famílias do estuário amazônico**: Orientador: Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. 2022. 139. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

**LÚCIA TEREZA RIBEIRO DO ROSÁRIO**

**AGROEXTRATIVISMO E IMPACTOS DA VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ (*Euterpe  
Oleracea* Mart.) EM FAMÍLIAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO**

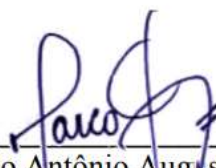
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação /  
Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade  
Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito parcial para  
a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento  
Regional.

**Banca Examinadora:**



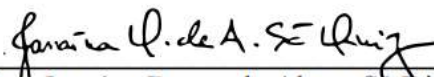
---

Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão  
Orientador – MDR/UNIFAP



---

Dr. Marco Antônio Augusto Chagas  
Examinador Titular Interno – MDR/UNIFAP



---

Dra. Janáina Deane de Abreu Sá Diniz  
Examinador Titular Externo – MADER/UnB

À minha mãe-avó Neca, matriarca de ramificações protagonizadas por mulheres: filhas, netas e bisnetas que honraram a sua existência, persistência e resistência.

Ao Mano Pedro Ramos, por sua voz forte e generosa na luta pelos direitos dos povos tradicionais da Amazônia.

## AGRADECIMENTOS

À Deus inicialmente. Em seguida, por aqueles que protagonizaram esta pesquisa: as mulheres e homens que carregam a ancestralidade campesina ribeirinha e agroextrativista, e sem os quais esse trabalho não se realizaria.

À Vanete e seu companheiro Sandoval que não mediram esforços para me conduzir numa rabeta pelos rios Vila Nova/Anauerapucu; ao Francisco da Ilha da Conceição que gentilmente colaborou com informações preciosas das Ilhas do Afuá; à Kátia e o Giovanhi do rio Maniva que ajudaram nas entrevistas e foram parceiros em todos os momentos.

Ao meu orientador, Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, por quem tenho um profundo respeito. Por ser referência na pesquisa sobre agroextrativismo, por seu comprometimento com as comunidades tradicionais do Amapá, pelo senso de humanidade.

Ao Aristóteles Viana, do Iepa, que fez parte da equipe do estudo realizado entre 1999/2000. Viana foi muito generoso ajudando na interpretação do banco de dados, colaborando no cruzamento das informações e trazendo sugestões valiosas que ajudaram a enriquecer o trabalho. Ao Amiraldo, também do Iepa, que construiu os mapas.

Ao Silas Mochiutti (in memoriam), cujo nome é lembrado com carinho e respeito no estuário amazônico pela sua contribuição ao manejo do açaí e por mostrar os caminhos da pesquisa.

A CAPES, pela bolsa para a realização da pesquisa. Aos colegas da turma 2019; à secretaria do MDR/UNIFAP, especialmente Aline e Monnya pela gentileza e atenção; aos professores por toda a aprendizagem e compromisso com o programa, especialmente ao Professor Marco Chagas pelas contribuições desde o projeto de pesquisa, sobretudo ao ressaltar importância da minha trajetória de vida na construção do trabalho.

À Professora Janaína Diniz, referência na pesquisa com a economia da sociobiodiversidade do Cerrado e da Amazônia. Gratidão pelas contribuições, troca e disponibilidade.

Aos amigos que sem saber prestaram auxílio psicológico: Carmozene, Denise, Filomena, Iracenir, Janaína, Laura, Luciano, Sheila e Vanuza.

Aos primos Ana e Manoel e às tias Doralice e Doraci cujas conversas sobre a vida ribeirinha possibilitou o resgate da nossa memória familiar e deu ânimo para seguir em frente, apesar dos percalços; à prima Maria José que persistiu e resistiu na luta diária que é viver na várzea, gratidão pelas preciosas informações.

Aos familiares da minha casa que conviveram comigo no período mais distópico de nossas vidas: a pandemia de Covid-19 e meu estresse durante todo o período da pesquisa, especialmente a minha irmã Sandra. À Luana, sobrinha amada que tanto me inspira.

À minha mãe Lúcia, que tantas vezes atravessou o Canal do Norte com meu avô arriscando a vida numa canoa à vela. Traziam o pouco da produção que os patrões concediam para a venda.

Ao companheiro Gilson, às desculpas pela ausência na presença. À filha Luciana, o ser mais incrível. Nenhum oceano foi entrave para demonstrar seu carinho, amorosidade, afeto, solidariedade, acolhimento, partilha e outras tantas virtudes da sua essência.

Por último, agradeço ao gatinho Yumie por me acompanhar nas madrugadas de trabalho.

## RESUMO

Nos últimos vinte anos, a comercialização do açaí proporcionou mudanças significativas no estuário amazônico. A compreensão dessas mudanças implica numa análise anterior a esse período, e na perspectiva dos sujeitos que fazem a extração do fruto. Diante dessas inquietações, o objetivo geral do estudo foi analisar e compreender as principais transformações socioeconômicas e ambientais provocadas pela valorização do açaí e seus efeitos para as famílias agroextrativistas do estuário amazônico. Para tanto, foi realizada uma análise comparativa em dois períodos, num espaço de vinte anos: no ano 2000, quando o fruto do açaí começava a se valorizar no mercado nacional, e em 2020, num cenário de crescente demanda e valorização nos mercados nacional e internacional, e quando as práticas de manejo são intensificadas. Quanto às técnicas de pesquisa e coleta de dados em campo, fez-se o uso de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. A área de estudo se concentra na várzea do estuário amazônico, especificamente nas ilhas do município de Afuá, Estado do Pará e costa do Amapá, compreendendo os municípios de Santana e Mazagão. Como resultados, a pesquisa revelou que o açaí representa 73,3% da renda bruta das famílias das Ilhas do Afuá-PA e 63,3% para as famílias da costa do Amapá. Em salários mínimos mensais, a renda bruta familiar saiu de 3,7 salários mínimos no ano 2000, para 5,4 salários mínimos em 2020. Na costa do Amapá saiu de 3,4 salários mínimos para 4,2 salários mínimos. Nos aspectos ambientais, a pesquisa demonstrou que as famílias entrevistadas têm conhecimento dos impactos relacionados à intensificação dos açaiçais em detrimento de outras espécies da floresta de várzea. O estudo mostrou a diversidade de papéis exercidos pelas mulheres na reprodução social da unidade familiar, o que não foi observado na pesquisa realizada em 2000. A autonomia de renda foi mais evidente para as mulheres da costa do Amapá, onde aparecem à frente de organizações sociais produtivas, onde elas aparecem como dirigentes e nos demais cargos diretivos. Quanto à alimentação, a melhoria na renda trouxe mudança nos hábitos alimentares. A pesquisa mostrou que 100% das famílias adquirem a sua alimentação em supermercados, a qual é complementada com a produção própria: roçado, pesca, criação de pequenos animais e o consumo diário de açaí.

**Palavras-Chave:** Comunidades Agroextrativistas. Açaí. Campesinato. Estuário Amazônico. Agroextrativismo.



## ABSTRACT

Over the past 20 years, the commercialization of açai created significant changes in the Amazon estuary. Understanding the extent of these changes requires an analysis of the previous period from the perspective of those who extract the berry. In view of these concerns, the primary goal of this study is to analyze and understand the significant socio-economic and environmental transformations caused by the growth of açai in the market and its effects on agroextractivist families in the Amazon estuary. In order to do so, a comparative analysis between two periods in the span of 20 years was carried out: looking at the year 2000, when açai started to grow in the national market, and in 2020, in a scenario of growing demand and worth in the national and international markets and as açai plantation management practices are intensified. As for the research techniques and data collection, structured and semi-structured interviews were carried out with agroextractivist families. The study area is located on the floodplain of the Amazon estuary, precisely on the islands of the municipality of Afuá, at the state of Pará, and the coast of Amapá, comprising the municipalities of Santana and Mazagão. The research showed that the sale of açai represents 73,3% of the gross income of the families in the islands in Afuá - PA and 63,3% of the families on the coast of Amapá. In terms of monthly minimum wage, gross family income went from 3,7 minimum wages in 2000 to 5,4 minimum wages. On the coast of Amapá, it went from 3,4 to 4,2 minimum wages. Regarding the environment, the research showed that the families interviewed are aware of the impacts associated with the intensification of açai plantations to the detriment of other species in the forest. The study showed the diversity in roles played by women in the social reproduction of the family unit, an aspect that was not considered in the research carried out in 2000. Income autonomy was more evident to the women on the coast of Amapá, where some of the women interviewed are the head of social and work organizations as managers and other executive positions. Regarding food, the income improvement brought a change in food habits: research showed that 100% of the families buy their food in supermarkets, enriching it with their own production: farming, fishing, raising small animals, and the daily consumption of açai.

**Keywords:** Agroextractivists communities. Açai. Peasantry. Amazon estuary. Agroextractivism.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

### **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Fotografia 1– Açaizal no ambiente da várzea estuarina .....	35
Fotografia 2 – Mulheres em mutirão cultivando plantas medicinais - Região A .....	66
Fotografia 3 – Mulheres fazendo a coleta de sementes oleaginosas - Região A .....	67
Fotografia 4 – Meios de transporte no estuário amazônico .....	81
Fotografia 5 – Tipo de moradia na várzea estuarina.....	82
Fotografia 6 – Bens de consumo duráveis proporcionados pelo uso da energia fotovoltaica na Região A .....	88
Fotografia 7 – Água tratada e presença de conexão de internet sem fio, proporcionada pelo acesso à energia fotovoltaica na Região A .....	88

### **LISTA DE ESQUEMAS**

Esquema 1 – Formas ou canais de comercialização do açaí .....	75
Esquema 2 – Aspectos da qualidade de vida .....	79

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Estuário amazônico .....	33
Mapa 2 – Mapa da localização da área de estudo .....	41

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Tipo de atendimento em caso de doença na família - Região A (2000-2020) .....	53
Gráfico 2 – Tipo de atendimento em caso de doença na família - Região B (2000-2020) .....	54
Gráfico 3 – Busca por atendimento à saúde nos casos mais graves - Região A (2000-2020) ....	55
Gráfico 4 – Busca por atendimento à saúde nos casos mais graves - Região B (2000-2020) ....	56
Gráfico 5 – Utilização de plantas medicinais e remédios caseiros contra a Covid-19 .....	58
Gráfico 6 – Condição das atividades dos familiares na faixa etária de 15 a 29 anos em 2020 ....	60
Gráfico 7 – Comercialização da produção em 2020 (Regiões A e B) .....	74
Gráfico 8 – Periodicidade da venda de açaí em 2020 (Regiões A e B) .....	77
Gráfico 9 – Se possui energia elétrica - Percentual por área em 2000 .....	86
Gráfico 10 – Origem dos alimentos consumidos pelas famílias .....	103

Gráfico 11 – Percentual de alimentos comprados fora da comunidade .....	104
Gráfico 12 – Percentual da renda gasto com alimentação/mês .....	105

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Definição da amostra de 2020 .....	40
Quadro 2 – Assentamentos Agroextrativistas na área de estudo .....	43
Quadro 3 – Principais plantas e remédios naturais usados com maior frequência (Regiões A e B) .....	56
Quadro 4 – Principais plantas e remédios naturais utilizados contra a Covid-19 .....	58
Quadro 5 – Principais espécies de peixe nas áreas de estudo .....	94
Quadro 6 – Principais espécies arbóreas desaparecidas ou com menor ocorrência nas áreas de estudo .....	110

### **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Naturalidade e tempo de permanência na área de estudo em 2000 .....	46
Tabela 2 - Naturalidade e tempo de permanência na área de estudo em 2020 .....	47
Tabela 3 – Idade dos produtores entrevistados por faixa etária em 2000 .....	47
Tabela 4 – Idade dos produtores entrevistados por faixa etária em 2020.....	48
Tabela 5 – Faixa etária dos familiares – Frequência relativa e participação percentual por gênero em 2000 .....	49
Tabela 6 – Faixa etária dos familiares – Frequência relativa e participação percentual por gênero em 2020.....	49
Tabela 7 – Escolaridade dos produtores entrevistados (2000-2020) .....	51
Tabela 8 – Escolaridade da Unidade familiar (2000-2020) .....	52
Tabela 9 - Participação em organizações sociais nas áreas de estudo (2000-2020) .....	62
Tabela 10 - Participação das mulheres nas decisões .....	65
Tabela 11 – Outras atividades produtivas e participação dos homens .....	68
Tabela 12 - Mão de obra na produção de açaí (2000-2020) .....	71
Tabela 13 - Produção de açaí - Média de sacas por família (2000-2020) .....	72
Tabela 14 - Preço médio do açaí em sacas (2000-2020) .....	76
Tabela 15 – Quantidade média do açaí para venda e consumo em sacas (2000-2020) .....	76
Tabela 16 – Frequência relativa de posse de bens duráveis pelos produtores em 2000 .....	80
Tabela 17 – Frequência relativa de posse de bens duráveis em 2020 .....	81

Tabela 18 – Tipo de Moradia (2000-2020) .....	83
Tabela 19 – Aspectos Sanitários em 2000 .....	84
Tabela 20 – Aspectos Sanitários em 2020 .....	84
Tabela 21 – Fonte Geradora de Energia Elétrica (2000-2020) .....	86
Tabela 22 – Quantidade, venda e consumo de limão em 2000 e 2020 (Média de Kg Por família) .....	91
Tabela 23 – Quantidade, venda e consumo de banana em 2000 e 2020 (Kg por família) .....	92
Tabela 24 – Quantidade, venda e consumo de camarão em 2000 e 2020 (média Kg/família) .....	93
Tabela 25 – Quantidade, venda e consumo de peixes em 2000 e 2020 (média kg/família) .....	94
Tabela 26 – Quantidade, venda e consumo de suínos em 2000 e 2020 (média kg/família) .....	95
Tabela 27 - Participação na Renda Bruta Familiar Anual (Região A) .....	99
Tabela 28 - Participação na Renda Bruta Familiar Anual (Região B) .....	99
Tabela 29 – Formação da Renda Bruta em Reais (Região A) .....	101
Tabela 30 – Formação da Renda Bruta em Reais (Região B) .....	102
Tabela 31 – Participação percentual da renda monetária e do autoconsumo na composição da Renda Bruta Familiar nas Regiões A e B (2000-2020) .....	106

## LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Documento de Aptidão ao PRONAF
EMBRAPA	Empresa de Pesquisa Agropecuária
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FAE	Fórum de Articulação para o Manejo Florestal no Estuário do Rio Amazonas
FASE	Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAM	Produção Agrícola Municipal
PEVS	Produção da Extração Vegetal, da Silvicultura
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Política Nacional de Reforma Agrária
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RESEX	Reserva Extrativista
SIN	Sistema Integrado Nacional
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>CAMPESINATO E AGROEXTRATIVISMO NA VÁRZEA ESTUARINA .....</b>	<b>22</b>
2.1	PRINCIPAIS CONCEPÇÕES SOBRE O CAMPESINATO .....	22
2.2	O CAMPESINATO NO BRASIL .....	25
2.3	O CAMPESINATO AMAZÔNICO DA VÁRZEA ESTUARINA .....	28
<b>3</b>	<b>O AÇAÍ NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE AMAZÔNICA .....</b>	<b>32</b>
3.1	O AMBIENTE DA VÁRZEA ESTUARINA .....	32
3.2	OS AÇAIZAIS DA VÁRZEA ESTUARINA .....	34
3.3	O AÇAÍ COMO VALOR DE USO E DE TROCA .....	36
<b>4</b>	<b>PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO DE VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ E SEUS EFEITOS PARA AS FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO .....</b>	<b>38</b>
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	38
4.2	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	40
4.3	CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA ÁREA DE ESTUDO .....	43
4.4	CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA .....	47
4.4.1	Faixa etária .....	47
4.4.2	Escolaridade .....	50
4.4.3	Saúde e Uso de Plantas Medicinais .....	52
4.4.4	Juventude .....	59
4.4.5	Organização Social .....	61
4.4.6	Mulheres .....	63
4.5	DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ NAS ÁREAS DE ESTUDO	70
4.6	EFEITOS DA VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ PARA AS FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO .....	77
4.6.1	Qualidade de vida como medida de transformação na reprodução socioeconômica .....	78
4.6.2	Aquisição de bens de consumo duráveis .....	79
4.6.3	Qualidade da moradia .....	82
4.6.4	Aspectos Sanitários .....	83

4.6.5	Energia Elétrica .....	84
4.6.6	Nível de Renda Familiar .....	89
4.6.6.1	Renda da produção rural agroextrativista .....	89
4.6.6.1.1	Agricultura .....	90
4.6.6.1.2	Pesca .....	92
4.6.6.1.3	Criação de animais .....	95
4.6.6.1.4	Extrativismo Vegetal .....	95
4.6.6.2	Renda de outras atividades remuneradas .....	97
4.6.6.3	Renda de Transferências Governamentais .....	97
4.7	ANÁLISE DOS EFEITOS DA VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ E DE OUTRAS RENDAS NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS UNIDADES FAMILIARES AGROEXTRATIVISTAS .....	98
4.8	ALIMENTAÇÃO .....	102
4.9	ASPECTOS AMBIENTAIS .....	107
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>112</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>
	<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>127</b>
	<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>136</b>
	<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

O consumo do açaí na Amazônia remonta à era pré-colombiana (LEVIS et al., 2017) e, como na música, tem “o dom de ser muito, onde muitos não tem nada<sup>1</sup>”. Está presente na história, na cultura e no cotidiano das famílias do estuário amazônico. É a base de sua alimentação e fonte de renda.

Poeticamente, o açaí “se entrega ao uso social sem limites na sociedade estuarina; se deixa usar de forma plena, absoluta. Se coloca no meio da floresta, nas margens de rios, igarapés, igapós, furos” (PONTE, 2013, p.26). Do “açaí do bebe<sup>2</sup>” como valor de uso ao açaí comercial enquanto valor de troca, sua valorização nos últimos vinte anos impactou as famílias da várzea estuarina e tem sido o *locus* de diferentes pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

O açaí se reinventa e ressignifica as relações sociais e econômicas do seu entorno, o que estimula a responder lacunas acerca dos sujeitos centrais envolvidos na sua trajetória de valorização: as famílias ribeirinhas que fazem a extração do fruto. Sujeitos cuja formação histórica remonta as atividades agrícolas e de coleta praticadas por antigas sociedades indígenas.

O açaí compreende a demanda de vários agentes econômicos: diversas tipologias de intermediação, processadores da indústria alimentícia, comércio de varejo, e outros segmentos. Se destaca na indústria cosmética, nutracêutica, entre outras, o que evidencia a produção crescente do fruto.

De modo geral, a valorização do fruto do açaí no mercado nacional e internacional proporcionou mudanças socioeconômicas e ambientais significativas, não somente no sistema produtivo, mas também na vida das famílias. A compreensão dessas transformações, portanto, deve passar por uma análise na perspectiva dos sujeitos que são protagonistas nesse processo.

Acerca das pesquisas socioeconômicas sobre o açaí, identificou-se uma intensa produção acadêmica. Na maioria das vezes são análises da demanda, com enfoque quantitativo sobre produção, consumo e comercialização (NOGUEIRA et al., 2013; TAVARES; HOMMA,

---

<sup>1</sup> CHAVES, Nilson. Música Sabor açaí. Composição de Nilson Chaves e João Gomes. Disponível em <https://www.letras.mus.br/nilson-chaves/217034/>. Acesso em 12 mai. 2020.

<sup>2</sup> Para as famílias agroextrativistas do estuário amazônico, o “açaí do bebe” é colhido no quintal ou nos arredores da casa. É considerado um açaí “especial” e reservado para o consumo da família.



2015; BEZERRA et al., 2016; TAVARES et al., 2017) e sobre a cadeia produtiva de um modo geral (IPEA, 2015; CARVALHO, 2017; BARRETO; CAMPOS, 2018; LOPES et al. 2021).

Contudo, observou-se uma lacuna sobre estudos que revelem os efeitos da valorização do açaí, desde o começo da sua valorização no mercado até a década atual, correlacionando com os sujeitos que fazem a extração do fruto, em períodos mais longos de análise. A maioria dos estudos se referem a períodos curtos de análise, sobretudo quando o açaí já havia se valorizado no mercado (MARINHO, 2005; SOARES, 2008).

Ademais, no decorrer das duas últimas décadas, evidenciaram-se três momentos importantes na história dos açazais do estuário amazônico. Primeiro, no início dos anos 2000, com a ameaça de extinção da espécie, dada a extração desordenada do palmito. Segundo, com a expansão da base produtiva do açaí nos anos de 1970 e 1980 que permitiu na década seguinte a sua expansão para o mercado internacional, ocasionando transformações significativas para a economia da região (BRONDIZIO (2021), de modo particular, para as famílias agroextrativistas que atuam na base da cadeia do açaí. Terceiro, quando a intensa demanda pela polpa do fruto no mercado provoca o adensamento dos açazais, com riscos de homogeneização da espécie e a perda da diversidade (JARDIM, 2002; BENTES et al., 2017).

No início do ano 2000, o palmito também foi um produto de significativo valor econômico para as famílias do estuário amazônico. Porém, sua extração desordenada se constituiu numa ameaça à manutenção dos açazais nativos (JARDIM, 2002; BENTES et al., 2017). No atual contexto da crescente valorização do fruto, a ameaça não é mais de extinção dos açazais, mas o adensamento da espécie. Ainda nos anos de 1990 e 2000, pesquisas indicavam uma tendência de alargamento das fronteiras de açazais e a consequente perda da diversidade (HIRAOKA, 1993; POULET, 1997; KOURI et al., 2001; QUEIROZ et al., 2005; HOMMA, 2006; BRONDIZIO, 2008).

Queiroz e Mochiutti (2001) revelaram inclusive, que em locais onde havia açazeiros com densidades maiores que mil touceiras por hectare, não existiam mais outras espécies de palmeiras. Pesquisas mais recentes revelam que a supressão de espécies que possuem os mesmos polinizadores do açazeiro pode provocar a redução desses insetos e comprometer a produtividade dos açazais (ARAÚJO; NAVEGANTES-ALVES, 2015; FREITAS et al., 2015; BENTES et al., 2017).

A valorização do açaí proporciona melhoria na renda das famílias agroextrativistas, com reflexos nos hábitos alimentares, uma vez que pode ocorrer a redução no consumo tradicional e um aumento no consumo de produtos industrializados.

Diante deste cenário, a pesquisa se propõe a refletir e responder a seguinte questão norteadora: **quais as principais transformações socioeconômicas e ambientais da valorização do açaí para as famílias agroextrativistas do estuário amazônico entre 2000 e 2020?**

A hipótese inicial defende que, no período de vinte anos, de modo geral, a valorização do açaí no mercado nacional e internacional proporcionou mudanças socioeconômicas significativas. Para as famílias que fazem a extração do fruto no estuário amazônico, a comercialização trouxe impactos positivos como o aumento na renda, refletida em diversas melhorias para a qualidade de vida. Por outro lado, vem provocando impactos negativos como a perda da biodiversidade e outros problemas ambientais que desencadearão problemas socioeconômicos no futuro.

Diante dessas inquietações, o **objetivo geral** do estudo é analisar e compreender as principais transformações socioeconômicas e ambientais provocadas pela valorização do açaí e seus efeitos para as famílias agroextrativistas do estuário amazônico, desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

1. Analisar o processo de formação histórica das populações agroextrativistas do estuário amazônico;
2. Identificar as condições socioeconômicas e a participação do açaí na composição da renda das famílias agroextrativistas do estuário amazônico;
3. Estabelecer uma análise comparativa sobre a valorização do açaí e seus efeitos para as famílias agroextrativistas do estuário amazônico entre 2000 e 2020.

A fundamentação teórica adotada, orienta-se nos conceitos de campesinato, especificamente na sua formação amazônica. A área de estudo se concentra na várzea do estuário amazônico, especificamente nas ilhas do Marajó Ocidental, município de Afuá, estado do Pará, e na Foz do rio Amazonas, no lado amapaense, compreendendo os municípios de Santana e Mazagão.

Como método de pesquisa utiliza-se do materialismo histórico-dialético para a compreensão e análise, enfatizando a dimensão histórica dos processos sociais, pois a identificação do modo de produção e da sua relação com a superestrutura conduz à interpretação dos fenômenos. A dialética, por sua vez, possibilita uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que os fatos sociais não podem ser entendidos de maneira isolada ou descontextualizada das variáveis econômicas, políticas, culturais, etc. (GIL, 1999).

A pesquisa é do tipo quali-quantitativa e utiliza do método analítico para a compreensão e verificação da hipótese, complementado com o método estatístico. Como procedimentos, orienta-se na pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi produzida em duas etapas: (1) revisão bibliográfica sobre a caracterização do açazeiro, informações acerca do seu valor de uso e de troca e as especificidades do campesinato amazônico; em seguida, (2) a compreensão sobre os sujeitos da pesquisa - as famílias camponesas agroextrativistas em suas unidades de produção. A pesquisa documental utiliza de reportagens de jornal, fotografias, relatórios de pesquisa, dissertações, teses, e demais levantamentos.

Quanto às técnicas de pesquisa e coleta de dados em campo, fez-se o uso de entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Inicialmente estava previsto a realização de rodas de conversa e entrevistas presenciais. Porém, em 30 de janeiro de 2020, durante o período de realização desta pesquisa, a Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII), e em 11 de março do mesmo ano, a Covid-19 é caracterizada como uma pandemia (OPAS, 2020).

No Brasil, o vírus foi identificado em março de 2020. Em função do distanciamento social obrigatório enquanto medida protocolar da prevenção à Covid-19, o trabalho de campo foi interrompido e parte das entrevistas foi realizada por telefone utilizando o aplicativo WhatsApp. Para a compreensão dos primeiros impactos da pandemia nos sujeitos da pesquisa acrescentou-se ao formulário semiestruturado, questões relativas à Covid-19 que foram distribuídas ao longo da seção de análise.

Quanto à motivação inicial para o tema, surgiu através de um convite do pesquisador Silas Mochiutti, da Embrapa Amapá, à coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, com o objetivo de repetir o estudo realizado há vinte anos.

Ressalta-se ainda como estímulo à pesquisa, a conjuntura política de ameaça à perda de direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais. O tema do açaí, debatido a partir da perspectiva desses sujeitos, contribui para fortalecer a visibilidade das suas demandas, o entendimento sobre as dinâmicas em torno do produto, as contradições acerca da melhoria na renda das famílias e os desafios inerentes à produção de açaí.

Como motivação pessoal, faço um resgate da memória familiar, uma vez que todas as gerações antes da minha nasceram numa das áreas de estudo desta pesquisa. Meus ancestrais foram vítimas do sistema de aviamento que perdurou não somente no ciclo da borracha, mas que se estendeu até os tempos atuais, no qual famílias que tinham o domínio da terra detinham o controle da produção e da vida de dezenas de outras. Entre relações de compadrio e de patronagem e sem perspectiva de vida em outro local, se submetiam ao controle dos mandantes, num ciclo geracional de submissão que só era quebrado quando alguma adolescente vinha para a cidade servir de babá ou empregada doméstica para esses mesmos patrões. Após uma vida inteira de luta, conseguiam almejar um futuro diferente, mas abdicando da terra e do seu lugar de pertencimento.

Foi o que ocorreu com a minha avó quando veio para Macapá trabalhar como doméstica na década de 1960. Após duas gerações, proporcionou condições para eu fosse a primeira pessoa da família a cursar uma universidade.

Quanto à relevância do tema desenvolvimento regional, se justifica por se tratar do açaí como um produto do extrativismo vegetal que, quando manejado adequadamente, estabelece um caminho exitoso para o desenvolvimento do estuário amazônico, aliado ao protagonismo das famílias que tradicionalmente fazem a extração do fruto, de maneira que tenham autonomia de renda e qualidade de vida.

O trabalho está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução. A segunda seção, com o título “Campesinato e extrativismo na várzea estuarina”, trata inicialmente das principais concepções do campesinato; em seguida, apresenta-se a origem do campesinato no Brasil e as principais concepções teóricas que se sobressaem na leitura do campesinato e da agricultura familiar. Por fim, o campesinato amazônico, com ênfase na formação do campesinato da várzea estuarina.

A terceira seção, “O açaí na economia e na sociedade amazônica”, apresenta o ambiente da várzea estuarina onde se inserem os sujeitos da pesquisa; posteriormente, sobre os açazais na várzea estuarina. Em seguida, apresenta o açaí como valor de uso e de troca.

A quarta seção, “Principais transformações no contexto de valorização do açaí e seus efeitos para as famílias agroextrativistas do estuário amazônico”, traz uma análise da pesquisa de campo, na qual compara os dois períodos do estudo em duas áreas do estuário amazônico, num intervalo de 20 anos. Apresenta ainda, os impactos da valorização do açaí na alimentação das famílias e no meio ambiente.

## 2 CAMPESINATO E AGROEXTRATIVISMO NA VÁRZEA ESTUARINA

### 2.1. PRINCIPAIS CONCEPÇÕES SOBRE O CAMPESINATO

Desde meados do século XIX, quando a análise do capitalismo agrário passou a ser desenvolvida, até os dias atuais, diversas teorias vêm tentando compreender os conceitos de campesinato e camponês. No Brasil, esses conceitos mantêm conexões com as disputas políticas e teóricas relacionadas à questão agrária brasileira e suas direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo (MARQUES, 2008).

De acordo com Fernandes (2014, p. 14):

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Argumenta que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a construção de outra sociedade, onde os problemas podem ser superados. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser eliminadas por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem o mesmo modelo de desenvolvimento, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma.

Desta maneira, o campesinato é um conceito fundamental na análise dos processos históricos da formação do rural e possibilita entender a sua construção na Amazônia, uma vez que o debate clássico acerca de seu desaparecimento, ou não, ou da conciliação dessas duas abordagens influenciaram as diferentes concepções teóricas no Brasil. Além disso, a compreensão sobre sua origem leva à reflexão sobre essas teorias e o campesinato existente nas comunidades da várzea estuarina.

Segundo Shanin (2005), acerca dos conceitos de campesinato e camponês, o termo campesinato não significa que essa categoria é homogênea, pois os camponeses diferem de uma sociedade para outra ou na mesma sociedade. O autor assinala:

“um camponês”, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um “braço” contratado romperão, muito frequentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive “o mesmo” poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos” (SHANIN, 2005, p.44).

A Organização das Nações Unidas (ONU), assim define o camponês:

qualquer pessoa que se dedica ou procura se envolver sozinho, ou em associação com outros ou como uma comunidade, na produção agrícola em pequena escala para subsistência e/ou para o mercado, e que depende significativamente, embora não exclusivamente, do trabalho familiar ou doméstico e outras formas não monetarizadas de organizar o trabalho, e que tem uma dependência e apego especial à terra (ONU, 2018, p. 5)<sup>3</sup>.

Um conceito mais genérico e abrangente afirma que o campesinato é uma forma social de produção, fundamentado no caráter familiar, seja para a atividade produtiva no atendimento às necessidades familiares, ou como um modo de organização do trabalho com a cooperação entre seus membros. Para além de uma simples forma de produzir, o campesinato é uma forma de viver, um modo de vida e uma cultura (WANDERLEY, 2015).

O debate sobre campesinato tem suas raízes conceituais nas concepções da economia política marxista ao tratar da agricultura no sistema de produção capitalista, cujas correntes podem ser enquadradas em dois grupos. Enquanto Kautsky e Lênin acreditavam no fim do campesinato com o desenvolvimento do sistema capitalista, populistas russos (*narodniks*), geógrafos anarquistas agrários e a escola para análise da organização e produção camponesa, da qual fazia parte Alexander Chayanov, identificavam o campesinato como uma alternativa de resistência ao sistema capitalista (SOUZA, 2012).

Cabe ressaltar a compreensão de Marx sobre o campesinato, o qual era visto como uma forma específica de produção que se modifica quando em contato com o capital e o modo de produção capitalista, sendo um resquício do feudalismo, um elemento de transição entre este e o capitalismo. Em síntese, a análise de Marx parte do entendimento de que a produção camponesa é atrasada e dispõe de menor capacidade de acumulação em comparação à economia capitalista. Assim, quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, maiores seriam as chances de desintegração do campesinato, visto que a composição orgânica social do camponês é menor e se afasta da média, excedendo então o valor da sua produção e o preço médio do mercado (FARIA, 2001).

Kautsky acreditava que o desenvolvimento do capitalismo necessitava de “braços para a exploração do trabalho” e os camponeses possuíam reserva de mão-de-obra, pois necessitavam de uma renda complementar. De maneira que, nos momentos de maior pujança, os camponeses trabalhavam para as empresas capitalistas, enquanto nos períodos de crise eles

---

<sup>3</sup> Tradução livre da autora.

eram liberados. A sobrevivência dos camponeses dependeria das possibilidades de obtenção de renda nas grandes empresas agrícolas, enquanto estas dependiam da força de trabalho dos camponeses nos períodos críticos para extração da mais-valia. Em síntese, Kautsky defendia que a relação entre a agricultura e a indústria é que desintegraria o campesinato (FARIA, 2001).

No modelo construído por Lênin, o campesinato se estruturava nos níveis de camponês rico, médio e pobre, sendo que os pequenos e médios, ao se tornarem produtores efetivos de mercadoria para o sistema capitalista, tenderiam à dependência dele. A relação mercantil levaria os camponeses médios, que eram maioria, a se tornarem burgueses (quando capitalizados) ou proletários (descapitalizados) com o avanço do capitalismo. Porém, Lênin considerou que a expropriação dos pequenos produtores seria um processo longo, o que poderia até subordiná-los, mas não os eliminar (FARIA, 2001).

Em outra perspectiva, Chayanov (1974), ao contrário de Lênin e Kautsky, entendia que o campesinato não desapareceria, uma vez que as categorias lucro, renda da terra, custo, salário, entre outros, não faziam parte da racionalidade camponesa. Os camponeses na perspectiva Chayanoviana dispunham de uma lógica oposta à acumulação de capital, cuja centralidade estava no trabalho familiar que, por sua vez, dependeria do tamanho da família, da composição e da disponibilidade dos familiares aptos a trabalhar. Nessa lógica, é definido que o limite do trabalho familiar empregado é, ao mesmo tempo, de produção e de consumo (COSTA, 2013).

No estudo do campesinato, a partir das discussões clássicas sobre a sua continuidade ou não, surgiram ao longo do tempo correntes por eles influenciados, com tentativas de conciliação entre os fundamentos marxistas e chayanovianos (FILOCREÃO, 2007), com ênfase nos estudos de Shanin (2005) e Jerzy Tepicht (1973).

Destacando a hierarquia familiar e patriarcal no processo evolutivo, Shanin (2005) defende que a unidade familiar é autossuficiente e orientada em função da produção, do consumo, da sociabilidade, do suporte moral e da ajuda econômica mútua da família. A atividade desenvolvida pela família objetiva o atendimento de suas necessidades, com o esforço máximo de seus membros, tanto nas atividades internas quanto externas, possibilitando o incremento em suas rendas.

Segundo este autor, a compreensão do campesinato implica num dualismo conceitual: de um lado é visto como independente, com racionalidade própria, porém, enquanto classe social, em conjunto, pode ser visto apenas como uma classe, ainda que inserido no que o autor



denomina de “baixa classidade”, uma vez que se encontra dominada por outras classes superiores (SHANIN, 2005).

Por sua vez, Tepicht (1973), seguindo os postulados Chayanovianos, ressalta as particularidades da produção camponesa, sobretudo de não seguir a lógica de acumulação de capital, acrescentando sua narrativa sobre a persistência do campesinato. Afirma que o segredo está na utilização do que chama de força de trabalho marginal (não transferível) utilizada de forma complementar, que seria a força de trabalho das mulheres, pessoas idosas e crianças, pois a força de trabalho dos homens era transferível, ou seja, usada também em outras unidades produtivas, de maneira que assim, a família se mantinha coesa, justificando então a sua persistência.

Para Oliveira (1987), é uma sujeição do campesinato ao capital que ocorre sem a expulsão do trabalhador da terra, sem que se exproprie os meios de produção. De maneira que não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, uma vez que a agricultura não tem os mesmos atributos e especificidades que caracterizam a indústria. É o que Amin (1977) chama de “proletários em domicílio”.

Em nossa breve análise do campesinato não cabe uma discussão aprofundada sobre este assunto que é amplamente discutido por vários autores. A ênfase será dada à formação do campesinato amazônico, com breves considerações sobre o campesinato no Brasil.

## **2.2 O CAMPESINATO NO BRASIL**

Na classificação do camponês brasileiro, Ianni (1978) o entende como parte de trabalhadores e pequenos produtores que exercem suas atividades de forma autônoma, sendo as unidades camponesas formadas por pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros, organizados na unidade familiar para a sua reprodução.

A origem da categoria campesinato encontra-se na agricultura, sobretudo nos séculos XVI e XVII. Wanderley (2015) assinala que, mesmo após o período colonial, a agricultura mantém seus traços estruturantes: a grande propriedade monocultora e o trabalho escravo. Contudo, não impossibilitou que pequenos agricultores camponeses, como forma de resistência à atividade agrícola, usassem produtivamente de espaços que não eram ocupados pelos senhores da terra.

Fernandes (2004) afirma que a agricultura camponesa sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, e que a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas na busca de um espaço próprio na economia e na sociedade. Afirma ainda que a luta pela terra é uma das principais formas de resistência do campesinato no Brasil, sendo parte do processo desigual e contraditório do modo de produção capitalista.

No período colonial, a resistência à escravidão é tida como os primeiros relatos de luta por liberdade e terra, concretizados na formação de quilombos, com destaque para Palmares, Canudos, Contestado, Trombas e Formoso (OLIVEIRA, 1988; 2001). Acrescenta-se na Amazônia, particularmente no Pará, a luta dos quilombos na Cabanagem (HÉBETTE, 2005).

Mais recentemente, de 1954 a 1964, foram as Ligas Camponesas, ocorridas na região Nordeste que deram visibilidade nacional à luta camponesa no Brasil, sufocadas, porém, pelo golpe militar de 1964 (STÉDILE, 2006). As ligas foram o reflexo de “um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país” (OLIVEIRA, 1988, p.27).

Foi a partir da desarticulação das Ligas Camponesas que o termo “pequeno produtor” passou a ser utilizado em detrimento do camponês. Com essa terminologia, os agricultores passam a ser classificados pelo tamanho de suas terras e da sua produção, subdivididos em pequenos, médios e grandes proprietários. Tais mudanças, na verdade, aumentaram as desigualdades no campo, pois as políticas públicas, como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural, foram aplicadas de maneira diferenciada (ALTAFIN, 2007).

Por fim, duas concepções teóricas se sobressaem nas leituras sobre campesinato e agricultura familiar, influenciadas pelo debate clássico sobre o seu desaparecimento, ou não: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária.

Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual (FERNANDES, 2015, p. 390).

De outro lado, o modelo da questão agrária trata a agricultura camponesa e a agricultura familiar como um único modo de produção e classe social, ao afirmar que agricultor familiar e camponês são o mesmo sujeito com diferentes denominações. Na perspectiva da questão agrária, os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. Fernandes sintetizava então que “para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato” (FERNANDES, 2015, p. 384).

No âmbito das políticas públicas, prevalece a terminologia “agricultura familiar”, vigente a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como uma linha de crédito específica, e que foi fruto da reivindicação dos diversos movimentos sociais deste segmento. Posteriormente, a Lei nº 11.326/2006 define agricultura familiar e, no mesmo ano, os resultados do Censo Agropecuário de 2006 trouxeram dados específicos sobre o tema, possibilitando sua análise em relação ao agronegócio, demonstrando uma diferenciação em âmbito governamental e institucional.

A principal linha de defesa da terminologia agricultura familiar seria de que o termo “pequeno produtor” era insuficiente para explicar o seu papel no contexto das discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo, no âmbito do que se chamava de modernização da agricultura, hoje o agronegócio. Era também insuficiente para explicar suas especificidades na incorporação da tecnificação agrícola, no acesso ao crédito e na inserção ao mercado (MARQUES, 2008).

A partir dos anos 2000, novas categorias sociais foram visibilizadas, como reflexo da resistência e de reforço às suas identidades, na defesa de territórios dos diferentes sujeitos, além de uma política favorável nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef. São ribeirinhos, caiçaras, comunidades de fundo de pasto, extrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, entre outros. Para Medeiros (2015), a questão agrária ganha novas nuances quando se acrescenta o reconhecimento da diversidade social e o seu direito de existir.

Uma diversidade que está presente na formação do campesinato amazônico. São agricultores, indígenas livres ou escravizados como os negros, entre outros. Um campesinato que apresenta características distintas na Amazônia da várzea estuarina.

### 2.3 O CAMPESINATO AMAZÔNICO DA VÁRZEA ESTUARINA

A formação do campesinato amazônico se deve à colonização portuguesa na região e à herança afro-indígena como principal força de trabalho durante a exploração extrativista da borracha. Um campesinato formado por migrantes nordestinos e “naturais da região”<sup>4</sup> constituíram a mão-de-obra para a atividade, cuja lógica de acumulação de capital estava assentada no aviamento (LOUREIRO, 2004).

Com o colapso da exportação da borracha para o mercado internacional, restou de herança uma versão residual da extensa rede produtiva mercantil que forjou o campesinato que fundamenta as economias de várzea. As famílias que permaneceram em suas colocações constituíram uma agricultura para o autoconsumo (OLIVEIRA JÚNIOR, 1991; NUGENT, 2006).

A constituição desse campesinato, entretanto, tem raízes históricas muito mais antigas. Cardoso (1984) apud Filocreão (2007) entende sua constituição segundo três tipologias: (a) das missões religiosas que se transformaram em vilas e lugares indígenas; (b) dos pequenos produtores livres e proprietários de terra, cuja produção estava vinculada ao mercado, formada por ex-soldados, degredados, mestiços, índios “cafuzes” e; (c) de um “protocampesinato” em atividades autônomas, formado por índios escravizados (até 1757) e negros escravizados.

Para Filocreão (2007), essa tipologia traz a herança indígena da produção agroextrativista, com menor ênfase da produção extrativista no protocampesinato<sup>5</sup>.

É um campesinato de características mercantil-extrativista, coercitivo e adaptado a cada realidade amazônica (COSTA, 2013), cuja história não se limita aos fatores naturais, pois suas estratégias de luta e permanência também divergem segundo a diversidade que apresenta em toda a região amazônica. Um campesinato de características distintas também entre os seringais, segundo afirma Oliveira Filho (1979) ao denominar dois modelos de força de trabalho nos seringais: o seringal do “brabo” e o seringal “caboclo”.

O seringal do “brabo” ocorreu no auge da exploração da borracha na Amazônia com a vinda de uma força de trabalho oriunda majoritariamente do Nordeste, organizada em torno do barracão, enquanto o seringal “caboclo” se formou antes do auge do ciclo da borracha pois, até

---

<sup>4</sup> “Naturais da região” é uma denominação para os habitantes naturais da Amazônia. Eram posseiros, ou seja, moravam e cultivavam a terra sem o título de propriedade (LOUREIRO, 2004).

<sup>5</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará, 1750-1817. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984, p. 203.

1877, a borracha era extraída exclusivamente pelo indígena amazônico, sendo caboclo ou tapuio e mameluco. Antes da chegada dos trabalhadores nordestinos, a produção da borracha era denominada de “borracha das ilhas”, uma vez que se originava na região, estendendo-se das ilhas do arquipélago do Marajó até a foz do rio Xingu, além de áreas do continente compreendendo as margens do rio Jari e os rios da baía de Melgaço (FILOCREÃO, 2014).

Costa (2013, p.54) assim caracteriza as famílias camponesas da Amazônia:

São camponesas aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativa, agrícola e não agrícola) – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, daqueles que sobrevivem com o resultado dessa alocação.

Da formação histórica do campesinato amazônico surge o campesinato da várzea estuarina. É um campesinato das ilhas e dos rios, que reflete o modo de vida de comunidades ribeirinhas interligados por laços de parentesco, vizinhança e compadrio (SALES; PORRO, 2014), tendo na família a sua centralidade, o qual se distingue por identidades étnicas como ribeirinhos, caboclos, comunidades tradicionais, agricultores familiares, pescadores, castanheiros, entre outros.

É, portanto, um campesinato que se diferencia do conceito hegemônico, mas que não pode ser romantizado, visto isoladamente, e sem influência do sistema capitalista. De maneira que as relações de poder que historicamente perpassam a formação do campesinato amazônico não podem ser desvinculadas das questões de classe em disputa e do papel econômico desempenhado em cada período da história da Amazônia: o período colonial, o ciclo da borracha e o sistema de aviamento com as políticas de valorização econômica, a consolidação de um projeto nacional para a Amazônia durante a ditadura militar e a fase atual com ênfase nos grandes projetos minerais.

Um campesinato em cujos territórios as famílias constroem relações que, a partir de sua reprodução socioeconômica, buscam por qualidade de vida, refletidas, entre outros aspectos, no aumento da renda, na qualidade de suas habitações e na aquisição de bens e serviços.

Ressalta-se ainda as profundas mudanças na agricultura amazônica, a exemplo da intensa migração ocorrida na segunda metade do século XX que aproximou os camponeses caboclos dos camponeses que chegavam na Amazônia oriundos de outros locais, com trajetórias e práticas produtivas distintas (FILOCREÃO, 2014). Ademais, no contexto da modernização da agricultura, o modelo tradicional, difusionista, produtivista e cartesiano de fazer extensão

rural não reconhecia as especificidades do camponês agroextrativista, desconhecendo o saber tradicional e sua identidade com a floresta e com as águas e sua lógica reprodutiva, inserindo-o na agricultura como um potencial capitalista.

O agroextrativismo praticado atualmente resulta de um longo processo histórico forjado nas atividades agrícolas e de coleta praticadas por antigas sociedades indígenas. Na sua atual formação, expressa as especificidades dos sistemas tradicionais de produção com sua diversidade de práticas de manejo e de paisagens, juntamente com a coleta de recursos florestais, agricultura, pesca, caça, criação de animais de pequeno porte, além da bubalinocultura e gado bovino, criados em pequena escala (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005; IPEA, 2015).

Suas ações se constituem numa unidade, na qual autores como De Reynal et al. (1997) intitulam como “estabelecimento agrícola familiar”, Costa (2002) como “unidade de produção camponesa”, Lima et al. (2005) como “unidade de produção familiar” e Filocreão (2007) como “unidade de produção agroextrativista”. Todas as denominações são pertinentes, mas para efeito desta pesquisa abrevia-se para “unidade familiar” no decorrer do texto.

Independente da denominação, Costa (2013) caracteriza as unidades familiares em duas principais orientações: (a) definindo as necessidades reprodutivas que estabelecem o tamanho e a intensidade do uso da sua capacidade de trabalho; (b) como determinante no processo de apropriação de terras nas fronteiras.

Segundo este autor, a eficiência reprodutiva é o critério que move as unidades familiares, ou seja, a eficiência seria um microssistema orientado por uma racionalidade que suporte o padrão de consumo cultural e historicamente estabelecido, ocorrendo com o mínimo de risco e o menor esforço possível associados à eficiência reprodutiva. De maneira oposta está o que ele chama de tensão reprodutiva, que orienta o investimento das unidades familiares (COSTA, 2013).

Acerca do extrativismo praticado pelas famílias, cabe explicitar o uso tradicional da terminologia extrativismo na Amazônia, e do conceito em si que determina as atividades de coleta de produtos naturais, de origem animal, vegetal ou mineral.

Na coleta de produtos vegetais, não ocorre a perda da fonte em curto prazo. Por sua vez, a coleta desordenada leva ao aniquilamento, que é a extinção da planta matriz ou em casos em que a velocidade da extração é superior à de regeneração da fonte (HOMMA, 1992; DINIZ,

2008). O açaizeiro é um exemplo de extrativismo por aniquilamento e coleta. No primeiro caso, a velocidade de exploração do palmito nos anos 2000 foi superior à coleta dos frutos, o que comprometeu a manutenção da espécie e se recuperou com a intensa demanda de mercado pelo fruto.

Lescure et al. (apud Diniz, 2008) classificam as práticas de coleta de produtos florestais, em quatro categorias: a) abate - quando as árvores são abatidas para servir de fonte de madeira, combustível ou outras substâncias; b) seleção e apara - quando uma parte da planta é extraída (piaçaba, palmito do açai, cipó-titica); c) incisão - coleta de gomas, látex e resinas (seringa, balata, maçaranduba e copaíba); e ainda, d) catação ou coleta - quando as sementes são catadas ou colhidas (castanha-do-Brasil, andiroba, açai e outras palmeiras)<sup>6</sup>.

O termo extrativismo define também o modelo primário-exportador que desde o período colonial até os dias atuais caracteriza a exploração de produtos naturais na América Latina, subordinando a natureza e o trabalho humano à intensa demanda de acumulação de capital. São produtos exportados sem processamento - ou com processamento limitado - que requerem grandes investimentos e provocam efeitos macroeconômicos relevantes, além de graves impactos sociais, ambientais e culturais nos territórios afetados. É um extrativismo que na fase contemporânea se configura pela remoção intensiva de grandes volumes de recursos naturais, bem como os cultivos agroindustriais que se utilizam de muitos insumos, como o uso intensivo de água e energia (ACOSTA; BRANDT, 2018).

São, portanto, vários “extrativismos”: agrário, florestal, pesqueiro, e até mesmo turístico (GUDYNAS, 2011, apud ACOSTA; BRANDT, 2018). Na atual fase de acumulação de capital, a expressão adquire a denominação de “neoextrativismo,” uma vez que “se trata de megaempreendimentos de capital intensivo, mais do que de trabalho intensivo” e inclui desde a megamineração e a expansão da fronteira petrolífera e energética até a expansão da monocultura (SVAMPA, 2019, p. 33).

Cabe lembrar que a expressão “neoextrativismo” foi definida por Rego (1999) como o extrativismo que incorpora tecnologias aos recursos florestais não madeireiros, não somente de coleta, mas com a inclusão do cultivo, criação e beneficiamento. O açai representa o

---

<sup>6</sup> LESCURE, J. P. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, L. (Org.). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo, Editora UNESP, 2000. p. 233.

extrativismo que incorpora essas tecnologias, sendo o principal produto é do extrativismo vegetal (não madeireiro) na várzea estuarina.

### **3 O AÇAÍ NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE AMAZÔNICA**

#### **3.1 O AMBIENTE DA VÁRZEA ESTUARINA**

Entender o lugar de pertencimento das comunidades da várzea estuarina implica conhecer o ambiente da várzea no sentido mais amplo da palavra. É preciso compreender os conceitos de sua espacialidade, uma vez que o ritmo da vida no estuário acompanha a sazonalidade e as mudanças no volume de água, pois entrar e sair de igarapés, pescar ou cultivar não dependem somente da vontade humana, mas variam em função das marés que provocam mudanças na paisagem. Seja por um fenômeno natural ou agravados pela ação humana, o modo de vida ribeirinho segue interligado com a floresta e os rios.

Para Castro (2019):

As paisagens de águas do estuário são marcadas por uma diversidade de feições, de elementos singulares que as compõem, de agências não humanas que imprimem movimentos e alterações na conformação dos corpos (...).

As ilhas que se deslocam, as praias que desaparecem ou se ampliam, o surgimento de baixios, tudo isso tem a ver com o volume das águas e sua força, com o regime de chuvas e com a sazonalidade. Agências que são observadas pelos moradores das ilhas e fazem parte de suas narrativas sobre as mudanças na paisagem.

Analogamente às cidades em terra firme, em comunidades ribeirinhas, os rios são as estradas e rodovias, enquanto os igarapés são as avenidas onde estão situadas as unidades familiares, cujo limite entre uma e outra também pode ser um rio.

De maneira que não é possível compreender as comunidades ribeirinhas desvinculadas da sua relação com o rio. Talvez o rio não comande a vida como afirma Leandro Tocantins<sup>7</sup>, uma vez que são os processos sociais que determinam a vida em sociedade. Contudo, é na relação com o rio que se manifestam as relações de uso e troca dos produtos do agroextrativismo, em especial o açaí, principal produto da várzea estuarina.

---

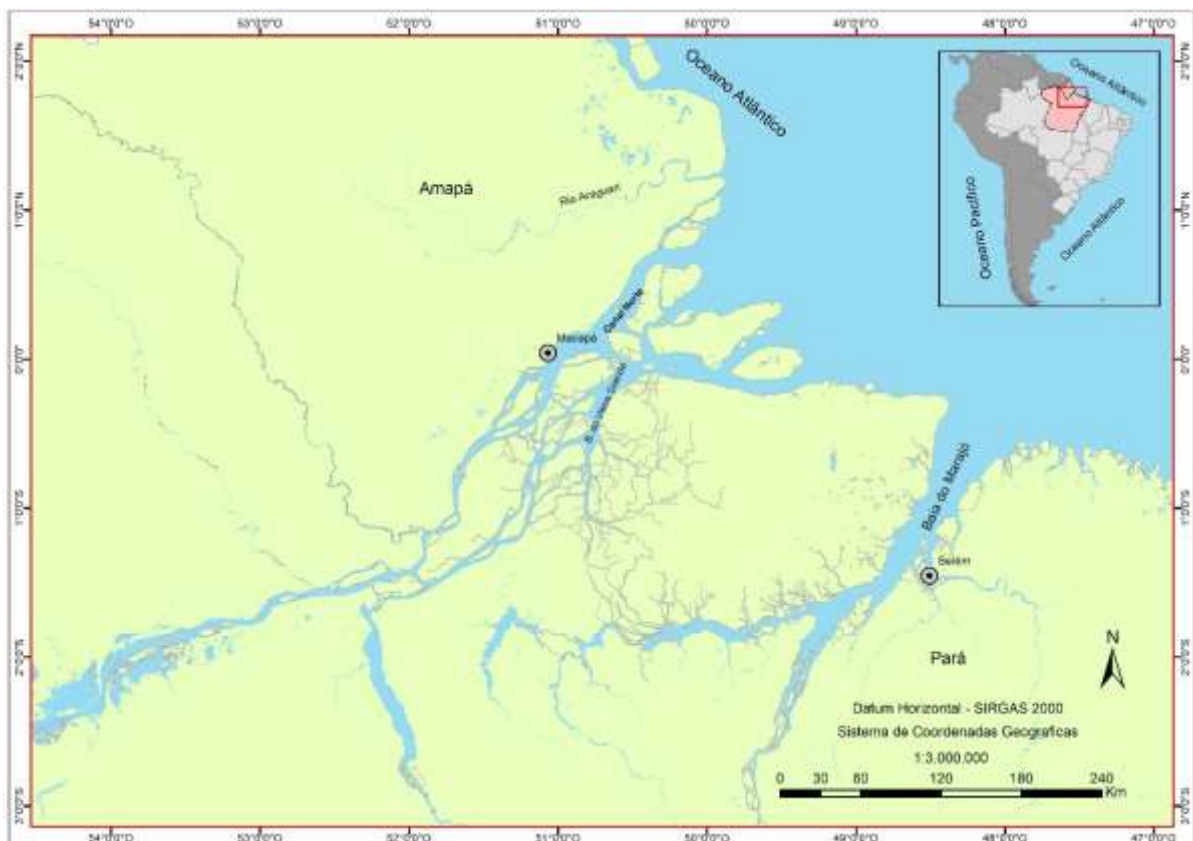
<sup>7</sup> Leandro Tocantins foi um historiador (1919-2004) cuja obra “O rio comanda a vida” aborda a relação da população amazônica com o rio (TOCANTINS, 1972).



Conceitualmente, um estuário é o local de encontro do rio com o oceano, incluindo a área de influência da maré no rio, a montante da região de mistura. De acordo com esta definição, o estuário amazônico se estende desde a cidade de Óbidos, no Pará, até onde a maré se propaga na estiagem - a plataforma continental interna e média - onde ocorre a frente salina (VINZON et al., 2007). É formado pela confluência de duas grandes bacias: a do rio Amazonas e a do Tocantins-Araguaia, desaguando no oceano Atlântico (IPEA, 2015).

A foz do rio Amazonas é ao mesmo tempo estuário e delta, ou seja, uma foz mista. É também um delta porque constitui um grande canal e um conjunto de veias de rios, furos e igarapés interligados que se entrelaçam em direção ao oceano (Mapa 1).

**Mapa 1 – Estuário amazônico.**



Fonte: NOT/IEPA (2022).

O estuário amazônico divide-se em dois ecossistemas: terra firme, formado por áreas altas que não estão sujeitas às inundações sazonais, e as terras periodicamente inundáveis, que se dividem em várzea e igapó. A várzea do estuário se estende do rio Xingu ao oceano Atlântico (VINZON et al., 2007).

As várzeas amazônicas estão associadas aos rios de água branca que apresentam grande concentração de nutrientes dissolvidos. No vai e vem das marés, carregam sedimentos que fertilizam o solo, apresentando alta fertilidade e potencial produtivo. Além da várzea estuarina, existem as várzeas do médio e baixo Amazonas, as várzeas do alto e médio Solimões e as várzeas dos pequenos rios que sofrem influência das marés (ALENCAR, 2005).

Do ponto de vista geológico, a várzea é um ambiente recente. Foi formada no período pleistoceno (compreendido entre 2,588 milhões e 11,7 mil anos), decorrente do aumento e da queda do nível do mar nos períodos glacial e interglacial respectivamente. Sua atual forma tem aproximadamente 5 mil anos (HARRIS, 2019). Na várzea estuarina ocorre a maior concentração de palmeiras de açaí, ambiente propício para a sua expansão, embora esteja presente em outros ambientes para além da Amazônia.

### 3.2 OS AÇAIZAIS DA VÁRZEA ESTUARINA

O açazeiro (*Euterpe oleracea*, Mart.) é uma palmeira pertencente à família botânica Arecaceae, nativa das matas de terra firme, várzea e igapó amazônico, onde encontra condições pedológicas e climáticas que favorecem o seu desenvolvimento, com predominância na várzea do estuário (CALZAVARA, 1972).

Há ocorrência também nos estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Em outros países ocorre na Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela (MAPA, 2012). Henderson e Galeano (apud OLIVEIRA; CARVALHO, NASCIMENTO, 2000) apontam a existência da espécie no Equador, Panamá e Trinidad.

Açaí é um termo de origem tupi yasa“y(i) e significa literalmente “palmeira de água” (MOURÃO, 2010). Seu fruto também é conhecido como juçara, açaí-do-pará, açazeiro, açaí-de-touceira e açaí-do-baixo-amazonas. Em outros países: manicola palm, na Guiana; assai, palmier pinot e wassaie, na Guiana Francesa; euterp palm, na Guiana Inglesa; asaí, manaca, morroque e uassi, na Venezuela; pina, prasara, qapoe e qasei, no Suriname (OLIVEIRA; CARVALHO; NASCIMENTO, 2000).

Além do fruto de coloração roxa, existem outras variedades de açaí na Amazônia, como o açaí preto e o açaí branco. Esse último se diferencia dos primeiros por apresentar casca e polpa na coloração verde escuro (JARDIM, 2002).

O açaí é a espécie nativa de maior importância alimentar e econômica da várzea estuarina, especialmente dos Estados do Amapá e Pará (QUEIROZ, 2005; QUEIROZ; MOCHIUTTI, 2012), onde se extrai a polpa do fruto, obtida através de maceração e conhecida na Amazônia como “vinho do açaí” ou “suco de açaí”.

O açaizeiro é de uso integral para as famílias ribeirinhas. Sua raiz é usada como vermífugo, seus troncos são usados na construção de assoalhos, jiraus, pontes e cercas, enquanto sua folhagem é usada para a cobertura das casas, abrigos de animais, peconha para facilitar a subida no açaizeiro e artesanato, além do palmito retirado durante o manejo do açaí que é comercializado e usado como alimento para os animais (Fotografia 1).

### **Fotografia 1 – Açaizal no ambiente da várzea estuarina**



Nota: Rio Anauerapucu, em cujas margens observa-se as palmeiras de açaí. (PAE Anauerapucu. Santana, Amapá).  
Fonte: Acervo da autora (2021).

### 3.3 O AÇAÍ COMO VALOR DE USO E DE TROCA

Segundo a Teoria Econômica Neoclássica, o valor de uso de um determinado bem se refere à sua utilidade e às preferências do consumidor, enquanto o valor de troca representa a interação das condições de oferta e de demanda no mercado, no qual o seu valor guarda uma relação com o poder de compra dos consumidores (SOUZA, 2005). Para Marx, em “O Capital”, valor de uso e valor de troca são expressões da mercadoria que desvendam o valor do trabalho humano através do que chamou de fetiche da mercadoria. Segundo o autor, a mercadoria surge como valor de uso, um simples objeto, porém, ao se apresentar como mercadoria, perde a relação com o trabalho humano utilizado para fabricá-la, e aparece fantasmagoricamente como fruto de uma relação entre coisas, um fetiche, como qualidade material de seu produto (MARX, 1985; CARCANHOLO, 2011).

Ademais, “da perspectiva da necessidade do valor de uso, o fim do objeto é alcançado quando ele é útil e desfrutável. Da perspectiva do valor de troca, o fim se cumpre quando ele aflora na forma de dinheiro” (HAUG, 1997, p. 25), sendo que “todo produto de uma produção privada `é uma isca, com a qual se pretende atrair a essência do outro, seu dinheiro´, a única coisa importante para o ponto de vista do valor de troca” (MARX, apud HAUG, p. 27).

O açaí como valor de uso segundo a sua utilidade, e não materializado na forma de dinheiro, remonta à era pré-colombiana (LEVIS et al., 2017). Seu consumo faz parte da alimentação dos povos e comunidades que habitam a Amazônia há muitas gerações (OLIVEIRA FILHO, 1979; JARDIM, 2004). Mourão (2010) afirma que:

Os Tupynambas que viviam na região do estuário amazônico eram identificados como consumidores de açaí. E suas malocas eram conhecidas como MIXITHA (açaizal). Os Aruans, Anajzes, Mococons e Mapuazes utilizavam-se do açaí tanto quanto os Tupinambás. Consumiam-no também, mas em menor quantidade, os Mundurucus, Maués, Caripunas, Timbiras, Guajás e Galibis do Amapá (MOURÃO, 2010, p. 82).

Conforme relatos da literatura nos períodos quinhentista, seiscentista e setecentista, somando-se ao açaí, outros produtos do extrativismo vegetal, além da pesca, da caça e cultivos de plantas já domesticadas faziam parte do sistema de produção indígena ao longo do rio Amazonas e tributários, constituindo sistemas diversificados e adaptados às condições da várzea, antes da chegada dos colonizadores europeus e descendentes caboclos ou ribeirinhos (FILOCREÃO, 2014; COSTA, 2013).

Como na música, “põe tapioca, põe farinha d’água, põe açúcar não põe nada, ou me bebe como um suco, que eu sou muito mais que um fruto ...<sup>8</sup>”, acompanhado do peixe ou do camarão, o certo é que o “açai do bebe” está presente diariamente na alimentação das famílias ribeirinhas. Mesmo em períodos de entressafra quando não ofertam para o mercado, há sempre uma reserva para o autoconsumo. Embora o açai supra algumas das necessidades nutricionais das famílias, a motivação para o seu uso pelas famílias ribeirinhas é principalmente cultural.

Quanto ao valor de troca, durante a colonização europeia, as formas de uso dos recursos e a produção na várzea atuavam na lógica mercantilista. Inicialmente foram as drogas do sertão, mas depois outros produtos do extrativismo também obtiveram valor de mercado, especialmente com as missões religiosas (FILOCREÃO, 2002; COSTA, 2012).

Até o final dos anos de 1960, o valor de troca do açai estava relacionado ao seu excedente. Foi a partir da crescente demanda por palmito no fim dos anos de 1960 que se configurou uma nova relação com o mercado. Para Mourão (1999):

Em consequência, ensejou-se um intenso processo de devastação dos açazais, pois o intuito da prática extratora visava abater o máximo de palmeiras possíveis, com a finalidade de abastecer as inúmeras fábricas palmitadeiras que atuavam livremente na área estuarina (MOURÃO, 1999, apud MARINHO, 2009, p. 189).

Assinala a autora que a exploração desordenada do palmito, a partir de 1970, levou à quase extinção dos açazais nativos nas áreas de maior exploração. Somente em meados da década de 1980 é que a legislação ambiental passou a vigorar e a disciplinar a ação das fábricas palmitadeiras no estuário amazônico. Gradativamente, a exploração do palmito foi perdendo espaço para a comercialização do fruto (MOURÃO, 1999).

A linha de tempo da valorização do fruto do açai para o mercado teve início na década de 1990 com a exportação para outros estados do Brasil, sobretudo como um complemento alimentar. Daí em diante as relações com o mercado vão se intensificando e configurando uma relação comercial com diferentes tipologias.

Parte da popularidade do açai se deve ao seu valor nutricional altamente energético, o alto teor de lipídios, carboidratos e proteínas, o que o caracteriza como um alimento calórico (ROGEZ, 2000; CEDRIM et al., 2018). Apresenta em sua composição quantidades expressivas de um grupo de flavonoides chamados de antocianinas (RUFINO et al., 2011), o que confere ao açai características de um alimento bastante saudável, uma vez que essa substância tem efeito

---

<sup>8</sup> CHAVES, Nilson. Música Sabor açai. Composição de Nilson Chaves e João Gomes. Disponível em <https://www.letras.mus.br/nilson-chaves/217034/>. Acesso em 12 mai. 2020.

antioxidante, prevenindo o organismo humano de gorduras que danificam o organismo. A estrutura polifenólica das antocianinas favorece a circulação do sangue e o bom funcionamento do coração (MOURÃO, 2010).

Pesquisas revelam ainda a ação antiproliferativa, anti-inflamatória e o efeito cardioprotetor do fruto, condições importantes para o controle dos efeitos da síndrome metabólica, representada por alterações na glicemia, nos lipídios e na pressão arterial (LIMA et al., 2012; CEDRIM et al., 2018).

É matéria-prima para a indústria de diferentes segmentos, gerando cerca de 1,5 bilhões de dólares anuais para a economia da região amazônica, o que proporciona a melhoria de renda para mais de 250 mil produtores (RUFINO et al., 2011; CANTU-JUNGLES et al., 2017; CEDRIM et al., 2018; LOBATO et al., 2018).

A valorização do açaí nos mercados nacional e internacional passou a demandar mais intensamente a coleta dos frutos com reflexos positivos na renda das famílias, o que implica em desafios para assegurar a manutenção da produção e, numa perspectiva futura, a própria sobrevivência das famílias no ambiente da várzea estuarina.

Nos últimos três anos, contados até o recorte temporal desta pesquisa, somados os dados da Produção da Extração Vegetal, da Silvicultura (PEVS/IBGE) e da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), a produção de frutos do açaí foi de 1.731.668 toneladas em 2018; 1.621.034 toneladas em 2019 e 1.698.657 toneladas em 2020 (CONAB, 2021).

A seção a seguir analisa as principais transformações socioeconômicas e ambientais ocorridas no período de vinte anos, com o objetivo de compreender os principais efeitos da valorização do açaí para os sujeitos da pesquisa.

## **4. PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES NO CONTEXTO DE VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ E SEUS EFEITOS PARA AS FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO**

### **4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa se sustenta em dois conjuntos de dados nomeados como primeiro e segundo períodos. Denomina-se primeiro período da pesquisa, o estudo realizado no ano 2000 por pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amapá) e do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), no âmbito do Projeto

“Desenvolvimento de Tecnologias para o Manejo e Cultivo de Açaizais para Produção de Frutos”. O projeto original consistia em um diagnóstico socioeconômico construído a partir de entrevistas estruturadas cobrindo parte do Marajó Ocidental, o Arquipélago do Bailique e a costa do Amapá, o qual gerou um banco de dados utilizado para a comparação com o banco de dados gerado no segundo período.

O segundo período consistiu na pesquisa de campo realizada em 2021 tendo como referência o ano de 2020, a partir da amostra de duas das áreas do estudo realizado em 2000. Para obter um parâmetro de comparação, foi utilizado o mesmo formulário de entrevistas. Complementarmente, em função do contexto atual do açaí e das mudanças ocorridas em vinte anos, outras questões foram abordadas utilizando o formulário de entrevista semiestruturada.

Segundo Gil (1999), a entrevista é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula as perguntas com o propósito de obter dados relevantes para a sua pesquisa, sendo bastante utilizada nas pesquisas sociais. Contudo, o formulário com perguntas fechadas (uso de questionário) tem a desvantagem do investigador se apropriar das palavras, portanto, a informação foge do controle do entrevistado. Por outro lado, o uso de entrevista semiestruturada possibilita um ambiente de diálogo, pois permite que o entrevistado se expresse livremente sem as limitações de um questionário.

Quanto ao tamanho da amostra, utilizou-se da amostragem probabilística do tipo aleatória simples, sendo que as unidades familiares sujeitas à entrevista foram escolhidas ao acaso. A amostragem aleatória simples consiste em atribuir a cada elemento da população um número único e na seleção de alguns desses elementos de forma casual. Assim, qualquer subconjunto da população ( $N$ ), com o mesmo número de elementos ( $n$ ), tem a mesma probabilidade de pertencer à amostra, sendo  $n/N$  de pertencer à amostra (GIL, 1999; BARBETTA, 2014, p. 45).

Para uma amostra representativa foram consultados os coordenadores do estudo realizado em 2000. Foi estabelecido que seriam realizadas 31 entrevistas representando 31% do universo aplicado em duas das áreas do estudo, assim distribuídas (Quadro 1):

**Quadro 1 – Definição da amostra de 2020**

Área de estudo (Ano 2000)	Pesquisa de campo (Ano 2020)	
	Localização	Quantidade de entrevistas
Marajó Ocidental	Unidades familiares do município de Afuá localizadas nas seguintes ilhas: Ilha do Pará, Ilha Rasa, Ilha Ipanema, Ilha do Meio, Ilha do Baiano, Ilha da Conceição, Ilha do Teles, Ilha Maracujá e Ilha Queimada.	20
Costa do Amapá	Unidades familiares localizadas entre os rios Vila Nova/Anauerapucu (Município de Santana) e Rio Mazagão Velho (Município de Mazagão)	11
<b>Total de entrevistas</b>		<b>31</b>

Fonte: Elaboração da autora (2021).

A escolha das unidades familiares para compor a amostra foi aleatória, definida no conjunto das duas áreas do estudo acima identificadas. Na ausência do endereço ou da família entrevistada em 2000, foi definida a unidade familiar subsequente, desde que fosse no mesmo rio ou igarapé.

Por conta das restrições da pandemia de Covid-19, as atividades em campo ocorreram de forma presencial somente nos meses de abril a agosto de 2021, com ajustes realizados nos meses de janeiro a março de 2022, por meio de ligações telefônicas, tendo o ano de 2020 como referência para as informações.

Para a tabulação e tratamento estatístico dos dois bancos de dados (2000 e 2020) foi utilizado o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) e a planilha Excel. Para a comparação entre períodos, utilizou-se análises qualitativas e quantitativas.

## 4.2 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

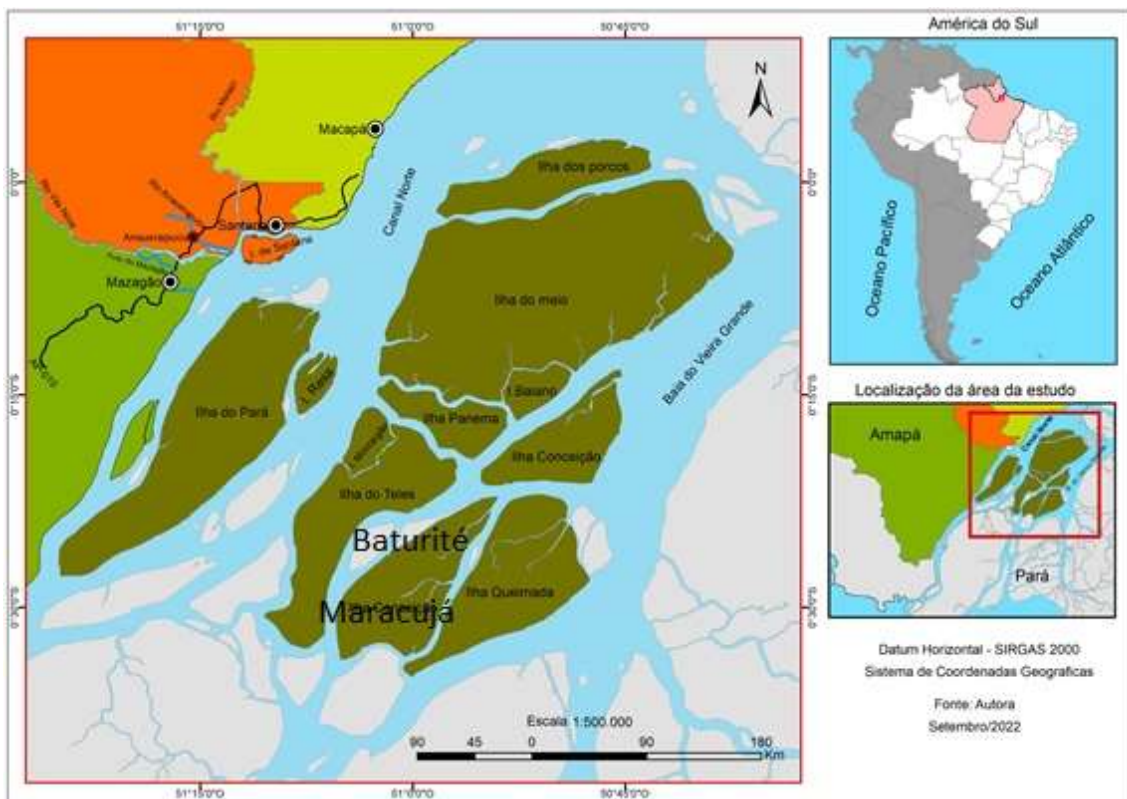
A área de estudo compreende a várzea do estuário amazônico, no perímetro de maior proximidade entre os Estados do Pará e do Amapá (Mapa 2). No lado paraense abrange o município de Afuá, em unidades familiares localizadas em nove ilhas, a saber: Ilha do Pará,



Ilha Rasa, Ilha Ipanema, Ilha do Meio, Ilha do Baiano, Ilha da Conceição, Ilha do Teles, Ilha Maracujá e Ilha Queimada.

Por sua vez, no lado amapaense, a pesquisa se concentrou na costa do estado do Amapá, especificamente no perímetro entre os municípios de Santana e Mazagão, abrangendo unidades familiares às margens do rio Anauerapucu, rio Banha e foz dos rios Vila Nova e Mazagão Velho.

## Mapa 2 – Mapa da localização da área de estudo



Fonte: NOT/IEPA (2022).

Entre os três municípios das áreas de estudo, o Afuá situa-se no Marajó Ocidental, do qual também fazem parte os municípios de Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São Sebastião da Boa Vista. Na parte Oriental, encontram-se os demais municípios que formam o Arquipélago do Marajó: Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

A população estimada do município de Afuá é de aproximadamente 39.910 habitantes, distribuídos numa área territorial de 8.338,43 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). A maioria da população é

rural, aproximadamente 72,9%, cuja densidade demográfica é de 4,19 hab/Km<sup>2</sup>, correspondente a uma taxa menor que a média do estado do Pará, que é de 6,07 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE 2021).

O Afuá limita-se ao norte com a Ilha Caviana, ao nordeste com o município de Chaves, ao sul com os municípios de Anajás e Breves, a sudeste com o município de Anajás, a sudoeste com os municípios de Breves e Gurupá, a leste com o município de Chaves e a oeste e noroeste com o Estado do Amapá. Tem como principal aspecto hidrográfico a Baía do Vieira Grande no centro do município, circundada por várias ilhas e furos, além do Canal do Norte que separa o município de Afuá do estado do Amapá. A sede do município situa-se a aproximadamente 36 horas de barco até a capital Belém e a quatro horas de barco ou duas horas de lancha expressa até a cidade de Macapá, capital do Amapá (PREFEITURA DE AFUÁ, 2021).

O Município de Santana localiza-se a 23 quilômetros da capital Macapá, sendo o segundo maior município do Amapá. Sua população foi estimada em 124.808 habitantes, da qual a maioria é urbana, com aproximadamente 97,9%. A densidade demográfica é de 64,1 hab/Km<sup>2</sup>. Está localizado a 17 quilômetros da capital e faz limite com os municípios de Macapá, Mazagão e Porto Grande. Os portos de Santana têm capacidade para receber navios de passageiros oriundos de cidades paraenses e outros locais da Região Norte, além de porto específico para receber navios cargueiros de grande porte (PREFEITURA DE SANTANA, 2021).

O município de Mazagão localiza-se na parte sul do estado do Amapá, a 36,2 quilômetros da capital Macapá. A população estimada é de 22.468 habitantes, dos quais 51,4% são rurais. A área do município é de 13.294,78 e a densidade é 1,3 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010; IBGE 2021).

Da área total do município de Mazagão, 90% são cobertas por áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação) e assentamentos da reforma agrária. Faz limites com os municípios de Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Vitória do Jari.

Daqui em diante, para facilitar a leitura do texto, denomina-se a área de estudo localizada nas ilhas do município de Afuá de “Região A” e o lado amapaense da pesquisa de “Região B”.

### 4.3 CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA ÁREA DE ESTUDO

As duas áreas de estudo, Região A e Região B, estão dentro de Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), modalidade sob jurisdição do Incra, criada pela Portaria 627, de 30 de julho de 1987 (Quadro 2).

**Quadro 2 – Assentamentos Agroextrativistas na área de estudo**

Ordem	Município	Nome do Projeto	Área (ha)	Cap. Famílias	Fam. Assentadas	Data de criação
1	Santana	Anauerapucu	37.058,44	519	519	22/04/1998
1	Mazagão	Foz do Rio Mazagão Velho	13.835,27	300	261	16/07/2012
1	Afuá	Ilha Rasa	2.755,64	130	128	01/01/2008
2		Ilha Marajozinho	1.782,49	47	36	30/11/2011
3		Ilha Jurara	2.659,91	23	18	30/11/2011
4		Ilha Cajuuna	3.512,16	57	23	30/11/2011
5		Ilha Ararama I	9.359,86	83	44	30/11/2011
6		Ilha do Pará	43.534,54	1000	890	11/11/2009
7		Ilha Charapucu	201.768,81	900	680	11/11/2009
8		Ilha do Teles	3.781,08	70	40	01/01/2008
9		Ilha Panema	7.804,92	144	135	01/01/2008
10		Ilha Caldeirão	8.237,97	120	77	01/01/2008
11		Ilha Conceição I	13.193,22	200	183	01/01/2008
12		Ilha Baiano	13.452,89	91	91	01/01/2008
13		Ilha dos Carás	13.609,94	197	168	01/01/2008
14		Ilha Maracujá I	22.511,56	300	236	01/01/2008
15		Ilha Salvador	26.619,13	250	228	01/01/2008
16		Ilha Jurupari I	40.182,30	276	276	01/01/2008
17		Ilha Queimada	92.902,63	750	716	01/01/2008
18		Ilha do Meio	26.694,34	500	439	31/12/2008

Fonte: MAPA. Relatório Incra, de 16/11/2021. Elaboração da autora (2022).

Ao contrário de um projeto de assentamento convencional, no qual ocorre o deslocamento de pessoas de outros locais, o PAE tem como característica a regularização de terras para populações que já viviam na área a ser demarcada, onde existem relações sociais já estabelecidas, organizações e redes de reciprocidade, cujas atividades produtivas incluem coleta de frutas, sementes, resinas, óleos essenciais, plantas medicinais, entre outros produtos florestais manejados ou não (THOMAS, 2019). O reconhecimento de uma área na modalidade PAE permite também a inclusão das famílias na Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Lideranças como Chico Mendes, do Acre, Pedro Ramos, do sul do Amapá, e tantos outros, foram protagonistas no processo de criação dos assentamentos agroextrativistas e das reservas extrativistas, influenciando no processo de rompimento com a herança do sistema de aviação em toda a Amazônia.

Nas Ilhas do Arquipélago do Marajó, grandes áreas de terras públicas da Marinha Brasileira foram apropriadas por famílias influentes de Macapá e Belém que possuíam um documento de compra e venda registrado em cartório. Os chamados “patrões” mantinham seus empregados que chamavam de “fregueses”, numa situação de escravidão por dívida nas terras que diziam ter domínio (GONÇALVES et al., 2016).

Segundo os autores, as décadas de 1960 e 1970 marcaram esse período, no qual as famílias moravam e trabalhavam nas terras do suposto “patrão” e produziam no sistema de “meia”, que consistia em divisão igual de tudo o que era produzido pelas famílias “freguesas”. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), as reuniões das comunidades eclesiais de base foram importantes no processo de conscientização da população camponesa do Marajó acerca de seus direitos. No município de Afuá, o movimento culminou com a criação do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), em 1984, que à época se chamava Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Ainda segundo Gonçalves et al. (2016), a luta das populações camponesas do Marajó se torna mais significativa ao descobrirem que as terras que se dizia dos “patrões” eram na verdade domínio da União. Daí em diante passam a reivindicar liberdade e autonomia.

Em 2005, após reivindicações de lideranças locais juntamente com um conjunto de institucionalidades, o governo federal iniciou o cadastramento de terras em quatro municípios do arquipélago (Afuá, Breves, Gurupá e Ponta de Pedras). À época, o levantamento revelou uma estrutura fundiária de terras bastante concentrada na região, sendo que 80% são de 15 módulos fiscais em diante, enquanto as propriedades com até quatro módulos fiscais (79%) ocupam menos de 10% da área total cadastrada. O cadastramento culminou com a criação dos 18 PAEs nas ilhas do Afuá (IPEA, 2015; GONÇALVES et al., 2016).

Apesar dos avanços conquistados com a criação dos assentamentos nas garantias de uso da terra, os entrevistados relataram problemas em relação a divisões de herança. A informalidade inviabiliza determinados tipos de financiamento por parte dos filhos que podem comprovar a posse, apesar de terem sido contemplados com um lote pelos pais.

Muitas famílias ainda vivem um processo de fragilidade em relação ao seu território. Seja porque estão sujeitos a disputas com os grandes proprietários ou subjugados pela prática do aviamento que vigorou durante a economia da borracha e ainda persiste, conforme evidências:

Extensas áreas nas margens de rios, furos e igarapés encontram-se nesta situação. Das localidades visitadas, constatou-se flagrante exploração do trabalho ribeirinho até os dias de hoje na região do rio Charapucu, no rio Curupaxi e no Furo dos Porcos. Os patrões são, em geral, donos de comércio na cidade, militares ou ex-políticos, de famílias influentes na cidade e geralmente residem em Macapá ou Belém. Alguns ainda mantêm o aviamento com os seus fregueses, fazendo-lhes permanentes devedores de seus comércios ao elevar os preços das mercadorias acima do valor encontrado na cidade e ao mesmo tempo subvalorizar o trabalho, ao taxar em preços baixíssimos o produto vendido pelo freguês (IPEA, 2015, p. 166).

O movimento de luta por direitos foi igualmente expressivo no sul do Amapá. A partir de 1984, sob a liderança de Pedro Ramos, do sindicato de trabalhadores, iniciou um processo de resistência para ficar na terra onde os extrativistas eram explorados pela Empresa Jari (CHAGAS, 2021). No ano seguinte, em 1984, a criação do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), atual Conselho Nacional das Populações Extrativistas, unificou suas lutas.

Paralelamente ao processo de luta dos movimentos sociais, havia uma pressão política externa pela preservação da biodiversidade e dos movimentos ecológicos preocupados com o desmatamento e as mudanças climáticas globais. De maneira que no final da década de 1980 e início da década de 1990 foram criados o PAE Maracá e a Resex Cajari, no sul do Amapá (FILOCREÃO, 2007; FERNANDES, 2017). São os primeiros assentamentos diferenciados, nos quais as populações já habitavam suas áreas.

Na Região B, o PAE Anauerapucu, no município de Santana, foi criado em 1998, está localizado a 16 quilômetros do município e 27 quilômetros da capital, Macapá. Faz limite ao norte com a estrada que dá acesso ao distrito de Igarapé do Lago, ao sul e oeste com o rio Vila Nova e ao leste com o rio Pirativa. O acesso terrestre é feito pela rodovia AP 070, enquanto o acesso fluvial é pelo rio Anauerapucu/Vila Nova.

O PAE Anauerapucu, assim como muitas áreas ribeirinhas próximas das cidades, tem suas margens transformadas em áreas de lazer nos fins de semana, uma vez que foram compradas por moradores da cidade. Nas entrevistas, as famílias relataram os conflitos gerados pelo barulho de sons das festas de final de semana, além do tráfego intenso de barcos.

O município de Santana possui ainda dois assentamentos da reforma agrária: PA Matão do Piaçacá e PA Serra do Navio. Ainda na Região B, o PAE Foz do Mazagão Velho está situado a 43 quilômetros de Macapá. Seus lotes se distribuem entre os rios Mutuacá, Mutuacá Mirim e entre os igarapés Grande e Espinhel. O município abriga ainda parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, parte da Resex Cajari, o PA Piquiazal, o PAE Maracá, o PAE Barreiro e o PAE Ilha de Aruãs.

Quanto ao vínculo das famílias entrevistadas com a área onde residem, com base no tempo de permanência dos entrevistados na região e na unidade familiar, observa-se que, em 2000, havia um vínculo sólido em ambas as regiões de análise. Na Região A, 100% eram procedentes do Estado do Pará, com o tempo médio de 38 anos de ocupação na propriedade e 34 anos de residência na região (Tabela 1).

Na Região B, ainda em 2000, a naturalidade dos entrevistados se divide entre os estados do Pará (56%) e Amapá (44%), justificada pela forte relação comercial e de acesso às políticas públicas existentes entre as ilhas do Pará e as cidades de Macapá e Santana. O tempo médio de residência era de 25 anos, enquanto o de ocupação na propriedade era de 16 anos (Tabela 1).

**Tabela 1 - Naturalidade e tempo de permanência na área de estudo em 2000**

Áreas de Estudo	Procedência / naturalidade (%)			Tempo de permanência	
	Estado do Amapá	Estado Pará	Outros Estados	Tempo médio de residência na região (anos)	Tempo médio de ocupação na propriedade (anos)
<b>Região A</b>	-	100	-	38,0	34,0
<b>Região B</b>	56,0	44,0	-	25,0	15,7

Fonte: Banco de Dados (2000). Elaboração da autora (2022).

Em 2020, a maioria dos moradores das ilhas do Pará (Região A) era natural do Estado do Pará (75%), cujo tempo médio na região e na propriedade era de 48,6 e 39,4 anos, respectivamente, revelando que possivelmente se trata de uma geração de filhos à frente da propriedade (Tabela 2). De maneira semelhante ocorre na Região B quanto ao tempo de permanência, embora o percentual de naturalidade dos entrevistados tenha relação com o descrito no parágrafo anterior, tratando-se de famílias com laços familiares entre as duas localidades.

**Tabela 2 - Naturalidade e tempo de permanência na área de estudo em 2020**

Áreas de Estudo	Procedência / naturalidade (%)			Tempo de permanência	
	Estado do Amapá	Estado do Pará	Outros Estados	Tempo médio de residência na região (anos)	Tempo médio de ocupação na propriedade (anos)
<b>Região A</b>	25,0	75,0	-	48,6	39,4
<b>Região B</b>	54,5	45,5	-	34,7	32,3

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

#### 4.4 CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

##### 4.4.1 Faixa etária

Nos anos 2000, a maior frequência das pessoas entrevistadas era de adultos, na faixa etária de 31 a 40 anos (33,3%) e 51 a 60 anos (23,8%) para a Região A. Na Região B, a maioria se encontrava na faixa de 31 a 40 anos e 41 a 50 anos, ambos com 25,8% dos entrevistados (Tabela 3).

**Tabela 3 – Idade dos produtores entrevistados por faixa etária em 2000**

Áreas	Faixa etária - Frequência relativa (%)				
	até 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	acima de 60 anos
<b>Região A</b>	9,5	33,3	0,0	23,8	14,3
<b>Região B</b>	19,4	25,8	25,8	16,1	12,9

Fonte: Banco de Dados (2000). Elaboração da autora (2022).

Em 2020, observa-se que a maioria dos sujeitos entrevistados nas duas áreas de estudo encontravam-se nas faixas etárias de 41 a 50 anos e acima de 60 anos. A primeira com 35% e 25% e a segunda com 27,3% e 36,4%, respectivamente (Tabela 4). Não há elementos para suposições acerca do aumento na taxa de envelhecimento da população, pois existem especificidades de uma área para outra. Da mesma forma, a tendência de envelhecimento da população rural em outras regiões do país não pode ser comparada com a realidade da Amazônia rural.

Contudo, os resultados de 2020 sugerem o esvaziamento do território pelas faixas etárias mais jovens, representado por pessoas com até 30 anos, sendo 15% na Região A e 0 na região B (Tabela 4).

**Tabela 4 – Idade dos produtores entrevistados por faixa etária em 2020**

Áreas	Faixa etária - Frequência relativa (%)				
	até 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	acima de 60 anos
<b>Região A</b>	15,0	15,0	35,0	10,0	25,0
<b>Região B</b>	0,0	18,2	27,3	18,2	36,4

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

No conjunto da unidade familiar, as maiores frequências de faixas etárias nas Região A ocorreram assim: em 2000 foi de 0 a 10 anos (27,7%) e 11 a 20 anos (35%). Essas faixas etárias se sobressaem após vinte anos, em menor percentual, de 21,3% e 20,6%, para as faixas etárias citadas (Tabelas 5 e 6).

A Região B acompanhou a faixa etária da Região A para o ano 2000. A maioria encontrava-se na faixa etária entre 0 e 10 anos (35,5%) e 11 a 20 anos (33,1%). Em 2020, a maioria das pessoas encontrava-se nas seguintes faixas etárias: 31 a 40 anos (19,1%) e acima de 50 anos (23,4%), revelando uma inversão, de crianças e jovens para uma população em sua maioria adulta (Tabelas 5 e 6).

Quanto ao gênero, nos últimos vinte anos prevaleceu uma pequena diferença no número de homens em relação ao número de mulheres, com um ligeiro aumento no número de mulheres. Na Região A, em 2000, 54,5% eram homens e 45,5% eram mulheres. Após 20 anos, o número de homens caiu para 52,3% e o de mulheres aumentou para 47,7%, prevalecendo um percentual maior de homens.

Por sua vez, na Região B, a média de homens era de 55,4% e a de mulheres de 44,6%. Após 20 anos caiu o número de homens para 51,1% e aumentou o número de mulheres para 48,9%. Portanto, após vinte anos prevaleceu o número maior de homens, mas com um pequeno percentual de diferença em relação às mulheres (Tabelas 5 e 6).



**Tabela 5 – Faixa etária dos familiares – Frequência relativa e participação percentual por gênero em 2000**

Faixa etária	Região A			Região B		
	Frequência relativa (%)	Participação percentual por gênero (%)		Frequência relativa (%)	Participação percentual por gênero (%)	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
0 a 10 anos	27,7	47,4	52,6	35,5	50,6	49,4
11 a 20 anos	35,0	56,3	43,8	33,1	60,2	39,8
21 a 30 anos	10,9	66,7	33,3	10,8	51,9	48,1
31 a 40 anos	10,2	50,0	50,0	6,4	37,5	62,5
41 a 50 anos	7,3	40,0	60,0	6,4	68,8	31,2
acima de 50 anos	8,3	66,7	33,3	8,0	65,0	35,0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>média = 54,5</b>	<b>média = 45,5</b>	<b>100</b>	<b>média = 55,4</b>	<b>média = 44,6</b>

Fonte: Banco de Dados (2000). Elaboração da autora (2022).

**Tabela 6 – Faixa etária dos familiares – Frequência relativa e participação percentual por gênero em 2020**

Faixa etária	Região A			Região B		
	Frequência relativa (%)	Participação percentual por gênero (%)		Frequência relativa (%)	Participação percentual por gênero (%)	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
0 a 10 anos	21,3	54,5	45,5	17,0	71,4	28,6
11 a 20 anos	20,6	53,1	46,9	14,9	71,4	28,6
21 a 30 anos	16,8	50,0	50,0	12,8	50,0	50,0
31 a 40 anos	11,6	44,4	55,6	19,1	33,3	66,7
41 a 50 anos	12,3	57,9	42,1	12,8	50,0	50,0
acima de 50 anos	17,4	51,9	48,1	23,4	54,5	45,5

Faixa etária	Região A			Região B		
	Frequência relativa (%)	Participação percentual por gênero (%)		Frequência relativa (%)	Participação percentual por gênero (%)	
		Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>média = 52,3</b>	<b>média = 47,7</b>	<b>100</b>	<b>média = 51,1</b>	<b>média = 48,9</b>

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Na composição familiar, em 2020, identificou-se uma estrutura familiar ampliada, sobretudo na Região A, que é de aproximadamente 6,3 pessoas por família. Havia unidades familiares com agregados, sendo filhos e filhas casados, com ou sem filhos que permaneceram na propriedade. A maior dessas famílias era composta por 17 pessoas (o casal, seus 10 filhos, e mais duas noras, dois genros e uma neta).

Na Região B, a média é de 6,2 pessoas. A maior família de entrevistados foi de nove pessoas (o casal e mais sete filhos). Na maioria das vezes, o número ampliado de familiares ocorre porque os filhos casados permaneceram na unidade familiar trabalhando na produção de açaí ou exercendo atividades complementares.

#### 4.4.2 Escolaridade

O município de Afuá, na Região A, Pará, possui 205 escolas municipais de ensino fundamental e oito escolas estaduais de ensino médio, atendendo áreas rurais e urbanas, sendo insuficientes para o atendimento a demanda de alunos em idade escolar. Na comunidade São José, no Rio Maniva, no mesmo município, muitos estudantes atravessam o Canal do Norte diariamente para frequentar as aulas em escolas do município de Santana e, uma vez que estão fora dos limites do Estado do Pará, não são atendidos pelo transporte escolar do Amapá.

Na Região B, as famílias do PAE Anauerapucu são atendidas por uma escola estadual e outra municipal, também insuficiente para o atendimento à comunidade. De maneira que precisam se deslocar para a sede do município ou para as cidades de Macapá e Santana.

Houve relatos sobre o sentimento de insegurança dos estudantes que estudam no horário noturno e se deslocam para essas cidades, já que estes utilizam o transporte público que os deixa apenas até a Rodovia AP 070. A insegurança é ainda maior quando perdem o horário do transporte e não tem opção de pernoitar na cidade onde estudam.

As famílias do PAE Foz do Mazagão Velho são atendidas somente por escola de ensino fundamental. A escola estadual mais próxima fica situada no Distrito de Carvão, no mesmo município. É uma Escola Familiar Agrícola que funciona em regime de alternância, ou seja, o aluno divide sua atividade escolar com a vivência na sua comunidade. A sede do município de Mazagão possui um campus da Universidade Federal do Amapá (Unifap), onde é oferecido o curso de Educação do Campo, além de outros cursos.

No ano 2000, a pesquisa revelou uma baixa escolaridade dos entrevistados. Nas duas áreas de estudo havia mais analfabetos e pessoas que apenas assinavam o nome: a Região A com 28,6% e 52,4%, respectivamente, enquanto a Região B com 25,8% e 6,4%, respectivamente. Passados 20 anos, houve redução nesses percentuais na Região A: analfabetos (10%) e pessoas que apenas assinavam o nome (20%). Contudo, ocorreram aumentos percentuais na Região B, sendo: analfabetos (36,4%) e pessoas que apenas assinavam o nome (9,1%), conforme observa-se na Tabela 7.

É possível que haja alguma distorção no aumento do número de analfabetos na Região B, uma vez que houve uma redução da taxa de analfabetismo da população na faixa etária de 15 anos em diante, aliado ao aumento da média de anos de estudo (Tabela 7).

**Tabela 7 – Escolaridade dos produtores entrevistados (2000-2020)**

<b>Grau de escolaridade - Frequência relativa (%)</b>				
<b>Ano</b>	<b>Analfabetos</b>	<b>Só assina o nome/lê pequeno texto</b>	<b>Frequentou a escola</b>	<b>Frequenta a escola</b>
<b>Região A</b>				
<b>2000</b>	28,6	52,4	19,0	0,0
<b>2020</b>	10,0	20,0	60,0	10,0
<b>Região B</b>				
<b>2000</b>	25,8	6,4	64,5	3,3
<b>2020</b>	36,4	9,1	45,5	9,0

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

A redução do número de pessoas que frequentaram a escola na Região B também é um indicador do aumento no número de analfabetos. Nos anos 2000, 64,5% dos componentes da família frequentaram a escola, enquanto na última pesquisa esse número foi reduzido para 45,5%. (Tabela 7).

Analisando a população em idade escolar de 7 a 14 anos, observa-se uma taxa de evasão escolar entre 2,8% e 2,9%, respectivamente para as regiões A e B, em 2000, zerando esses percentuais em 2020 (Tabela 8). Contudo, os estudantes do ensino médio e superior enfrentam dificuldades para a continuidade dos estudos, uma vez que não possuem residência na cidade, o que se torna inviável para famílias de menor renda.

Quanto à taxa de analfabetismo dos familiares com idade a partir de 15 anos, observa-se que os percentuais em relação ao total dessa faixa etária são de 23% e 26,6% nas regiões A e B, respectivamente. Houve uma queda diferenciada em 2020, sendo de 5,3% na Região A e 11% na Região B, portanto, a média de estudo teve um crescimento maior na Região B (Tabela 8).

**Tabela 8 – Escolaridade da Unidade familiar (2000-2020)**

Ano	População em idade escolar (7 a 14 anos)	População de 15 anos ou mais de idade	
	% de alunos fora da sala de aula	Taxa de analfabetismo (%)	Média de anos de estudo (%)
<b>Região A</b>			
<b>2000</b>	2,9	23,0	5,0
<b>2020</b>	0	5,3	6,7
<b>Região B</b>			
<b>2000</b>	2,8	26,6	4,3
<b>2020</b>	0	11,0	7,6

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

#### 4.4.3 Saúde e Uso de Plantas Medicinais

A mortalidade infantil e as doenças como diarreia, relacionadas com a falta de saneamento, são muito comuns nas unidades familiares da várzea estuarina. Segundo IBGE (2020), a mortalidade infantil para cada 1000 nascidos vivos nos municípios foi assim distribuída: Afuá (14,5%), Santana (17,5%) e Mazagão (3,8). As internações por diarreia para cada 1000 habitantes foi: Afuá (5,5%), Santana (0,5%) e Mazagão (0,5%).

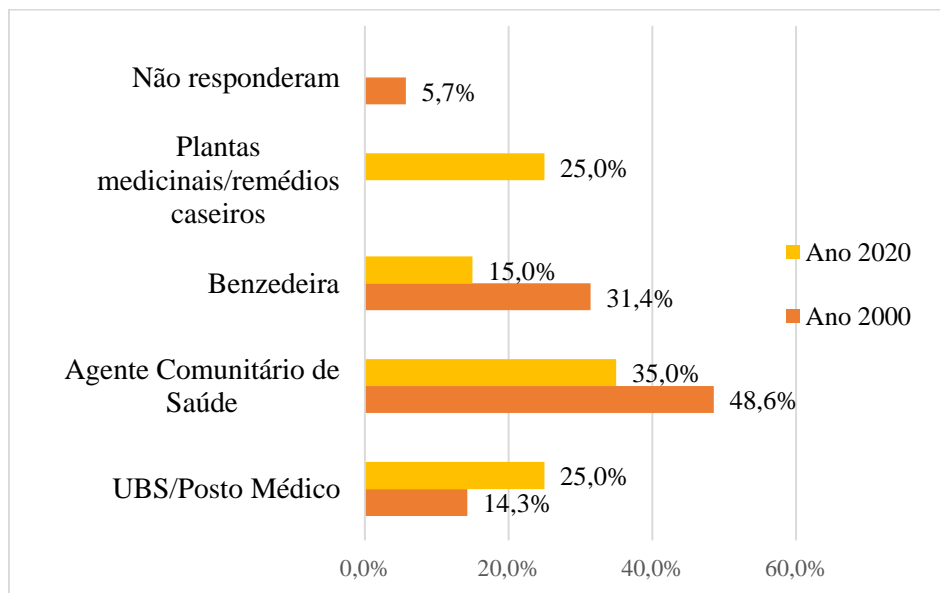
Segundo o CNES<sup>9</sup>, os dados de 2022 revelaram as seguintes instalações para a política de saúde para a Região A: e 17 postos de saúde, dos quais 13 estão na sede do município e quatro em áreas mais remotas, uma Equipe de Saúde da Família ribeirinha por meio de uma UBS fluvial, cujo atendimento ocorre mensalmente nas comunidades, além de uma equipe de 13 médicos na sede do município.

Na Região B, observou-se a existência de um posto médico em cada uma das áreas pesquisadas: Distrito do Anauerapucu, Foz do Rio Vila Nova e Foz do Rio Mazagão Velho.

Retornando ao ano 2000, para efeito de comparação, o formulário de entrevistas trouxe poucas informações acerca da saúde das famílias entrevistadas, resumindo-se a três perguntas: em caso de doença na família, onde procuram atendimento; para qual local se deslocam em caso de doença grave; e se usam plantas medicinais.

O Gráfico 1 revela que na Região A, em caso de doença na família, os entrevistados recorrem ao Agente Comunitário de Saúde. Tanto para o ano 2000 (48,6%) quanto para o ano de 2020 (35,0%). Em seguida aparecem as benzedeiras com 31,4% e 15,0%, respectivamente, em 2000 e 2020.

**Gráfico 1 – Tipo de atendimento em caso de doença na família - Região A (2000-2020)**

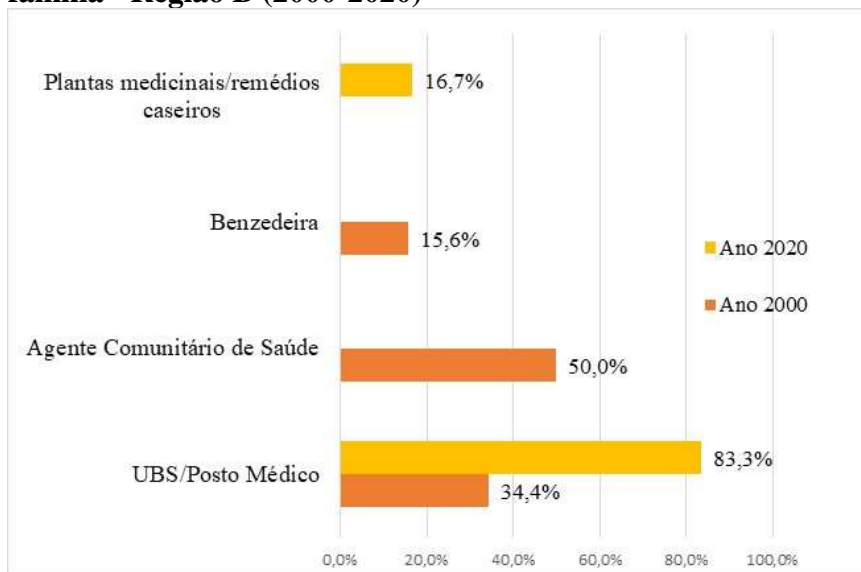


Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

<sup>9</sup> Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Disponível em <https://cnes.datasus.gov.br/>. Acesso em 13 mar. 2022.

Por sua vez, em 2000, na Região B prevalecia o atendimento dos Agentes Comunitários de Saúde (50%), seguido dos postos médicos com 34,4%. As benzedadeiras apareciam com 15,6% dos atendimentos. Em 2020, a maioria dos entrevistados informou que procura pelos postos médicos ou UBS (83,3%). Como segunda opção aparece o uso de plantas medicinais e remédios caseiros (16,7%), conforme observa-se no Gráfico 2.

**Gráfico 2 – Tipo de atendimento em caso de doença na família - Região B (2000-2020)**



Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Na Amazônia, o Agente Comunitário de Saúde faz parte da estratégia de saúde da família. Uma de suas funções é de aproximar os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e a equipe das Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma vez que é uma pessoa da comunidade ou das proximidades, e cujos vínculos entre eles facilita o seu trabalho (BRASIL, 2008). “É considerado os ‘olhos’ dos médicos nas comunidades, além de estarem disponíveis a qualquer hora e para qualquer tipo de atendimento, desde picadas de cobra, partos e até hemorragias graves” (TERRA, 2021, p.1).

As benzedadeiras, também conhecidas como curandeiras ou parteiras, utilizam as plantas medicinais para a cura das doenças do corpo e do espírito e são responsáveis por trazer novos seres à vida e prolongar outras. Distantes da cidade, dos hospitais e centros de saúde, por muito tempo foram as únicas opções de atendimento.

Seus saberes, adquiridos ancestralmente, são necessários e indispensáveis em lugares remotos, sobretudo para as populações que residem nas ilhas do estuário, impossibilitadas pela distância ao acesso às políticas públicas nos limites do próprio estado. Cabe às mulheres, predominantemente, a manutenção e continuidade da tradição.

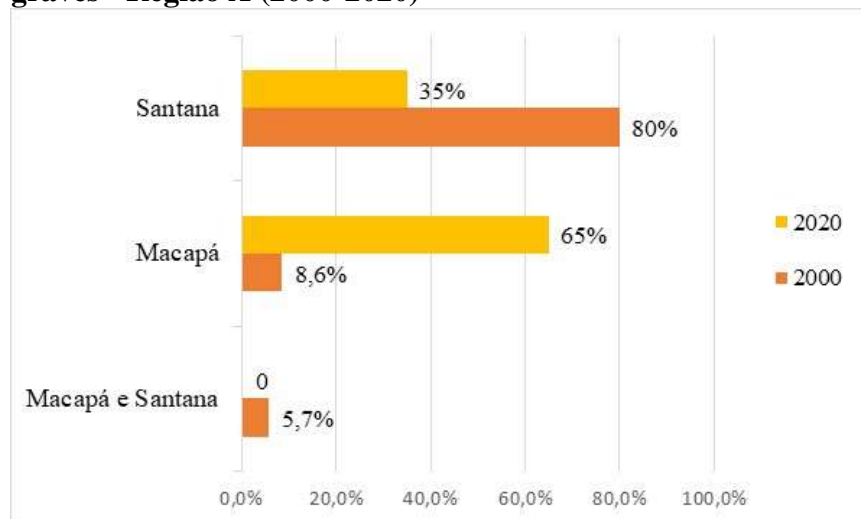
Quando as benzedeadas e suas plantas não alcançam a cura, nos casos mais graves e complexos, as famílias procuram o atendimento nas cidades de Macapá ou Santana, sobretudo quando necessitam do diagnóstico de especialistas, como intervenções cirúrgicas, entre outros.

No ano 2000, a busca por atendimento nos órgãos de saúde ocorria com maior frequência no município de Santana. Em 2021, a preferência foi por Macapá (Gráficos 3 e 4), pois apresentava uma estrutura médica melhor em comparação aos demais municípios.

A Região A pertence ao município paraense, mais tem proximidade com os municípios do lado amapaense, de maneira que existe um peso na estrutura de saúde do Amapá, e que deveria ser valorado para possíveis compensações.

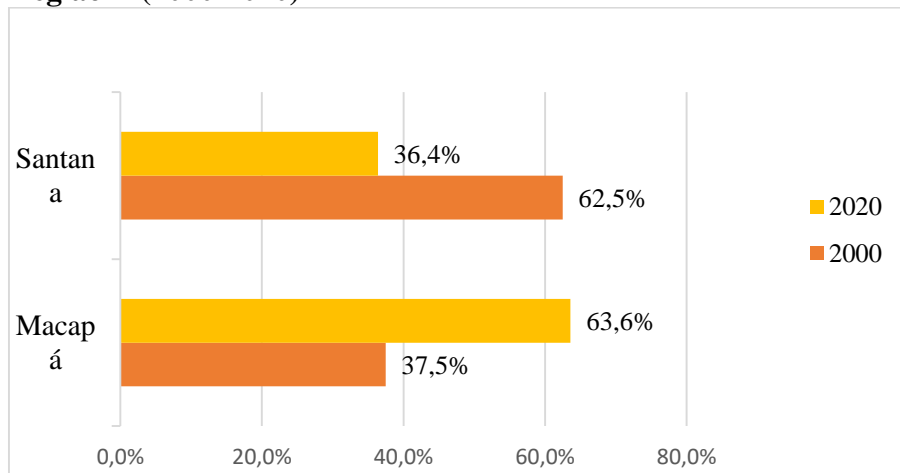
O município de Mazagão não aparece entre as opções dos entrevistados, uma vez que não existiam hospitais públicos em 2000 e, em 2020, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) não realizaram procedimentos mais complexos, uma vez que a prioridade era o atendimento aos pacientes com sintomas de Covid-19.

**Gráfico 3 – Busca por atendimento à saúde nos casos mais graves - Região A (2000-2020)**



Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

**Gráfico 4 – Busca por atendimento à saúde nos casos mais graves – Região B (2000-2020)**



Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

A respeito das plantas que utilizavam com maior frequência, ao comparar as respostas nos dois bancos de dados, observa-se uma diversidade maior em 2020 (Quadro 3), confirmando as práticas ancestrais no uso das plantas medicinais e remédios naturais.

**Quadro 3 – Principais plantas e remédios naturais usados com maior frequência (Regiões A e B)**

Nome da planta	Região A		Região B	
	2000	2020	2000	2020
Açafrão				
Alfavaca				
amor crescido				
Anador				
Andiroba				
Arruda				
Babosa				
Boldo				
Canafiche				
Canela				
Capim santo				
Catinga de mulata				
Cedro				
Chicória				
Cibalena				
Cipó alho				
Cipó pucá				
Copaíba				



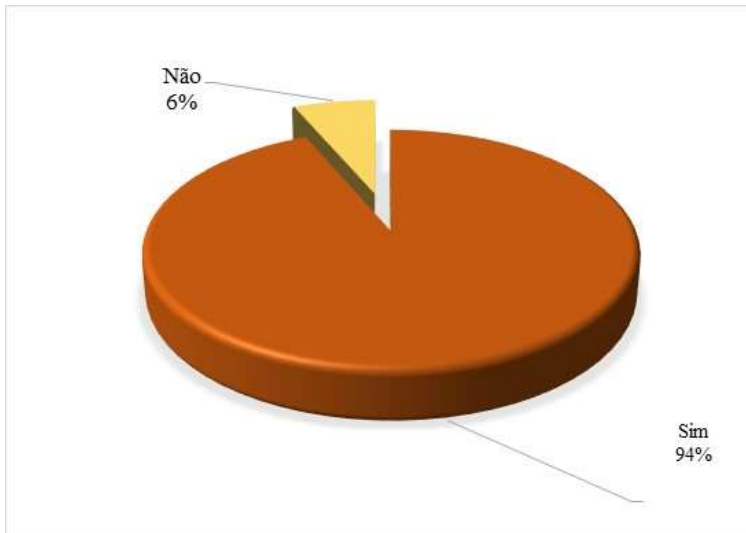
Nome da planta	Região A		Região B	
	2000	2020	2000	2020
Cravo				
Cura tudo				
Elixir paregórico				
Erva cidreira				
Folha de abacate				
Folha de algodão				
Folha de amora				
Folha de pirarucu				
Garrafada				
Gengibre				
Hortelã				
Hortelãzinho				
Jambu				
Japana				
Lágrima de Jesus				
Limão				
Manjerona				
Manjericão				
Marupá				
Mastruz				
Mel de abelhas				
Melhoral				
Mucuracaá				
Oriza				
Pariri				
Piã branco				
Piã Roxo				
Pracaxi				
Sacaca				
Salvia				
Sucuúba				
Unha de gato (Jupindá)				
Urtiga				
Urucum				
Vassourinha				
Verônica				
Vergamota				

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Nota: A área hachurada sinaliza o uso da planta/produto natural.

As plantas medicinais e os remédios caseiros foram largamente utilizados para conter ou mitigar os sintomas da Covid-19 nas comunidades rurais, conforme apurado na entrevista semiestruturada aplicada em 2020 na área da pesquisa. Das famílias entrevistadas, 6% responderam que não utilizaram plantas ou remédios caseiros, enquanto 94% afirmaram que sim (Gráfico 5).

**Gráfico 5 – Utilização de plantas medicinais e remédios caseiros contra a Covid-19**



Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Limão, jambu, alho e mel de abelhas foram as plantas e remédios caseiros que apareceram com maior frequência para o combate à Covi-19. Nos relatos, os entrevistados afirmaram que fizeram xaropes, chás e sucos de uma diversidade de plantas, frutos e ervas (Quadro 4).

Uma das entrevistadas, moradora do rio Anauerapucu, ressaltou que seus remédios eram compartilhados com outras famílias acometidas pela Covid-19, tornando-se uma referência na vila onde reside. Outra entrevistada pediu para não revelar os produtos que utiliza para a fabricação do xarope, que segundo ela salvou pessoas da família e do entorno.

**Quadro 4 – Principais plantas e remédios naturais utilizados contra a Covid-19**

Nome Popular	Frequência
Açafrão da terra	1
Babosa	1

Nome Popular	Frequência
Canafiche	1
Cebola	1
Cumaru	1
Folha de algodão	1
Folha de pirarucu	1
Hortelã grande	1
Mastruz	1
Andiroba	2
Capim santo	2
Copaíba	2
Boldo	3
Quina	3
Gengibre	4
Mel de abelhas	8
Alho	9
Jambu	12
Limão	13

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

#### 4.4.4 Juventude

Assim como em outras áreas rurais do Brasil, a juventude do estuário amazônico vive o dilema entre ficar na comunidade ou migrar para a cidade. O dilema entre migrar e possivelmente alcançar melhores oportunidades, satisfação econômica, social e organizativa que os conduza à independência e autonomia, ou ficar e lutar por melhores condições de vida (BARBIERI, 2018). Não costuma ser uma opção, pois muitas vezes o retorno é inviabilizado por falta de políticas públicas efetivas de permanecer em suas unidades familiares, de trabalho em suas comunidades, ou até mesmo de lazer.

É importante notar que, nas unidades familiares, os jovens se envolvem muito cedo nas atividades produtivas, o que ocorre muitas vezes ainda na infância. Nos açaiçais, por exemplo, as crianças costumam subir nas palmeiras mais finas e altas, pois a árvore suporta o seu corpo com mais facilidade, o que não evita os acidentes. Presume-se que, desde que o peconheiro<sup>10</sup> começou a ser contratado para além da unidade familiar, houve redução no uso da mão de obra infantil nos açaiçais.

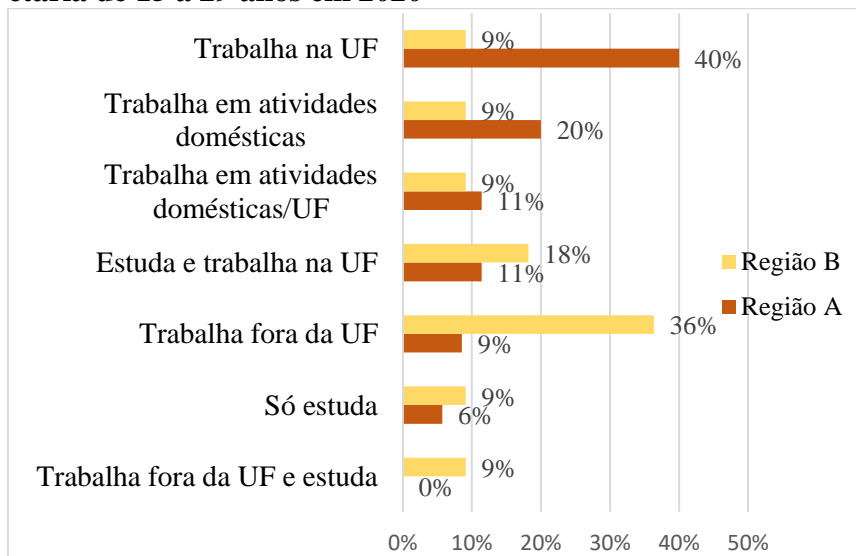
<sup>10</sup> Peconheiro é o escalador da palmeira de açaí que utiliza a peconha, um laço de corda ou fibra que se prende nos pés para auxiliar na subida do açazeiro (EMBRAPA, 2016).

Nas Tabelas 5 e 6 (já apresentadas), quando se observa a faixa etária de 11 a 20 anos revela-se um número significativo de jovens no ano 2000 para as duas regiões de análise. Entretanto, em 2020, mantém-se um número expressivo dessa faixa etária na Região A e reduz-se na Região B.

Ainda em 2020, ao fazer um recorte da faixa etária de 15 a 29 anos, a qual é considerada como juventude rural para efeito de acesso às políticas públicas, têm-se que 29% estão nessa faixa etária. Ainda na mesma faixa etária, a condição de atividade dos familiares (Gráfico 5) revela que na Região A predomina o trabalho na atividade produtiva (40%), seguido do trabalho doméstico (20%).

No mesmo gráfico, na Região B se sobrepõe o trabalho fora da unidade familiar (36%), seguido do estudo conciliado com o trabalho na unidade familiar (18%), conforme visualizado no Gráfico 6.

**Gráfico 6 – Condição das atividades dos familiares na faixa etária de 15 a 29 anos em 2020**



Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Ainda na faixa etária de 15 a 29 anos, os dados revelaram que 7% frequentaram o ensino superior, sendo que dois jovens estavam à frente da unidade familiar. Os 9% que ainda frequentavam o ensino superior não atuavam diretamente na unidade familiar, uma vez que precisavam se ausentar para outra cidade ou para a sede do município, nos casos de Santana e Mazagão.

Nos relatos dos entrevistados em 2020, acerca da participação dos filhos na atividade produtiva, observa-se na Região A uma tendência de retorno para as suas comunidades, inclusive de jovens que saíram para estudar na cidade. Uma justificativa para essa tendência é que a renda do açaí costuma ser mais atrativa que muitos empregos nas áreas urbanas.

#### **4.4.5 Organização Social**

Neste item, as informações que permitem a comparação entre os períodos de 2000 e 2020 se limitam à participação das famílias nas organizações sociais. Acrescenta-se levantamentos secundários para a sua complementação. A luta pela terra na Região A, entre 1980 e 1990, é o principal agente de mobilização para a organização social do campesinato no município de Afuá, conforme tratado no item sobre os aspectos da regularização fundiária. A criação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), em 19 de dezembro de 1984 é oriunda desse movimento.

Em todo o Marajó, lideranças locais se envolveram nas reivindicações pelo reconhecimento de seus territórios junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>11</sup>, do Incra e da Superintendência do Patrimônio da União (SPU). A criação do Fórum de Articulação para o Manejo Florestal no Estuário do Rio Amazonas (FAE), formado por organizações comunitárias, sindicatos rurais, além de órgãos ambientais e fundiários, se constituiu numa estratégia de proposições das populações tradicionais sobre uma política fundiária (CARVALHO et al, 2019), culminando na criação dos 18 Projetos de Assentamento Agroextrativistas do município de Afuá, entre 2008 e 2011, totalizando 147 PAEs e cinco Unidades de Conservação em todo o arquipélago.

A Tabela 9 reflete um pouco esse período. Na Região A, no ano 2000 havia maior participação em Conselhos Comunitários (11,4%), Colônias de Pescadores (17,1%) e Comunidades de Base (27,1%). Passados vinte anos, o STTR se mantém atuante no Afuá como observou-se na pesquisa de campo de 2020, na qual 25% dos entrevistados disseram que participavam do STTR, enquanto 20% faziam parte do quadro de associações.

---

<sup>11</sup> À época não havia sido criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), com atribuições relativas a proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação. Lei 11.516, de 28 ago. 2007. (BRASIL, 2007). Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111516.htm+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em 21 abr. 2021.

Por sua vez, na Região B, em 2000 (Tabela 9), as famílias participavam de cooperativas, sindicatos, associações, etc., em maior número nas associações (34,44%), seguido das comunidades de base com o mesmo percentual. Em 2020 prevalece a participação em associações com maior número (54,6%).

O município de Mazagão possui o maior número de organizações sociais de todo o estado do Amapá, com início na década de 1980, primeiramente com a criação da Associação de Agricultores de Mazagão Velho cujo principal objetivo era a organização política dos agricultores, além da organização da Feira de Produtores de Mazagão Velho (RABELO et al, 2005).

Destaque para a Associação das Mulheres Produtoras Agroextrativistas da Foz do Rio Mazagão Velho, que atua na defesa dos direitos dos assentados e articulação para a comercialização através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>12</sup>, além da intermediação na venda de açaí.

Em Santana, no Rio Anauerapucu, a organização que congrega o maior número de associados e com maior peso político é a associação do PAE de mesmo nome. Além dessas, existem inúmeras organizações sociais presentes nas áreas de estudo. São sindicatos, associações de moradores, cooperativas, colônias de pesca, entre outras modalidades que visam o atendimento de seus direitos e necessidades básicas.

**Tabela 9 - Participação em organizações sociais nas áreas de estudo (2000-2020)**

	Cooperativa	Sindicato	Associação	Conselho Comunitário	Colônia de Pesca	Comunidade de base
<b>Região A (%)</b>						
2000	0	20,0	8,6	11,4	17,1	27,1
2020	0	25,0	20,0	0	0	0
<b>Região B (%)</b>						
2000	6,3	6,3	34,4	3,1	18,8	34,4
2020	0	18,1	54,6	0	0	0

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

<sup>12</sup> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica criado através da Lei N. 11.947, de 16 jun. 2009 (BRASIL, 2009). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm) Acesso em 21 abr. 2021.

Durante o período de pesquisa de campo no rio Anauerapucu/Vila Nova, foi nítida a percepção de fragilidade da organização que representa o PAE. Os associados pouco participam das atividades, resumindo-se aos eventos que envolvem alguma ação da prefeitura ou do governo estadual. Cabe aos dirigentes decidir unilateralmente por todas as questões inerentes à associação, além de arcar com os custos de atividades fora do assentamento.

Os entrevistados que estavam como dirigentes de organizações, relataram a fraca participação de seus associados nas atividades. Normalmente são os dirigentes que tomam para si todas as responsabilidades do coletivo, inclusive financiando com recursos próprios as ações que participam e que necessitam de deslocamento.

As informações contidas no banco de dados de 2000 não permitiram uma análise mais detalhada do tecido social das áreas de estudo, devido a uma lacuna de perguntas desse cunho. Em especial, as perguntas do questionário de 2000, replicado em 2020, não possibilitaram uma análise sobre a pulverização de organizações, as causas da inadimplência, a fragilidade do quadro social, a fraca participação dos associados, entre outros.

#### **4.4.6 Mulheres**

Alguns aspectos não foram observados no banco de dados do ano 2000, como a participação da mulher. À época, as entrevistas eram realizadas somente com os homens: o pesquisador chegava na unidade familiar e perguntava pelo “chefe da família”. Ironicamente, para chegar até a porta da residência, atravessava o quintal gerido pelas mulheres, onde muitas vezes estava plantado o açaí do autoconsumo, as plantas medicinais para a cura do corpo e do espírito, e criação de pequenos animais como galinhas, suínos e patos.

A invisibilidade se estende ao reconhecimento de seu trabalho na reprodução social. Não há reconhecimento pelo trabalho que realizam, inclusive em pesquisas desenvolvidas na região do estuário, quando se reforça a narrativa de que a atividade do açaí é essencialmente masculina.

Para agregar outros elementos que revelassem a participação da mulher na unidade familiar, utilizou-se da entrevista semiestruturada. Na ocasião, as mulheres foram estimuladas a participar junto com seus companheiros de toda a entrevista, inclusive nas perguntas fechadas. E, num segundo momento, elas eram chamadas a participar individualmente. Quando estas não estavam presentes, não houve resposta para os itens sobre as mulheres, uma vez que eram

perguntas feitas diretamente para elas. Vinte e duas mulheres participaram da entrevista, ou seja, 71% do universo pesquisado.

As perguntas foram inspiradas numa pesquisa realizada em assentamentos rurais que analisou condições e perspectivas da agricultura familiar incorporando a análise das diferenças de gênero em substituição à “questão da mulher”. Com o título “Mulheres na Reforma Agrária, a experiência recente no Brasil”, o estudo, de maneira geral, resgata a diversificação de papéis desempenhados pelas mulheres, vistas como sujeitas (agentes/atrizes) “e não somente indivíduos no núcleo familiar ou invisíveis no interior da população” (MELO et al., 2010).

Adota-se parte das perguntas do estudo realizado pelas autoras e complementa-se com outras, ainda que numa dimensão menor, uma vez que não é o objetivo final deste estudo. Cabe aqui apenas introduzir a contribuição das mulheres, no sentido de recuperar a diversidade de papéis que exercem na reprodução social da unidade familiar no estuário amazônico. Foram feitas perguntas a respeito da titulação e posse de bens, administração das finanças da produção do açaí, divisão das tarefas domésticas e produtivas, participação em organizações sociais e cursos de capacitação, etc.

A DAP (Documento de Aptidão ao PRONAF) é um documento primordial para o acesso às políticas rurais. Possibilita ao segmento da agricultura familiar, indígenas e populações tradicionais, o acesso a pelo menos 15 políticas públicas, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), certificação de produtos, habitação rural, crédito da reforma agrária, os programas PAA e PNAE, entre outros.

Nas duas áreas de estudo, quando indagadas se possuíam DAP, nove mulheres (41%) responderam afirmativamente, das quais somente três eram da Região A. Sobre possuírem algum bem em seu nome, a maioria das entrevistadas disse não possuir (64%), enquanto 27% disseram que “sim” e duas mulheres disseram que os bens estão em nome do casal (Tabela 10).

Acerca do papel da mulher no espaço doméstico e produtivo, cabe salientar o estudo de Lobato (2015) sobre o cotidiano na Foz do rio Amazonas entre os anos de 1944 e 1964. O autor afirma que havia o controle do homem sobre a receita, mas que era complementada com a renda das mulheres que trabalhavam na cidade como domésticas. Segundo o autor,

O crescimento do número de funcionários públicos solteiros e de funcionárias públicas (enfermeiras, professoras e outras) que passavam boa parte do dia no trabalho externo ao lar criou uma grande demanda de empregadas domésticas em Macapá, no período estudado. Em geral, elas tinham entre 15 e 18 anos e moravam com seus patrões (LOBATO, 2015, p. 360).



Pode-se inferir que as mulheres daquela época só conseguiam ter autonomia de renda quando migravam para a cidade, pois na unidade produtiva cabia ao homem a administração dos recursos da família. Ademais, por serem solteiras ou separadas, estas mulheres não estavam sob o jugo do marido, como ocorria com as mulheres casadas.

Nas entrevistas realizadas em 2020, sobre a tomada das decisões relativas à renda da produção, a pesquisa revelou que ambos decidem sobre o que fazer com o dinheiro (73%). Por sua vez, 32% das mulheres disseram que são as responsáveis pela administração do dinheiro da produção (Tabela 10).

Pode-se deduzir que vem ocorrendo uma mudança de comportamento dos homens sobre o controle do dinheiro da família. Por outro lado, quando menos da metade das mulheres administra o dinheiro, isso denota que o controle masculino ainda existe, mesmo que disfarçado da desculpa de que “ambos” decidem juntos sobre o destino do dinheiro da produção.

Para uma análise mais detalhada, seria interessante o cruzamento dessas informações com o nível de renda, o tamanho da família, a idade do casal, grau de instrução do casal, entre outras informações que possam identificar novos elementos e mudanças nas relações de gênero no estuário amazônico.

**Tabela 10 - Participação das mulheres nas decisões**

Possui algum bem em seu nome?		Quem da família administra o dinheiro adquirido na produção?				Quem decide sobre o que fazer com o dinheiro da produção?		
Sim	Não	Mulher	Homem	Ambos	Cada cônjuge administra o seu dinheiro	Mulher	Homem	Ambos
27%	64%	32%	27%	27%	14%	14%	14%	73%

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

As perguntas 5 a 8 dizem respeito à divisão de tarefas entre homens e mulheres, uma vez que as atividades costumam ser realizadas por todos os membros em condição de trabalho. Sobre a participação dos homens (marido e filhos) no trabalho doméstico, 58% responderam que “sim”, os homens participam das tarefas: cozinham, lavam a louça, lavam roupa, limpam a casa e “batem o açaí” (beneficiamento do fruto em máquina processadora, também chamada de “amassadeira” ou “batedeira”).

Quanto ao trabalho desenvolvido no quintal como hortas, plantas medicinais e criação de pequenos animais, em geral são tarefas atribuídas à mulher. Em geral, elas plantam e cuidam da horta, alimentam os animais e fazem a colheita. Porém, o homem faz a capina, constrói o canteiro, aduba a terra, além de realizar conjuntamente com a mulher algumas dessas tarefas.

No quintal, as mulheres cultivam plantas medicinais, hortaliças e leguminosas em velhas canoas suspensas que foram inutilizadas para o transporte. No rio Maniva (PAE Ilha do Pará), 28 mulheres organizadas num coletivo trocam saberes e práticas ancestrais sobre a diversidade das plantas, hortaliças e coleta de sementes para a extração da polpa que vai se transformar em insumo para a indústria cosmética (Fotografias 2 e 3).

Num dos relatos, uma das mulheres comentou sobre a resistência do marido no trabalho com as sementes, pois alegava que a mulher reduziu seu tempo de trabalho na produção do açaí. Com o passar do tempo, relatou que o marido passou a fazer a limpeza da área de coleta para evitar a proliferação de animais peçonhentos. Afirmaram ainda que os homens mudaram de atitude ao perceberem que o dinheiro da venda das sementes complementava a renda da família de maneira significativa.

**Fotografia 2 – Mulheres em mutirão cultivando plantas medicinais - Região A**



Fonte: PANTOJA (2020)<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> PANTOJA, Kátia. ROSÁRIO, Lúcia. **Mulheres coletoras de sementes no estuário amazônico: a manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade.** II Jornada Amapaense de Botânica. Macapá-AP, 3-7 nov. 2020.

**Fotografia 3 - Mulheres fazendo a coleta de sementes oleagionosas - Região A**



Fonte: PANTOJA (2020)<sup>14</sup>.

Na pergunta sobre as atividades específicas na produção do açaí e de quais tarefas as mulheres desenvolvem, destacaram-se a debulha dos frutos, a catação (escolha dos frutos verdes), a pesagem e até a extração, que necessita subir na palmeira do açaí segurando um facão. Entretanto, observou-se em suas falas que essas atividades são vistas como menores, insignificantes frente ao “esforço” do homem no manejo, na extração e no transporte dos frutos.

---

<sup>14</sup> PANTOJA, Kátia. ROSÁRIO, Lúcia. **Mulheres coletoras de sementes no estuário amazônico: a manutenção da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade.** II Jornada Amapaense de Botânica. Macapá-AP, 3-7 nov. 2020.

Entre as entrevistadas, 23% administram a sua unidade familiar e são responsáveis por todas as atividades na produção do açaí como o manejo, extração do fruto, contratação de peconheiros, seleção dos frutos, pesagem e venda para os intermediários.

Na pergunta sobre quais outras atividades produtivas as mulheres realizam e se havia a participação dos homens nessa atividade, as respostas que apareceram com maior frequência foram: coleta de sementes, pesca do camarão, atividades na horta e no roçado. A participação dos homens foi maior na coleta de sementes (Tabela 11).

**Tabela 11 – Outras atividades produtivas e participação dos homens**

Atividade (%)		Quantidade de homens (marido e filhos) que participam da atividade
Coleta de sementes	41%	5
Pesca do camarão	27%	3
Pesca de peixes	5%	0
Roçado	18%	3
Plantas medicinais	9%	1
Horta	23%	2

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Sobre a participação das mulheres em organizações sociais, das 22 mulheres, dez informaram que não participam de nenhuma organização social, 12 participam do quadro social de alguma associação, cooperativa, sindicato, colônia de pesca, entre outras, das quais, 3 são dirigentes. Uma das entrevistadas é dirigente de uma organização que congrega mulheres de todo o município de Afuá, participa da diretoria do STTR, tem 22 anos e divide suas atividades entre a maternidade e as atividades sindicais, num dos lugares mais remotos da pesquisa de campo.

Apesar da pequena incidência de mulheres à frente dessas organizações, elas são iniciativas de grande importância, pois quando organizadas em grupo, refletem sobre suas semelhanças e diferenças em relação ao trabalho do homem e seus direitos enquanto mulheres. Mulheres como a jovem dirigente política mencionada acima são referências para outras que se sentem representadas.

Observa-se que são muitos os desafios a serem enfrentados pelas mulheres do estuário amazônico, o que não é exclusividade apenas das mulheres dessa região. O principal deles está

na unidade familiar, que é “o caráter patriarcal da família, ao considerar os homens como chefes, com poder de decisão e a sobrecarga das mulheres com as atividades produtivas, somadas à sua responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidados” (BUTTO et al., 2014, p.114). Conciliar tantas atividades com o trabalho à frente das organizações é ainda mais desafiador, porque elas precisam romper com a desconfiança e a desqualificação dos homens nos muitos espaços em que se inserem.

Por ocasião das entrevistas, observou-se que algumas mulheres ainda citam a sua participação no trabalho produtivo como “ajuda ao marido”. Oportunidades formativas em diferentes áreas são importantes para ampliar seus conhecimentos acerca de seus direitos e possibilitar intercâmbios com outras mulheres. É um começo para uma participação mais política que possibilite uma consciência crítica acerca dos seus papéis enquanto mulheres, num ambiente onde predomina a voz dos homens.

Quando indagadas se realizaram alguma capacitação nos últimos três anos (liderança, negociação, tomada de decisões, incidência política, planejamento de projetos produtivos), somente duas mulheres haviam participado de capacitação, sendo uma de cunho religioso. Porém, ressaltaram que participam de muitas reuniões e eventos representando suas organizações.

Por último, ao serem perguntadas se houve alguma resistência de seus companheiros em função de suas atividades nas organizações que participam, a maioria relatou que os maridos não se incomodavam (68%). Uma delas informou que antigamente o marido não gostava de sua participação à frente da associação, mas que passados alguns anos ele não se importa mais; outra respondeu que no início o marido se incomodava bastante, mas que agora mudou um pouco.

Para finalizar, as mulheres agroextrativistas do estuário amazônico obtiveram conquistas significativas, uma vez que há vinte anos sequer eram reconhecidas pelas políticas públicas, à exemplo do Censo brasileiro. A renda é um dos principais aspectos para a conquista da autonomia das mulheres, mas não somente. Sua atuação em espaços políticos, e de direção das organizações, produtivas ou não, é tão importante quanto a autonomia de renda.

Além disso, as tarefas exaustivas que precisam cumprir no ambiente doméstico, já as coloca em desvantagem, pois cabe ao homem “ajudar”, e não tomar para si as mesmas responsabilidades. Romper com o patriarcado presente implica na mudança de mentalidade



acerca dos papéis exercidos entre homens e mulheres, o que ainda é bastante desafiador nas regiões da pesquisa.

#### **4.5 DINÂMICA DA PRODUÇÃO DE AÇAÍ<sup>15</sup> NAS ÁREAS DE ESTUDO**

A safra do açaí na Região A ocorre de maio a agosto, enquanto na Região B, transcorre de março a junho. Entretanto, a colheita pode ocorrer nos doze meses do ano, com redução nas vendas, mas suficiente para o autoconsumo. É interessante notar que no Baixo Cajari, também no município de Mazagão, o pico de safra é de novembro a dezembro, se estendendo até fevereiro (COSTA; OLIVEIRA, 2019).

É comum na região do estuário o sistema de meia, que consiste na divisão da safra meio a meio com outra pessoa que também é responsável pela extração e venda dos frutos. As famílias recorrem ao meeiro quando os filhos são pequenos e ainda não participam do processo produtivo, ou quando o produtor ou produtora está com idade avançada. Ocorre ainda nas situações em que a área produzida é muito extensa e a mão de obra familiar é insuficiente. O meeiro pode ser um familiar ou morador da comunidade, ou mesmo de fora da comunidade, especialmente na coleta do fruto destinado à venda.

Nos casos em que o produtor apenas contrata o peconheiro para complementar a mão de obra familiar, este pode também ser alguém da própria família. Observa-se na Tabela 12 que a média de pessoas contratadas quase não difere entre os períodos avaliados, entretanto, o número de entrevistados que afirmaram contratar em 2000 é bem inferior a 2020. Na Região A, foi de 31,4% em 2000 para 65% em 2020. Na Região B, saiu de 15,6% em 2000 para 72,5% em 2020. Nesse ano, 32% das famílias nas duas regiões em análise usaram somente mão de obra familiar, enquanto 68% contrataram o peconheiro.

A variação positiva do número de produtores que contratam mão de obra em 2020 pode estar relacionada com o aumento da demanda pelo açaí, e, uma vez que o preço é atraente, buscam envolver mão de obra fora da unidade familiar.

---

<sup>15</sup> A partir deste item, toda informação sobre produção, consumo e venda de “açaí” se refere aos seus frutos.

Os bancos de dados dos períodos em análise não permitem identificar a forma de pagamento dessa mão de obra externa, mas supõe-se que é paga com a produção do açaí, assim como ocorre no sistema de meia.

**Tabela 12 - Mão de obra na produção de açaí (2000-2020)**

Áreas de Estudo	Ano 2000				Ano 2020			
	Contrata mão de obra (%)		Média de pessoas da família envolvidas produção	Média de mão de obra temporária	Contrata mão de obra (%)		Média de pessoas da família envolvidas produção	Média de mão de obra temporária
	Sim	Não			Sim	Não		
Região A	31,4	68,6	3,43	2,0	65,0	35,0	2,85	2,62
Região B	15,6	84,4	3,41	2,6	72,5	27,3	3,0	2,63

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

O manejo do açazal ocorre em períodos de entressafra, cuja prática difere segundo a unidade familiar, pode ser dividido em manejo intensivo (abate das palmeiras de açaí mais altas e finas), o manejo intermediário (quando são eliminadas as espécies sem valor econômico ou sem utilidade) e o manejo moderado, que ocorre com a eliminação das espécies que possuem espinhos como o murumuru (MARINHO, 2005). Entre os entrevistados, houve relatos da subutilização das áreas de açazais por não realizar nenhum tipo de manejo.

No início dos anos 2000, a Embrapa disseminou no estuário amazônico uma técnica, conhecida como “manejo de mínimo impacto”, cuja principal vantagem é o aumento da produtividade e da qualidade do açaí. Segundo o pesquisador Silas Mochiutti, uma produção de 20 a 30 sacas em média por hectare aumenta para 70 a 100 sacas de açaí (FREITAS, 2015). Cabe ressaltar que as unidades familiares que atuam com esse tipo de manejo precisam solicitar licença aos órgãos ambientais para a supressão de espécies.

Sobre o manejo, ressalta Silas Mochiutti:

O manejo deve ser feito prioritariamente todos os anos, para que uma área se torne produtiva, sem ter que derrubar a floresta para o plantio da espécie. (...) A ideia é que fique sempre o chamado “filhotão”, palmeira nova e produtiva. E com o açazal mais baixo, fica menos arriscado para o peconheiro (ANDRADE, 2016, p.1).

O manejo do açazal é oneroso e exige mão de obra contratada. Seu financiamento ocorre com a renda do açaí ou com a obtenção de crédito. Na Região A, 10 famílias obtiveram financiamento para o manejo do açaí em 20 anos. Em uma delas o financiamento ocorreu no

ano 2000, os demais ocorreram em 2006, 2019 e 2020. Na Região B foram seis acessos ao crédito, nos anos de 2000, 2010, 2011, 2017 e 2019.

A dificuldade de acesso ao crédito está condicionada ao acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que é insuficiente para atendimento ao estuário, com maior gravidade na Região A, pois as condições remotas são mais desafiadoras para o atendimento individual e a proximidade com as cidades do Amapá não é condição que os favorece, pois são políticas públicas implementadas em sua maioria pelo Estado do Pará.

Na Região A, somente dois entrevistados relataram ter recebido a visita de um Agente de Ater privado que realizava projetos de manejo em sua comunidade. Na Região B, quatro entrevistados afirmaram ter recebido o serviço.

Na Região A, embora exista um escritório da empresa de ATER pública no município de Afuá, as condições de acesso às famílias e a estrutura de trabalho inviabilizam o atendimento. Na Região B, no lado amapaense, a extensão rural pública dispõe de escritórios nas sedes dos municípios de Mazagão e Santana, mas conforme afirmou o representante do escritório de ATER no município de Mazagão, as dificuldades que enfrentam se estendem para todo o estado do Amapá, e se devem ao reduzido número de pessoal, transporte insuficiente e espaço inadequado para o escritório local, pois dividem com outro órgão estadual<sup>16</sup>.

Quanto à coleta de açaí, observa-se uma produção crescente, reflexo da intensificação do manejo que ocorre na maioria das unidades familiares. A Tabela 13 revela que a Região A apresentou na mesma área da pesquisa de campo uma produção média de 318 e 458 sacas por família, respectivamente, em 2000 e 2020. Na Região B esse número foi de 237,6 sacas em 2000 e 298,4 sacas em 2020. Menor que a produção da Região A, mas igualmente em ascensão.

**Tabela 13 - Produção de açaí - Média de sacas por família (2000-2020)**

Áreas de Estudo	Ano 2000	Ano 2020
Região A	318,0	458,0
Região B	237,6	298,4

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

<sup>16</sup> Relatório de consultoria realizado pela autora entre 2018-2019, no âmbito do “Projeto “Mercados Verdes e Consumo Sustentável”, por intermédio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ Brasil), que atua a cargo do Ministério Alemão para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), em parceria com o governo brasileiro (GIZ BRASIL, 2019).



Sobre o escoamento da produção, funciona com arranjos diferenciados nas duas áreas de estudo, conforme informado nas entrevistas e visualizado no Gráfico 7. Não há informações no banco de dados para o ano 2000, portanto, a análise foi feita com base na coleta de dados de 2020.

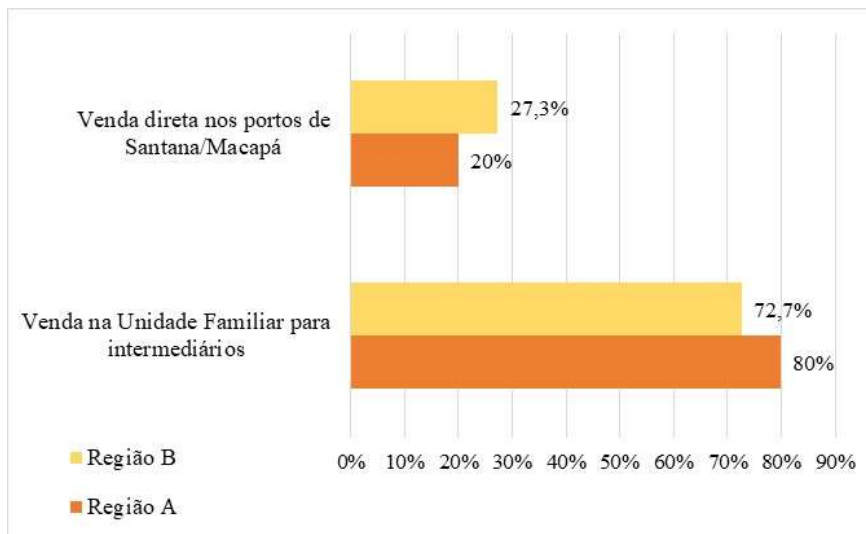
Na Região A, em 2020, 80% da produção foi comercializada com os intermediários na unidade familiar, enquanto outros 20% foram de venda direta pelo produtor em transporte próprio até os portos de Macapá ou Santana. Na Região B, 72,7% da produção foi comercializada na unidade familiar para intermediários que revendem nos portos de Macapá e Santana ou para vendedores das indústrias. Outros 27,3% foram comercializados diretamente pelo produtor em transporte próprio até os portos de Macapá ou Santana (Gráfico 7).

Cabe ressaltar que os barcos-geleiras<sup>17</sup> respondem com 25% da preferência de venda dos entrevistados da Região A. A logística de entrega nesses barcos ocorre através dos intermediários da comunidade, do próprio barco-geleira ou diretamente pelo produtor que possui transporte. Barbosa (2012) afirma que, desde 1990, por ocasião da entressafra nas mesorregiões metropolitana e nordeste do Pará, esses barcos se deslocam para o Marajó em busca do açaí. Nas ilhas próximas do Canal do Norte, as geleiras ficam ancoradas por cerca de uma semana num local estratégico que favorece o deslocamento para várias comunidades.

---

<sup>17</sup> Embarcações de médio e grande porte, que têm seu convés adaptado em uma espécie de câmara frigorífica, que comporta bastante gelo, onde os carregadores armazenam as rasas cheias de açaí entremeadas em camadas de gelo, para então transportá-las até o local desejado (BARBOSA, 2012, p. 76).

**Gráfico 7 – Comercialização da produção em 2020 (Regiões A e B)**



Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

De modo geral, nas duas áreas de estudo, os intermediários da produção costumam ser pessoas da própria comunidade que possuem infraestrutura necessária para o escoamento do açaí. Outra característica do intermediário que compra o açaí na unidade produtiva é que ele possui dinheiro “na mão” para o pagamento a vista, além de informação privilegiada de mercado acerca do preço do produto. O conjunto dessas características favoráveis aos atravessadores facilita a negociação com os produtores para a venda direta na propriedade.

A partir do produtor, identificou-se as formas ou canais de comercialização do açaí in natura praticados nas duas áreas de estudo:

- Venda direta aos transformadores (amassadeiras e indústria de polpa);
- Venda direta aos feirantes nos portos de Macapá/Santana;
- Venda ao intermediário da comunidade ou nas proximidades que revende aos transformadores (amassadeiras e indústria de polpa) ou revende aos feirantes, os quais operam nas áreas portuárias, negociando entre eles (feirantes) ou mesmo revendendo o açaí fruto diretamente aos transformadores (amassadeiras e indústria de polpa).

O Esquema 1 a seguir resume as formas de comercialização a partir do produtor:

### Esquema 1 – Formas ou canais de comercialização do açaí



Fonte: Adaptação da autora, a partir de KOURI et al. (2001a).

A dinâmica de comercialização para as geleiras têm reflexos no preço do açaí beneficiado na cidade, pois o produto se torna escasso e encarece o preço de venda para as batedores<sup>18</sup>, que repassa para o consumidor final.

Em maio de 2021, batedores de açaí das cidades de Belém e Macapá se uniram num protesto simultâneo que cobrava ações do poder público quanto à fiscalização sobre o preço do produto. Segundo eles, deveria haver uma padronização no preço, de maneira a reduzir a desigualdade de compra entre as indústrias e os batedores<sup>19</sup>.

A desorganização na venda do açaí sempre ocorreu, mas havia uma oscilação de preços que dependia do período de safra e entressafra nas ilhas do Pará e no estado do Amapá. A entrada das indústrias no processo de compra revela um aumento considerável entre os menores e maiores preços praticados.

A comparação entre os preços médios praticados em 2000 e 2020, embora sem a utilização de um índice de correção, demonstra o reflexo da intensificação na demanda pelo

<sup>18</sup> Proprietários das amassadeiras/batedeiras, que fazem o despulpamento do fruto.

<sup>19</sup> CAVALCANTI, Alexandra. Batedores protestam contra falta de açaí na capital. **O Diário do Pará**. 18 mai. 2021. Belém. Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/Digital/Page?editionId=1748#book/3>. Acesso em 24 mai. 2021.

Batedores reclamam de alta no preço do açaí no AP, o que pode prejudicar comércio do produto. **G1**. 17 mai. 2021. Macapá. Disponível em <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/05/17/batedores-reclamam-de-alta-no-preco-do-acai-no-ap-o-que-pode-prejudicar-comercio-do-produto.ghtml>. Acesso em 24 mai. 2021.

fruto do açaí. O preço médio é de pouco mais de 100 reais por saca, mas no pico de safra pode atingir mais que o dobro desse valor (Tabela 14).

**Tabela 14 - Preço médio do açaí em sacas (2000-2020)**

Áreas de Estudo	Ano 2000			Ano 2020		
	Preço médio da saca de açaí/ano	Menor preço do açaí	Maior preço do açaí	Preço médio da saca de açaí/ano	Menor preço do açaí	Maior preço do açaí
Região A	11,4	6,0	12,0	118,2	110,0	250,0
Região B	12,4	12,0	12,5	113,5	70,0	240,0

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Cabe ressaltar que os ganhos para os produtores são maiores quanto mais se aproximam da venda direta, sem a intermediação. Um dos entrevistados da Região A informou que em 2020 vendeu 150 sacas de açaí a 150 reais/saca. Segundo ele, se essa venda fosse realizada na propriedade, o preço cairia para 120 reais, ou seja, quando vendeu diretamente no Porto de Macapá obteve um acréscimo de 25%.

Pode-se inferir dessa afirmação que os produtores de açaí vendem sua produção na propriedade por dois principais motivos: de forma individual, não possuem transporte adequado para realizar a venda direta ou porque não estão organizados para realizar a venda de forma coletiva.

Quanto ao volume de açaí comercializado, nota-se na comparação entre os dois períodos que houve um aumento de 81,6% e 85,9% na média de sacas vendidas, respectivamente para as regiões A e B. Por sua vez, o “açaí do bebe” está presente diariamente nas refeições das famílias que, em geral, consomem cerca de meia saca de açaí por dia. A Tabela 15 revela aumentos percentuais no consumo de açaí para as duas regiões quando comparados os dois períodos.

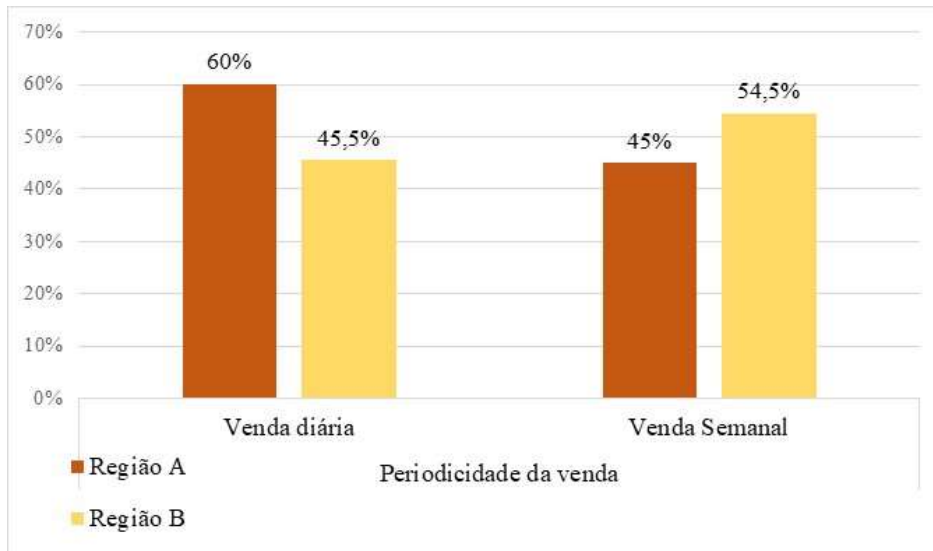
**Tabela 15 – Quantidade média do açaí para venda e consumo em sacas (2000-2020)**

Áreas de Estudo	Ano 2000		Ano 2020	
	Açaí Venda	Açaí Consumo	Açaí Venda	Açaí Consumo
Região A	261,4	56,6	320,3	137,7
Região B	187,7	49,9	218,5	79,9

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Quanto à periodicidade da venda em 2020, o Gráfico 8 revelou que a venda diária de açaí tem maior frequência na Região A, enquanto a venda semanal é frequente na Região B. A venda semanal ocorre em dias alternados da semana, de três em três dias, ou mais, dependendo da disponibilidade da produção familiar.

**Gráfico 8 – Periodicidade da venda de açaí em 2020 (Regiões A e B)**



Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

#### **4.6 EFEITOS DA VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ PARA AS FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO**

De maneira geral, as transformações ocorridas no período de vinte anos refletem as possíveis melhorias na qualidade de vida das famílias, seja em função da valorização do açaí e/ou acrescidas do acesso às políticas públicas, significando mudanças na reprodução socioeconômica.

A pesquisa se propõe a compreender as principais transformações socioeconômicas e ambientais no contexto de valorização do açaí, e seus efeitos para as famílias agroextrativistas que o produzem, tendo como hipótese que ocorreram mudanças significativas, sobretudo em suas rendas.

As transformações socioeconômicas relacionadas à renda têm relação com a melhoria do bem-estar proporcionado pela melhoria na qualidade de vida, conforme tratado no item 4.6.1.

A alimentação é mais um dos aspectos significativos da mudança na renda, pois tem relação com o aumento da carga de trabalho na produção de açaí, com a facilidade de acesso à cidade através de transporte próprio ou coletivo. Para o comparativo entre os bancos de dados de 2000 e 2020, foi possível utilizar informações do autoconsumo das famílias. A entrevista semiestruturada com dados de 2020 permitiu trazer novos elementos para análise.

Para a análise das transformações ambientais, utiliza-se do formulário de entrevistas semiestruturadas acerca do ambiente da várzea e as possíveis mudanças que ocorrem na perspectiva das famílias entrevistadas. Complementa-se com dados secundários, uma vez que não há informações sobre o tema no banco de dados de 2000.

#### **4.6.1 Qualidade de vida como medida de transformação na reprodução socioeconômica**

Para medir as transformações na reprodução socioeconômica das famílias, fez-se uma análise comparativa entre os dois períodos do estudo (2000 e 2020), adotando-se o conceito de qualidade de vida, no que se refere aos vários aspectos que levam ao bem-estar.

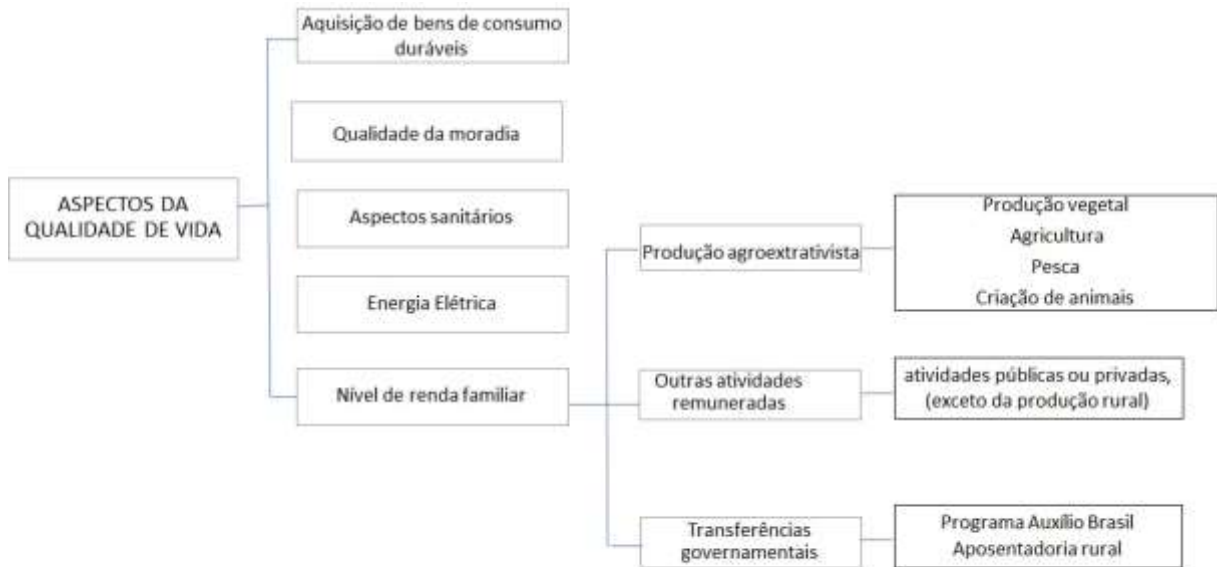
Qualidade de vida é um conceito em construção, pois segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), são muitos os conceitos a esse respeito. Diz respeito a “a percepção do indivíduo, de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.” (FLECK, 2000). Adota questões subjetivas e materiais como o bem-estar espiritual, mental, psicológico, emocional, além de questões como saúde, educação, habitação, saneamento básico, entre outros (ALMEIDA et al, 2012).

Para mensurar a qualidade de vida, utilizou-se um desses aspectos, os bens materiais, à exemplo da pesquisa realizada por Soares (2008) quando analisou a melhoria na qualidade de vida e a sustentabilidade de produtores do município de Cametá, no Pará. A autora utilizou de três aspectos para exemplificar a qualidade de vida: aquisição de bens de consumo duráveis, qualidade da moradia e o nível de renda familiar. Na pesquisa atual, acrescentou-se o acesso à energia elétrica e as condições sanitárias, uma vez que foram aspectos de mudança significativos de mudança observados nos últimos anos, e possíveis de comparação entre os períodos de 2000 e 2020.

Para a mensuração do nível de renda familiar, considera-se o somatório de três rendas: a renda monetária e do autoconsumo oriunda da produção rural agroextrativista (produção

vegetal, agricultura, pesca e criação de animais); a renda de outras atividades remuneradas e não relacionadas com a renda da produção rural agroextrativista e; a renda derivada das transferências governamentais. O Esquema 2 apresenta a síntese dos aspectos da qualidade de vida.

Esquema 2 - Aspectos da qualidade de vida



Fonte: Formatação da autora (2021).

#### 4.6.2 Aquisição de bens de consumo duráveis

Os bens de consumo, de modo geral, consistem em gastos no orçamento familiar impactando na renda das famílias, sendo, portanto, um bom indicador da qualidade de vida. Além disso, possuem maior tempo de depreciação total, à exemplo, os eletrodomésticos como geladeira e fogão; os eletrônicos como os celulares; os meios de transporte como automóveis, barcos, motocicletas, entre outros.

O comparativo entre os dois períodos de análise demonstra que no ano 2000, as famílias entrevistadas já possuíam bens de consumo duráveis de valor mais elevado como barco a motor, fogão a gás, geladeira e televisor. O acesso a bens como o televisor e o telefone celular significaram uma mudança significativa na vida das famílias. O televisor trouxe mais alternativas de entretenimento e de informação. A geladeira ou freezer, por sua vez, possibilitou a conservação dos alimentos.

Em 2020, o incremento na renda possibilitou a aquisição de novos bens e expandiu o consumo para novas famílias, como os telefones celulares, presentes em todas as residências, em torno de dois por família (Tabela 16).

**Tabela 16 – Frequência relativa de posse de bens duráveis pelos produtores em 2000**

Bens	Região A	Região B
Barco a motor	76,0	48,3
Fogão a gás	85,7	90,3
Geladeira/Freezer	28,0	29
Motosserra	14,0	3,1
Rádio	91,0	77,4
Televisor	66,6	45,1

Fonte: Banco de Dados (2000). Elaboração da autora (2022).

Entre os novos equipamentos que não apareceram na pesquisa de 2000, está a máquina para beneficiamento do açaí, presente em 100% das residências. Um equipamento que antes era encontrado somente nas cidades para a venda diária da polpa.

Os meios de transporte também são indicadores de melhoria na qualidade de vida e de autonomia, inclusive no aspecto produtivo. Se nas cidades há transporte público regular, ainda que muitas vezes precário, em comunidades ribeirinhas do estuário é praticamente inexistente. Quando a família não possui uma lancha ou voadeira, são providas por lanchas particulares que fazem o trajeto até as cidades de Macapá e Santana.

Em 2000, 76% e 48,3% dos entrevistados, respectivamente, da Região A e da Região B, possuíam barco a motor (Tabela 16). Em 2020, todas as famílias entrevistadas possuíam um barco motor rabeta (Tabela 17). Semelhante às motocicletas nas cidades, a rabeta é um veículo de motor econômico cujo casco é produzido nas próprias comunidades, reduzindo assim o custo de aquisição (Fotografia 4).

Contudo, em época de ventos fortes não é um transporte seguro para fazer a travessia do canal do Norte, embora muitos se aventurem pela necessidade do momento. Além da rabeta, algumas famílias entrevistadas possuem ainda uma voadeira (19%), um barco tipo lancha (16%), barco catraia (6%) ou dois barcos, sendo a catraia e a voadeira (3%).



**Fotografia 4 – Meios de transporte no estuário amazônico**



(a) Nota: Barco Catraia ancorado no Porto de Santa Inês, Macapá, Amapá. Ao fundo, uma Lancha expressa que faz o transporte de passageiros da Região A para Macapá.

(b) Nota: Barco Catraia no Porto de Santa Inês, em Macapá, Amapá descarregando a produção da Região A

(c) Nota: Barco Rabeta ancorado no rio Vila Nova, Santana, Amapá.

(d) Nota: Barco Catraia no PAE Anauerapucu, Santana, Amapá.

Fonte: Acervo da autora (2021).

**Tabela 17 – Frequência relativa de posse de bens duráveis pelos produtores em em 2020**

Bens	Região A	Região B
Automóvel	0,0	9,1
Barco motor rabeta	100	100
Telefones Celulares	100	100
Fogão a gás	100	100
Geladeira/Freezer	95,0	100
Máquina de açaí	100	100
Motosserra	55,0	18,2
Rádio	55,0	36,4
Televisor	100	90,9

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

### 4.6.3 Qualidade da moradia

O local de moradia costuma refletir visualmente as mudanças no padrão de vida das famílias. Para sua análise, considera-se os aspectos que medem indiretamente o bem-estar, tais como a estrutura da residência, cobertura, paredes e piso.

Nos anos 2000, a cobertura das residências já apresentava uma mudança da tradição no uso da palha para a telha de amianto ou cerâmica de maior durabilidade (Fotografia 5). Aqui, é relevante dizer que a mudança para a telha de amianto seria apenas uma melhoria relativa, tendo em vista que esse material foi considerado agente cancerígeno e causador de doenças respiratórias pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017). Porém, ainda assim representa um símbolo de ascensão social no estuário amazônico.

#### Fotografia 5 – Tipo de moradia na várzea estuarina



Fonte: Acervo da autora (2019).

Em 2000, a porcentagem de moradias que utilizavam cobertura de palha era de 45,7% e 46,9%, respectivamente, nas regiões A e B. No mesmo ano, as telhas de amianto representavam 40% e 53,1%, igualmente nas regiões A e B.

Em 2020, a pesquisa revelou que as moradias da Região A estão cobertas com telhas de amianto e telhas de barro, respectivamente com 85% e 5%, enquanto na Região B a telha de amianto está presente em todas as moradias pesquisadas (Tabela 14).

Quanto ao tipo de piso das moradias, na Região B, em 2000, ainda existiam pisos em chão batido e madeira bruta nas paredes, mas em sua maioria foram substituídos por madeira beneficiada. As paredes em madeira agora são mais trabalhadas e identificou-se casas em alvenaria construídas em cima de uma estrutura de madeira, sendo 15% na Região A e 27,3% na Região B (Tabela 18).

**Tabela 18 – Tipo de Moradia (2000-2020)**

Ano	Tipo de Cobertura			Tipo de piso			Tipo das paredes		
	palha	telha de amianto	telha de barro	chão batido	Madeira bruta	Madeira beneficiada	Cimento	Madeira	Alvenaria
<b>Região A</b>									
<b>2000</b>	45,7	40,0	14,3	0,0	60,0	40,0	0,0	91,4	8,6
<b>2020</b>	10,0	85,0	5,0	0,0	10,0	75,0	15,0	85,0	15,0
<b>Região B</b>									
<b>2000</b>	46,9	53,1	0,0	3,1	87,5	9,4	0,0	100,0	0,0
<b>2020</b>	0,0	100,0	0,0	0,0	9,1	63,6	27,3	72,7	27,3

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

#### 4.6.4 – Aspectos Sanitários

Os aspectos sanitários se referem a um conjunto de condições como o destino dos dejetos humanos, destino do lixo e a disponibilidade de água para o consumo humano. Em vinte anos, pouco mudou em relação a esses aspectos, uma vez que ainda persistem os maiores desafios de viver num ambiente sujeito a enchentes: os dejetos humanos são jogados em fossa ou buracos escavados diretamente no solo e sem revestimentos, retornando ao rio e contaminando a água para o consumo humano.

A principal diferença entre 2000 e 2020 é que não foram identificados dejetos jogados a céu aberto, o que em 2000 correspondia a 5% das unidades familiares da Região A e 35,5% da Região B (Tabela 19). Ademais, as famílias alegam que melhoram o bem-estar com os banheiros construídos dentro da residência. Nos dois casos, com banheiros fora ou dentro da residência, a fossa fica a uma distância do rio de aproximadamente 20 a 30 metros.

**Tabela 19 – Aspectos Sanitários em 2000**

Área	Destino dos dejetos humanos (%)		
	Fossa negra	Fossa séptica	A céu aberto
Região A	95,0	0	5,0
Região B	64,5	0	35,5

Fonte: Banco de Dados (2000). Elaboração da autora (2022).

Em 2020, a fossa negra permaneceu como principal destino dos dejetos humanos, sendo 90% na Região A e 100% na Região B. A fossa séptica aparece na preferência de 10% dos entrevistados da Região A (Tabela 20). Consiste numa estrutura em alvenaria, com uma cavidade que represa o esgoto que será consumido por bactérias. Pode ocorrer dessa estrutura transbordar e contaminar a água do rio ou igarapé.

**Tabela 20 – Aspectos Sanitários em 2020**

Área	Destino dos dejetos humanos (%)		
	Fossa negra	Fossa séptica	A céu aberto
Região A	90,0	10,0	0
Região B	100	0	0

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Quanto ao destino do lixo gerado, em 2020, apurou-se que 90% são queimados, enquanto 10% é atendida pela coleta de lixo municipal (relativos à Foz do rio Amazonas). A água para o consumo é captada dos rios e igarapés e tratada individualmente pelas famílias, com o uso do sulfato de alumínio para o clareamento e de hipoclorito para a esterilização. Todas as famílias entrevistadas fazem uso desses produtos. Acrescenta-se a importância da energia elétrica, ao possibilitar a utilização da caixa d'água suspensa, na qual é armazenada a água tratada que é retirada do rio ou igarapé, e bombeada para a moradia.

#### 4.6.5 Energia Elétrica

Não ter acesso à energia elétrica afeta negativamente a qualidade de vida. A energia, é, portanto, um indicador de melhoria, resguardadas as limitações de renda. No início dos anos 2000, 62,5% da população rural da região Norte (2,6 milhões de pessoas) não dispunha do acesso à energia elétrica (MME, 2003). Houve melhorias significativas com a criação do

Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da energia Elétrica - Luz para Todos, instituído em 11 de novembro de 2003, através do Decreto nº 4.873. O Programa tinha como finalidade promover o acesso à energia elétrica à totalidade da população do meio rural brasileiro.

À época da criação do Programa Luz para Todos, o Amapá (e a Região B deste estudo) encontrava-se no sistema isolado de energia, não fazendo parte do Sistema Integrado Nacional (SIN). Segundo Porto (2021), foram necessários 40 anos para que o sistema isolado amapaense fosse integrado ao sistema<sup>20</sup>.

Passados quase vinte anos da criação do Programa Luz Para Todos, cerca de um milhão de pessoas ainda vive em situação de exclusão energética na Região Norte (IEMA, 2019), sobretudo em comunidades isoladas, como as áreas rurais dos municípios do Arquipélago do Marajó (incluindo a Região B desta pesquisa). Segundo o WWF (2021), dos 772 municípios da Amazônia Legal, 161 abrigam populações remotas sem acesso à energia elétrica.

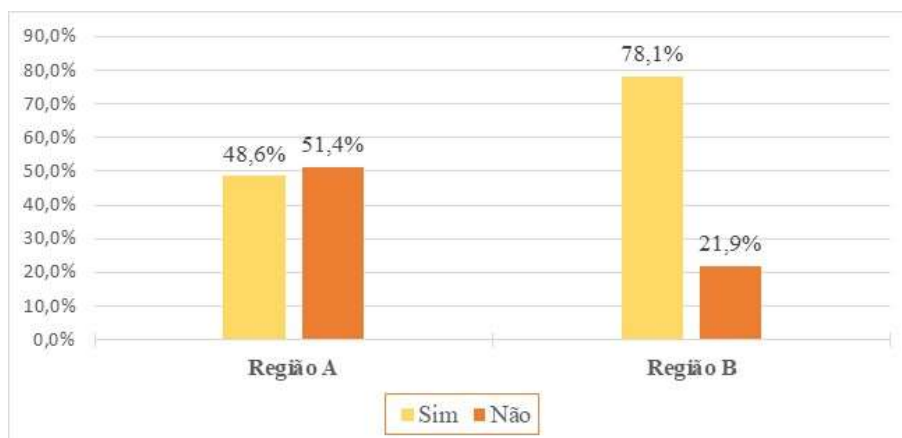
Uma das justificativas do programa Luz Para Todos para a não inclusão de comunidades isoladas ao SIN, se deve às dificuldades no transporte de postes e transformadores. Além da grande extensão dos rios, a presença dos mangues e florestas, ilhas marítimas ou fluviais tornam inacessível a instalação da rede energética no âmbito ambiental e econômico (BRASIL, 2009).

Entre as soluções propostas pelo programa Luz Para Todos, foram realizados estudos e projetos-piloto de energias alternativas que pudessem servir de modelo, e assim, atingir a meta de universalização do Programa. Nenhuma dessas iniciativas contemplavam a área rural do município de Afuá (Região A deste estudo).

Retomando o comparativo entre os dois períodos do estudo, no ano 2000, indagados sobre a existência de energia elétrica em suas unidades familiares, 51,4% dos entrevistados na Região A disseram não ter acesso. Na Região B, 78,1% responderam que havia energia elétrica em suas residências (Gráfico 9).

---

<sup>20</sup> O Oiapoque, no norte do Amapá, é o único município que ainda se encontra no sistema isolado, cuja geração de energia ocorre através de usina térmica e solar.

**Gráfico 9 – Se possui energia elétrica - Percentual por área em 2000**

Fonte: Banco de Dados (2000). Elaboração da autora (2022).

Após vinte anos, o uso da energia solar fotovoltaica (placas solares) é utilizado em 65% das moradias da Região A, sendo adquirido com recursos próprios. O gerador movido à diesel complementa a energia solar (35%), possibilitando a energia 24 horas por dia (Tabela 21).

**Tabela 21 – Fonte Geradora de Energia Elétrica (2000-2020)**

Ano	Fonte Geradora (%)		
	Gerador a Diesel	Linhão	Fotovoltaica
<b>Região A</b>			
2000	45,7	0	0
2020	35,0	0	65,0
<b>Região B</b>			
2000	71,8	6,2	0
2020	9,0	90,9	0

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Ressalta-se que a inclusão energética, aliada à melhoria na renda, propicia o acesso aos bens que dependem da energia elétrica para o seu funcionamento. Segundo as Tabelas 16 e 17 (já apresentadas), além do rádio, as famílias puderam adquirir televisores e telefones celulares.

Em 2000, quando predominava a energia elétrica através de gerador à diesel, o rádio era o principal meio de acesso à informação, sendo 91% e 77,4% nas regiões A e B, respectivamente. Após vinte anos, o rádio ainda aparece como um bem durável, mas o acesso

aos televisores aumentou de 66,6% para 100% na Região A, e de 45,1% para 90,9% na Região B (Tabelas 12 e 13).

A aquisição de refrigeradores trouxe melhoria na qualidade de conservação dos alimentos perecíveis que podem ser conservados por mais tempo. A presença de refrigeradores aumentou de 28% para 95% na Região A, enquanto na Região B foi de 29% para 100% (Tabelas 16 e 17).

Por último, os telefones celulares facilitaram a comunicação para a comercialização do açaí. Antes, o extrativista dependia apenas do intermediário para se informar sobre o preço do produto, hoje o celular é um aliado na informação sobre o preço de venda do dia. A maioria dos entrevistados que possuem celulares também têm acesso à internet, diversificando o acesso à informação e a comunicação de modo geral. A energia facilitou ainda o beneficiamento do açaí nas residências.

Cabe lembrar que o acesso à energia elétrica é diferenciado entre as duas áreas de estudo. Na Região A (ilhas do Afuá), a energia é totalmente viabilizada por iniciativa das famílias, sem interveniência de políticas públicas. Nem mesmo o Programa Luz para Todos que se propunha a universalizar a energia no país resolveu o dilema da eletrificação na maior parte do Arquipélago do Marajó.

Somente as sedes de alguns municípios estão conectadas ao SIN. Na primeira etapa da eletrificação, concluída em 2013, foram contemplados os municípios de Bagre, Breves, Currálinho, Melgaço e Portel. A segunda etapa, iniciada em 2016, previa a inclusão dos municípios de Anajás, Afuá, Chaves, Muaná, Santa Cruz do Arari e São Sebastião da Boa Vista. Na Região B, ao contrário, a energia elétrica foi viabilizada por políticas públicas. Primeiro com o sistema isolado, e depois com a inclusão ao sistema SIN.

Diante do exposto, observa-se que o acesso à energia elétrica pode ser analisado segundo duas condições distintas: quando desatendidas pelo serviço público de energia pode-se dizer que sua obtenção advém da renda do açaí complementada com outras rendas, enquanto o acesso através de uma política pública não tem relação direta com a venda do fruto.

Um kit fotovoltaico (placa solar, controlador de carga, inversor e baterias) custa aproximadamente doze mil reais, cuja compra ocorre normalmente em parcelas. No rio Maniva (PAE Ilha do Pará), as primeiras placas solares foram adquiridas através de um consórcio realizado por uma associação. As Fotografias 6 e 7 mostram o quanto é significativo o acesso



à energia em comunidades isoladas: no conjunto das mudanças, a água tratada é distribuída para a moradia, o maquinário para despulpamento do açaí, a internet e a antena parabólica do televisor.

**Fotografia 6 – Bens de consumo duráveis proporcionados pelo uso da energia fotovoltaica na Região A**



Nota: (a) Máquina despulpadeira de açaí e; (b) Placa Solar (PAE Ilha do Pará).  
Fonte: Acervo da autora (2021).

**Fotografia 7 – Água tratada e presença de conexão de internet sem fio, proporcionada pelo acesso à energia fotovoltaica na Região A**



Fonte: Acervo da autora (2020).



#### **4.6.6 Nível de Renda Familiar**

Para efeito deste estudo, considera-se como renda familiar a soma das rendas monetárias e do autoconsumo oriundas da produção rural agroextrativista (agricultura, pesca, criação de animais e produção vegetal), a renda de outras atividades remuneradas e não relacionadas com a renda da produção rural agroextrativista e a renda derivada das transferências governamentais.

Como medida de comparação entre os dois períodos, faz-se uma síntese das rendas e divide-se o somatório (valor anual) por 12 meses, para obter o valor mensal em reais, em seguida dividido pelo salário mínimo (SM) em vigor, de modo a obter o SM mensal.

##### **4.6.6.1 Renda da produção rural agroextrativista**

Genericamente, o processo histórico que forjou o campesinato amazônico deu origem ao sistema rural da várzea estuarina. Um sistema diversificado de reprodução social, que é agrícola e aquático, formado pela agricultura, a pesca, a caça, a criação de pequenos animais, o artesanato, e a coleta de produtos do extrativismo vegetal, no qual o açaí se sobrepõe enquanto principal atividade produtiva, inclusive de cultivo.

É o que Rabelo et al. (2005) denominam de sistema ribeirinho, uma vez a várzea está sempre envolvida por fluxos fluviais que causam as inundações temporárias ou parciais e por abrigar as populações cujos hábitos ancestrais são formados por um diversificado sistema, conforme mencionado anteriormente. Os autores assim reconhecem o sistema ribeirinho: “toda a área diretamente ligada aos cursos fluviais, entendidos como rios, igarapés e furos acrescidos das respectivas terras imediatamente interiores cujo regime de inundação é muito regulado pelas cheias e vazantes dos referidos corpos d’água” (RABELO et al., 2005, p. 26).

Neste estudo, assume-se como a renda da produção rural do sistema ribeirinho, o somatório das seguintes atividades, inclusive do autoconsumo: agricultura, criação de pequenos animais, pesca artesanal e extrativismo vegetal. A caça e a pecuária foram descartadas por não ter relevância na comparação entre os períodos.

Para possibilitar a comparação entre os anos de 2000 e 2020, fez-se a escolha dos produtos que apareceram com maior frequência nos dois bancos de dados: agricultura (banana e limão), pesca (camarão e peixe, sem identificação da espécie), e extrativismo vegetal com a produção do açaí.

#### 4.6.6.1.1 Agricultura

Nas áreas de estudo, as unidades familiares cultivam em roçados e nos quintais, sobretudo para o autoconsumo, apresentando-se como uma atividade secundária nos locais de predomínio do açaí. A área de roçado é de aproximadamente 1,5 tarefas/ano<sup>21</sup> por unidade familiar, alguns entrevistados afirmaram que também fazem o roçado na área do açaí manejado aproveitando a retirada de algumas espécies.

Em todo o estuário há uma conexão do roçado com o quintal, no qual estão as plantas de uso diário, o alimento e o remédio. Quando a maré baixa, geralmente de agosto a outubro, se planta no roçado e, no quintal, os alimentos diversos que garantem renda e segurança alimentar. Em 2020, as espécies cultivadas que sobressaíram nas entrevistas foram milho, limão, abacaxi, banana, cupuaçu e cacau.

No quintal, as famílias plantam uma diversidade de frutas como abacate, manga, goiaba, cupuaçu, além do “açaí do bebe”. Enquanto na lateral ou no fundo da área do quintal existe uma canoa com os cultivos mais utilizados, driblando assim a sazonalidade das marés e provendo a família de alimentos e renda na entressafra do açaí.

Por ser um ano atípico, a amostra de 2020 não permitiu uma análise comparativa da diversidade do roçado, uma vez que a maioria das famílias não cultivou muitas das variedades, nem mesmo para o consumo. Houve relatos, inclusive, de que o roçado não é mais tão atrativo quando comparado à produção de açaí, por ser mais exaustivo e demandar mais tempo de trabalho e de colheita.

A esse respeito, onze anos antes do primeiro levantamento de dados desta pesquisa, um estudo realizado no rio Marajó-Açu, município de Ponta de Pedras, no Arquipélago do Marajó, revelava que o aumento da demanda de açaí, que na época era exclusivamente para a cidade de Belém, evidenciava o abandono espontâneo das roças para a dedicação no extrativismo do fruto (MURRIETA et al, 1989).

Carvalho e Silva (2015), analisando a adaptação e modificação dos agroecossistemas numa comunidade do município de Curralinho, Arquipélago do Marajó, identificaram a desativação do cultivo anual de roça de mandioca, uma vez que a renda do açaí e de outras rendas era suficiente para a aquisição da farinha, produto que é parte da alimentação básica. No

---

<sup>21</sup> Uma tarefa equivale a 25 metros quadrados. Tecnicamente, um hectare equivale a 3,3 tarefas. Popularmente, a maioria dos agricultores mede 4 tarefas por hectare.

contexto de intensa produção de açaí em função da demanda nacional e internacional, somente um estudo específico poderia revelar mais detalhadamente como se encontra essa relação entre a produção do roçado e a produção de açaí.

No comparativo entre 2000 e 2020, a análise da agricultura recaiu sobre a produção de limão e banana, uma vez que, em maior ou menor quantidade, ambos são largamente cultivados nas áreas de estudo. Observa-se na Tabela 22 que o volume produzido de limão passa da média de 14,3 para 190 Kg por família na Região A, com pequena diferença entre a quantidade vendida e consumida. Na Região B, a produção foi bem menor, na média de 4,4 para 50 kg por família, sendo a maior parte comercializada (média de 40 Kg por família).

**Tabela 22 – Quantidade, venda e consumo de limão em 2000 e 2020 (Média de Kg por família)**

Áreas de Estudo	Ano 2000				Ano 2020			
	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)
Região A	14,3	11,5	2,8	Médio = R\$ 2,50	190,0	90,0	100,0	Médio = R\$ 40,00
				Menor valor= R\$ 2,00				Menor valor= R\$ 20,00
				Maior valor= R\$ 10,00				Maior valor= R\$ 45,00
Região B	4,4	1,91	2,5	Médio = R\$ 1,30	50,0	40,0	10,0	Médio = R\$ 40,00
				Menor valor= R\$ 1,00				Menor valor= R\$ 15,00
				Maior valor= R\$ 5,00				Maior valor= R\$ 48,00

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

O segundo produto representativo da agricultura na unidade familiar é a banana, cultivada nas duas áreas de estudo, com uma produção pouco expressiva se comparado, por exemplo, com a produção no estado do Amapá. Em 2020, destacou-se a produção do município de Oiapoque com 2 mil toneladas, seguido de Porto Grande e Macapá com 1,8 e 1,4 toneladas, respectivamente. Ainda em 2020, o município de Medicilândia, no Pará apareceu como o sexto maior produtor no conjunto de todos os municípios produtores do país, com 97,2 toneladas em 2020 (IBGE/PAM, 2022).

Na Região A, observa-se que a média de produção por família praticamente não se alterou, com aproximadamente 41 kg por família, com destaque para o aumento no consumo das duas regiões: de 13,9 para 21,3 Kg por família na Região A e de 9,6 para 22 Kg por família na Região B (Tabela 23).

**Tabela 23 – Quantidade, venda e consumo de banana em 2000 e 2020 (Kg por família)**

Áreas de Estudo	Ano 2000				Ano 2020			
	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)
Região A	41,5	28,0	13,5	Médio = R\$ 1,50	41,3	20,0	21,3	Médio = R\$ 13,00
				Menor valor= R\$ 1,40				Menor valor= R\$ 8,00
				Maior valor= R\$ 4,00				Maior valor= R\$ 20,00
Região B	18,9	9,3	9,6	Médio = R\$ 0,80	32,0	10,0	22,0	Médio = R\$ 15,00
				Menor valor= R\$ 2,00				Menor valor= R\$ 12,00
				Maior valor= R\$ 3,00				Maior valor= R\$ 20,00

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

#### 4.6.6.1.2 Pesca

A pesca é artesanal e praticada nos rios e igarapés, com predomínio do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) destinado em sua maioria ao mercado, enquanto o peixe tem como finalidade o autoconsumo e a comercialização de um pequeno excedente. No autoconsumo, a pesca corresponde à principal fonte proteica na dieta alimentar das famílias. Em 2020, no conjunto das unidades familiares, 58% comercializaram camarão e 19,4% comercializaram ambos, camarão e peixe.

Tanto a pesca do peixe quanto do camarão obedece ao período de defeso<sup>5</sup>, fora desse período as famílias pescam durante todo o ano, a depender da espécie. A pesca do camarão é realizada com o auxílio do matapi<sup>22</sup> e do viveiro e ocorre nos meses de maio a setembro. Na Região B, os entrevistados relataram a pesca durante todo o ano, no período chamado “pacuema”, expressão que designa o período de baixa maré e redução da correnteza.

Conforme observa-se na Tabela 24 sobre a pesca do camarão, o comparativo de volume entre 2000 e 2020 revela um aumento de 64% para a Região A, enquanto na Região B houve um decréscimo de 48,3% na média de Kg por família.

<sup>22</sup> Tipo de armadilha, confeccionada com talas de jacitara (*Desmoncus polycanthus* Mart) que lembra uma gaiola cilíndrica, com extremidades laterais que lembram um funil (pequeno cone) por onde o camarão entra em busca de alimento, e com uma abertura no centro por onde se coloca a isca e também por onde se retira o crustáceo após a captura (BARBOSA, 2012, p. 101).

A venda do camarão acompanha a variação no volume de pesca nos dois períodos de análise. Enquanto na Região A houve aumento de 43,3%, na Região B ocorreu uma redução de 69,5%. Observa-se a discrepância de preços entre os dois períodos: em 2000, o menor e o maior valor variaram entre 1 e 2 reais, enquanto em 2020, o menor valor foi de 7 reais e o maior valor foi de 15 reais.

A respeito do consumo, ambas as regiões tiveram redução, a Região A saiu de 104,9 para 52,9 quilos por família. Na Região B, embora o consumo seja menor, foi reduzido de 62,5 para 38,3 quilos por família (Tabela 24). Não é possível identificar o que pode ter influenciado na variação da pesca de camarão, sobretudo porque a Foz do Rio Amazonas tem tradição na pesca e comercialização. Uma análise histórica da pesca nas duas regiões estudadas pode revelar informações mais detalhadas.

**Tabela 24 – Quantidade, venda e consumo de camarão em 2000 e 2020 (média Kg/família)**

Áreas de Estudo	Ano 2000				Ano 2020			
	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)
Região A	283,1	178,3	104,9	Médio = R\$ 1,00	464,50	411,60	52,90	Médio = R\$ 9,5
				Menor valor= R\$ 1,00				Menor valor= R\$ 7,00
				Maior valor= R\$ 2,00				Maior valor= R\$ 15,00
Região B	252,50	190,0	62,5	Médio = R\$ 0,68	170,3	132,0	38,3	Médio = R\$ 15,6
				Menor valor= R\$ 1,00				Menor valor= R\$ 10,00
				Maior valor= R\$ 1,50				Maior valor= R\$ 25,00

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Quanto ao peixe, o consumo se revela maior que a venda, embora o comparativo entre os períodos apresente redução no consumo. Na Região A, verifica-se que o consumo em 2000 foi de 126,6 quilos por família, reduzindo em 2020 para 117,8 quilos por família. Na Região B, por sua vez, a redução foi ainda maior, na média de 182,9 kg por família para 63 quilos por família (Tabela 25).

Grosso modo, pode-se inferir que as famílias vêm reduzindo o consumo de pescado. Mais adiante, no item sobre alimentação, observa-se o aumento do consumo de produtos industrializados adquiridos nos supermercados, o que pode justificar essa redução.

**Tabela 25 – Quantidade, venda e consumo de peixes em 2000 e 2020 (média kg/família)**

Áreas de Estudo	Ano 2000				Ano 2020			
	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)
Região A	128,0	1,4	126,6	Médio = R\$ 0,90	127,0	9,2	117,8	Médio = R\$ 10,40
				Menor valor= R\$ 1,00				Menor valor= R\$ 7,00
				Maior valor= R\$ 2,00				Maior valor= R\$ 20,00
Região B	258,8	75,9	182,9	Médio = R\$ 1,40	109,0	46	63	Médio = R\$ 11,70
				Menor valor= R\$ 1,20				Menor valor= R\$ 10,00
				Maior valor= R\$ 1,50				Maior valor= R\$ 15,00

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

A bacia amazônica detém a maior diversidade de peixes de água doce do mundo. Essa diversidade se mantém nas áreas de estudo. O Quadro 5 revela as principais espécies destinadas ao consumo próprio e para a comercialização, conforme citado nas entrevistas de 2020.

**Quadro 5 – Principais espécies de peixe nas áreas de estudo**

Espécies de Peixe	Região A	Região B
Acará		
Acari		
Apaiari		
Aracú		
Dourada		
Filhote		
Jacundá		
Jandiá		
Jaraqui		
Jeju		
Mandi		
Mandubé		
Mapará		
Pacu		
Pescada Branca		
Piramutaba		
Pirapitinga		
Sarda		
Sardinha		
Tambaqui		
Tamoatá		
Traíra		
Tucunaré		

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Nota: A área hachurada corresponde a existência da espécie.

#### 4.6.6.1.3 Criação de animais

A criação de animais como suínos, galinhas e patos é uma das principais complementações alimentares e de renda nas comunidades ribeirinhas. Geralmente fazem uso dos animais no período de entressafra do açaí. É quando dispõem de poucos recursos para comprar alimentos na cidade, mas também funciona como um ativo para uma emergência. No presente estudo, somente a criação de suínos foi mais relevante e permitiu a comparação entre os dois períodos de análise.

Nas duas áreas de estudo, tanto em 2000, quanto em 2020, houve aumento na quantidade total de criação de suínos, na venda e no consumo. A Região A aparece com os maiores números em relação à Região B: a quantidade de suínos que era de 191,9 aumenta para 460 kg por família; a venda aumenta de 90,3 para 220 kg por família, enquanto o consumo que era de 101,7 aumenta para 240 kg por família (Tabela 26).

**Tabela 26 – Quantidade, venda e consumo de suínos em 2000 e 2020 (média kg/família)**

Áreas de Estudo	Ano 2000				Ano 2020			
	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)	Quant. Total	Venda	Consumo	Preço por Kg (R\$)
Região A	191,9	90,3	101,7	Médio = R\$ 6,00	460,0	220,0	240,0	Médio = R\$ 9,00
				Menor valor= R\$ 1,10				Menor valor=R\$ 8,00
				Maior valor= R\$ 10,00				Maior valor=\$ 10,00
Região B	46,0	16,8	28,2	Médio = R\$ 5,16	210,0	150,0	60,0	Médio = R\$ 12,00
				Menor valor= R\$ 1,50				Menor valor=R\$ 10,00
				Maior valor= R\$ 20,00				Maior valor= R\$ 15,00

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

#### 4.6.6.1.4 Extrativismo Vegetal

O extrativismo vegetal de produtos florestais não madeireiros tem no açaí sua maior expressividade. Destaca-se em menor quantidade, a coleta de sementes oleaginosas para a extração de azeite, como murumuru (*Astrocaryum murumuru*), patauá (*Oenocarpus bataua*), andiroba (*Carapa Guianensis*) e ucuúba (*Virola surinamensis* Warb.). As sementes são usadas para o autoconsumo e destinadas ao mercado.

A coleta de sementes costuma ser realizada por mulheres na área de estudo, à exemplo, uma associação que abrange os rios Corredor, Furo dos Chagas, Maniva e Cutias, onde cerca de 300 famílias atuam com a coleta de sementes, sendo uma atividade exclusiva das mulheres.

Toda a produção é destinada a uma grande indústria de cosméticos. Não há participação ativa das mulheres na gestão da associação, que funciona apenas para a venda da produção.

Na Foz do rio Amazonas, uma das entrevistadas relatou que adquire as sementes de outras mulheres de sua comunidade e vende através de uma associação na Ilha das Cinzas, no município de Gurupá, Arquipélago do Marajó.

Outro produto do extrativismo vegetal que possibilita ganhos significativos com a sua venda é o palmito do açaí que é oriundo do descarte no manejo do açaizal. Os entrevistados unanimemente ficaram receosos em informar sobre a sua produção, uma vez que não possuem autorização para o desmate dessa e de outras espécies. Nos relatos, comentaram sobre a dificuldade na obtenção da licença, porque é um processo burocrático ou porque estão com alguma inadimplência que os impede de obtê-la.

Indagados acerca das restrições impostas pela pandemia de Covid-19, das 29 respostas válidas, nove afirmaram que não tiveram nenhuma dificuldade, uma vez que continuaram extraindo e comercializando. Dos vinte entrevistados que relataram problemas relacionados à Covid-19, com maior frequência apareceram os problemas relacionados à coleta, transporte, venda e queda no preço. Os problemas foram ocasionados pela contaminação por Covid-19 ou pelas restrições sanitárias (isolamento ou distanciamento social).

No caso de perda na produção (na fase mais severa da Covid-19) se comparado com o mesmo período sem a Covid-19, nove entrevistados informaram que não houve perdas, enquanto dois entrevistados produziram 50% a menos, dois entrevistados produziram apenas 30% e um entrevistado produziu 40% do que costumava produzir.

Doze entrevistados afirmaram sofrer perdas na produção, embora não soubessem precisamente o percentual, mas que se referia a redução na coleta. Uma das famílias entrevistadas sequer vendeu açaí, tal o isolamento e problemas de contaminação na família.

Nos casos em que houve perda na produção, foi indagado se faltou alimentos e se a produção própria e/ou criação de animais foram suficientes para abastecer a família. Dos que relataram que houve perda na produção, cinco informaram que afetou a alimentação da família; dois complementaram com a pesca de peixes e camarão, a caça e a criação de animais como galinhas, patos e suínos. Em todos os casos, não faltou açaí para o consumo da família, conforme observado no item 4.5, acerca da dinâmica da produção de açaí nas áreas de estudo.



#### 4.6.6.2 Renda de outras atividades remuneradas

Considera-se como a renda de outras atividades qualquer trabalho remunerado exercido por membros do núcleo familiar em atividades públicas ou privadas, exceto da produção rural. Em 2020, 35,5% das famílias receberam renda de trabalho remunerado, referente a empregos públicos e privados como doméstica, professora, técnica em meio ambiente, agente comunitário, técnica de enfermagem, batedor de açai, transporte de passageiros, oficina náutica, carpinteiro e pedreiro. Cabe ressaltar que as profissões que exigem maior grau de instrução são as de mulheres.

Na Região A, a participação da renda de outras atividades remuneradas na renda total das famílias sofreu uma queda de 4,4% em 2000 para 3,8% em 2020, enquanto na Região B ocorreu o contrário, de 1,8% em 2000 aumentou para 8,6% em 2020 (Tabelas 27 e 28). Uma possível explicação para a pequena queda na Região A pode estar associada à baixa oportunidade na oferta de empregos. Outra hipótese seria a dedicação dos familiares na produção de açai.

Quanto ao aumento da participação na renda da Região B, acredita-se que deva estar associado às maiores oportunidades de emprego, principalmente no setor público, que em 2020 responde por 6,5% no somatório de 8,6%. A exemplo, nas entrevistas semiestruturadas realizadas na Região A, identificou-se produtores jovens com ensino superior que optaram por trabalhar com o açai, sendo um caso no PAE Ilha Queimada, que além da produção de açai, trabalham com o transporte de passageiros para Macapá e Santana. O segundo produtor é do PAE Ilha Maracujá 1 que beneficia a sua própria produção na bateadeira da família em Macapá.

#### 4.6.6.3 Renda de Transferências Governamentais

As transferências governamentais são as transferências condicionadas de renda, oriundas dos benefícios de programas sociais governamentais (IBGE, 2021). Para efeito deste estudo, considera-se como transferências governamentais as rendas concedidas às famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, representado pelo Programa Auxílio Brasil<sup>23</sup>, acrescidas das aposentadorias rurais (não contributiva).

---

<sup>23</sup> Lei que substitui o Programa Bolsa Família e institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil. Lei N. 14.284, de 29 de dezembro de 2021. (BRASIL, 2021). Disponível em <https://static.poder360.com.br/2022/05/dou-auxilio-brasil-400reais-19mai-2022.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

Não foram computadas as transferências relativas ao seguro defeso nos dois períodos da pesquisa, por não fazerem parte das questões do formulário. Em 2000, foram computadas somente as transferências relativas à aposentadoria, uma vez que o Programa Bolsa Família não havia sido criado.

Em 2020, 41,9% do conjunto das famílias entrevistadas nas duas áreas de estudo relataram ter recebido recursos do Programa Auxílio Brasil, com participação na renda bruta de 3,7% na Região A e 1,7% na Região B (Tabelas 27 e 28). Presume-se que quanto maior o número de pessoas adultas nas famílias, maior o nível de renda per capita. O acréscimo nas rendas origina-se dos benefícios sociais, mas também da aposentadoria e atividades remuneradas fora da unidade familiar.

Quanto à aposentadoria, a participação na renda bruta das famílias na Região A subiu de 2,2% em 2000, para 15,6% em 2020. Por sua vez, na Região B foi de 5,7% em 2000 para 19,2% em 2020 (Tabelas 27 e 28). Nesse mesmo ano, 41,9% dos entrevistados receberam recursos de aposentadoria.

Por hipótese, o aumento da participação da renda da aposentadoria no conjunto da renda das famílias se deve não somente ao envelhecimento da população, mas sobretudo, a maior efetividade ou maior acesso desse segmento da população nos serviços públicos, como a aposentadoria rural.

#### **4.7 ANÁLISE DOS EFEITOS DA VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ E DE OUTRAS RENDAS NA REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS UNIDADES FAMILIARES AGROEXTRATIVISTAS**

A composição da renda familiar nas unidades familiares reflete, em parte, os efeitos da valorização do açaí para essas famílias, oriundas da produção rural agroextrativista. Entretanto, outras atividades remuneradas e de transferências governamentais também fazem parte desse conjunto de mudanças.

Conforme observa-se na Tabela 27, na Região A, o açaí representa 77% da participação na renda bruta anual das unidades familiares em 2000, caindo para 73,3% em 2020. Essa queda pode estar relacionada com a redução na produção num determinado período, por conta do isolamento social.

Por outro lado, o conjunto de outras rendas como atividades remuneradas e transferências de renda obtiveram um aumento significativo, sobretudo a aposentadoria, que

em 2000 participou com 2,2% aumentando para 15,6% após vinte anos. Por hipótese, isso se deve ao envelhecimento da população já existente, e não da vinda de novas famílias para a região.

**Tabela 27 - Participação na Renda Bruta Familiar Anual (Região A)**

Período	Extrativismo vegetal e pesca		Atividades agrícolas e pequenos animais		Atividades não-agrícolas ou outras rendas	
	Principais itens	%	Principais itens	%	Principais itens	%
2000	Açaí fruto	<b>77,0</b>	Limão	0,8	Aposentadoria	<b>2,2</b>
	Camarão	5,0	Banana	1,7	Auxílio Brasil	-
	Peixe	1,7	Suínos	6,9	Outras atividades remuneradas	4,4
2020	Açaí fruto	<b>73,3</b>	Limão	1,7	Aposentadoria	<b>15,6</b>
	Camarão	5,1	Banana	0,4	Auxílio Brasil	<b>3,7</b>
	Peixe	1,0	Suínos	0,3	Outras atividades remuneradas	<b>3,8</b>

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Por sua vez, observa-se na Tabela 28 que na Região B, ao contrário da Região A, o açaí cresce na participação da renda bruta, de 46,1% no ano 2000 para 63,3% em 2020. Por outro lado, semelhante à Região A, houve um expressivo aumento no montante de outras rendas como empregos remunerados e transferências de renda, sobretudo com a participação da aposentadoria (de 5,7% para 19,2%) e atividades remuneradas (de 1,8% para 8,6%).

Nas duas áreas de estudo, a participação da agricultura, da pesca e da criação de pequenos animais obtiveram participação pequena na renda bruta anual. Novamente, parte dessa redução pode estar relacionada às restrições impostas para conter a Covid-19, conforme será observado no item 5, mais adiante.

**Tabela 28 - Participação na Renda Bruta Familiar Anual (Região B)**

Período	Extrativismo vegetal e pesca		Atividades agrícolas e pequenos animais		Atividades não-agrícolas ou outras rendas	
	Principais itens	%	Principais itens	%	Principais itens	%
<b>2000</b>	Açaí fruto	<b>46,1</b>	Limão	5,6	Aposentadoria	<b>5,7</b>

Período	Extrativismo vegetal e pesca		Atividades agrícolas e pequenos animais		Atividades não-agrícolas ou outras rendas	
	Principais itens	%	Principais itens	%	Principais itens	%
	Camarão	6,2	Banana	0,3	Auxílio Brasil	-
	Peixe	6,3	Suíños	1,0	Outras atividades remuneradas	1,8
	<b>2020</b>					
	Açaí fruto	<b>63,3</b>	Limão	0,7	Aposentadoria	<b>19,2</b>
	Camarão	3,0	Banana	0,4	Auxílio Brasil	1,7
	Peixe	1,6	Suíños	0,5	Outras atividades remuneradas	<b>8,6</b>

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

As Tabelas 29 e 30 apresentam um comparativo da formação da renda bruta familiar em reais por componentes agregados. Verifica-se que a participação das atividades do Extrativismo vegetal e pesca das áreas em estudo nos anos analisados foram significativos na formação da renda bruta familiar, contudo, com reduções percentuais, ou seja, nas unidades familiares da Região A têm-se o registro de redução de 89,0 % em 2000 para 79,8% em 2020. Essa redução também foi observada na Região B, de 78,8% em 2000 para 68,0 % em 2020.

Grosso modo, a redução percentual da participação da renda bruta familiar do segmento do extrativismo vegetal e pesca foi influenciada, em parte, pelas crescentes participações de Outras Rendas (bolsa família e auxílios; aposentadoria e emprego fora da unidade familiar) nas áreas em estudo.

No caso da Região A, verifica-se que a participação de outras rendas saiu de 1,4% em 2000 para 18,4% em 2020, enquanto na Região B foi de 19,8% em 2000, passando para 29,6% em 2020. Em ambos os casos, é explicado pelo acesso das famílias ao Programa Auxílio Brasil (Tabelas 29 e 30).

No ano 2000 não havia sido criado o Programa Bolsa Família (substituído pelo Auxílio Brasil), o que ocorreu somente em 2003. Em 2020, a participação desse programa na renda das famílias foi de 1,7% para a Região A e de 3,7% para a Região B (Tabelas 27 e 28).

Quanto à aposentadoria na composição de outras rendas, em 2000, na Região A, representava 2,2%, passando para 15,6% em 2020. Na Região B, essa participação era de 5,7% em 2000 e passou para 19,2% em 2020 (Tabelas 23 e 24).

Do ponto de vista da produção, ficou evidenciada a significativa participação e importância do extrativismo nas duas áreas de estudo, claramente comprovada pelo aumento

da produção média/ano na coleta de açaí, tanto do lado do Pará quanto do Amapá, entre os períodos de 2000 e 2020.

No caso dos agroextrativistas da Região A, a produção média coletada de açaí em 2000 foi de 318 sacas/ano por família, ampliando para 458 em 2020, e no Amapá, de 237,6 sacas/ano por família em 2000 para 298,4 em 2020, dados esses já apresentados na Tabela 13.

Com referência aos dados apresentados nas Tabelas 29 e 30, tem-se a comparação da renda bruta familiar em SM mensais das famílias entrevistadas das Regiões A e B nos períodos de 2000 e 2020. Esta comparação permite demonstrar a importância e o crescimento da renda bruta familiar em SM/mensal em ambas as regiões estudadas.

Desta maneira, na Região A passou de 3,7 SM em 2000 para 5,4 SM em 2020. Semelhante a esse comportamento, a Região B registrou em 2000 uma renda bruta familiar de 3,4 SM, passando para 4,2 SM em 2020.

**Tabela 29 – Formação da Renda Bruta em Reais (Região A)**

Período	Componentes	Valores de renda bruta		Participação % da composição da renda bruta		
		Em R\$	Em %	Monetária	Autoconsumo	Total %
2000	1-Atividades agrícolas e criação de pequenos animais	761,78	9,6	64,9	35,1	100
	2-Extrativismo vegetal e pesca	7.033,34	<b>89,0</b>	87,8	12,2	100
	3-Atividades não-agrícolas ou outras rendas	103,52	<b>1,4</b>	100	-	100
	<b>TOTAL (anual) (1+2+3)</b>	7.898,64	100	-	-	-
	<b>TOTAL (em SM mensal)</b>	<b>3,7</b>	-	-	-	-
2020	1-Atividades agrícolas e criação de pequenos animais	1.248,00	1,8	70,7	29,3	100
	2-Extrativismo vegetal e pesca	57.046,75	<b>79,8</b>	71,4	28,6%	100%
	3-Atividades não-agrícolas ou outras rendas	13.155,26	<b>18,4</b>	100%	-	100%
	<b>TOTAL (anual) (1+2+3)</b>	71.450,01	100%	-	-	-
	<b>TOTAL (em SM mensal)</b>	<b>5,4</b>	-	-	-	-

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

É relevante relatar ainda que, na Região B, semelhante à Região A, observa-se uma queda na produção dos produtos do extrativismo vegetal, representado pelo açaí, ainda assim, sendo muito expressivo no conjunto de componentes para a formação da renda bruta anual. Por

sua vez, o conjunto de outras rendas foi ainda mais significativo quando comparado os dois períodos: 19,8% em 2000 para 29,6% em 2020 (Tabela 30).

**Tabela 30 – Formação da Renda Bruta em Reais (Região B)**

Período	Componentes	Valores de renda bruta		Participação % da composição da renda bruta		
		Em reais	Em %	Monetária	Autoconsumo	Total %
2000	1-Atividades agrícolas e peq. animais	579,35	9,4	61,0	39,0	100
	2-Extrativismo vegetal e pesca	4.375,49	78,8	71,9	28,1	100
	3-Atividades não-agrícolas ou outras rendas	1.224,47	<b>19,8</b>	100	-	100
	<b>TOTAL (anual) (1+2+3)</b>	<b>6.179,78</b>	<b>100</b>	-	-	-
	<b>TOTAL (em SM mensal)</b>	<b>3,4</b>		-	-	-
2020	1-Atividades agrícolas e peq. animais	1.363,64	2,4	55,9	44,1	100
	2-Extrativismo vegetal e pesca	38.146,00	68,0	73,1	26,9	100
	3-Atividades não-agrícolas ou outras rendas	<b>16.601,82</b>	<b>29,6</b>	100	-	100
	<b>TOTAL (anual) (1+2+3)</b>	<b>56.111,46</b>	<b>100</b>	-	-	-
	<b>TOTAL (em SM mensal)</b>	<b>4,2</b>		-	-	-

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Considerando os bilhões de reais movimentados com a produção do açaí nas áreas de estudo, observou-se que as famílias complementam suas rendas com as transferências de renda oriundas da aposentadoria e do Programa Auxílio Brasil. Brondízio (2008) afirma, contudo, que a maior parte do valor agregado acontece distante das áreas de produção.

As famílias buscam qualidade de vida, mas não estão na mesma lógica de acumulação de capital. Não guardam e nem poupam a renda da produção de açaí. Todo recurso da safra é gasto com a aquisição de bens, saúde, educação e lazer. A alimentação é outro aspecto importante na valorização do açaí, uma vez que alterações na renda podem influenciar nos hábitos alimentares.

#### 4.8 ALIMENTAÇÃO

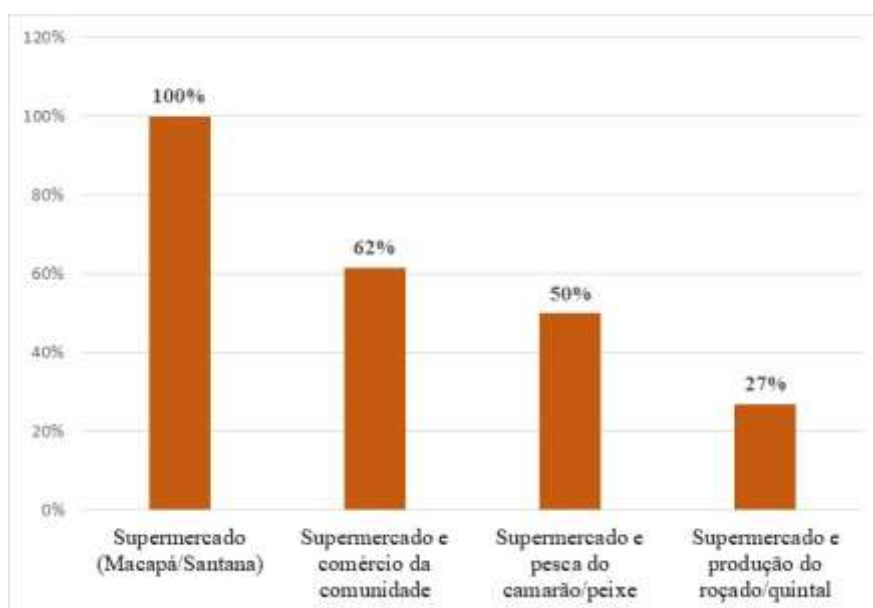
Não foi possível uma análise comparativa com as informações do ano 2000, uma vez que essa temática não era o foco do diagnóstico na época, tampouco era um tema relacionado com a valorização do açaí. Havia outras questões mais urgentes e de interesse dos pesquisadores

e suas áreas afins, como o manejo adequado que atendesse à demanda do mercado do fruto de açaí em ascensão. Entretanto, por meio do autoconsumo é possível explicar em parte as mudanças na alimentação das famílias.

Importa saber se, no contexto de valorização da renda das famílias, houve mudança na alimentação tradicional, na origem dos alimentos e na estimativa de renda comprometida com a alimentação.

Sobre a origem dos alimentos consumidos pela família, o Gráfico 10 demonstra que 100% dos respondentes informaram que compravam mensalmente do supermercado em Macapá ou Santana. Os alimentos adquiridos nos supermercados eram complementados com a compra no comércio da comunidade (62%), com a pesca de camarão e peixe (50%) e, em menor percentual, com a produção do roçado e do quintal (27%).

**Gráfico 10 – Origem dos alimentos consumidos pelas famílias**



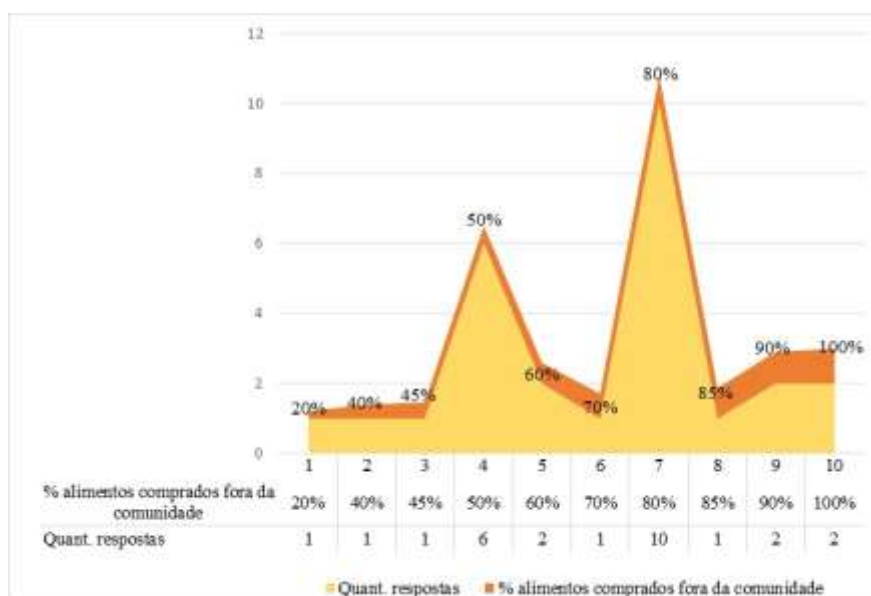
Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Acerca dos principais alimentos adquiridos fora da comunidade, por ocasião da entrevista, foi apresentada uma lista daqueles que compõem a alimentação básica por mês (nas entrevistas realizadas por telefone foi feita a leitura de itens da cesta básica). Espontaneamente, alguns respondentes afirmaram consumir produtos como refrigerantes, massas, biscoitos, entre outros produtos industrializados.

De modo geral, a cesta básica era composta de feijão, arroz, açúcar, café, macarrão, óleo de soja, sal, açúcar etc., ou seja, praticamente todos os produtos que se consome nas cidades. Das 28 respostas válidas, seis disseram consumir produtos embutidos como calabresa; dois disseram não consumir esses produtos e nem temperos prontos.

Uma vez que o gráfico 10 aponta que 100% das famílias entrevistadas compram alimentos nos supermercados (ainda que dividam essa aquisição com a compra local, a pesca e a caça), o Gráfico 11, por sua vez, demonstra o percentual de aquisição de alimentos fora da comunidade, com maior relevância, destacando-se: 80% (em 10 unidades familiares) e 50% (seis unidades familiares). As demais respostas foram pulverizadas entre uma e duas famílias.

**Gráfico 11 – Percentual de alimentos comprados fora da comunidade**

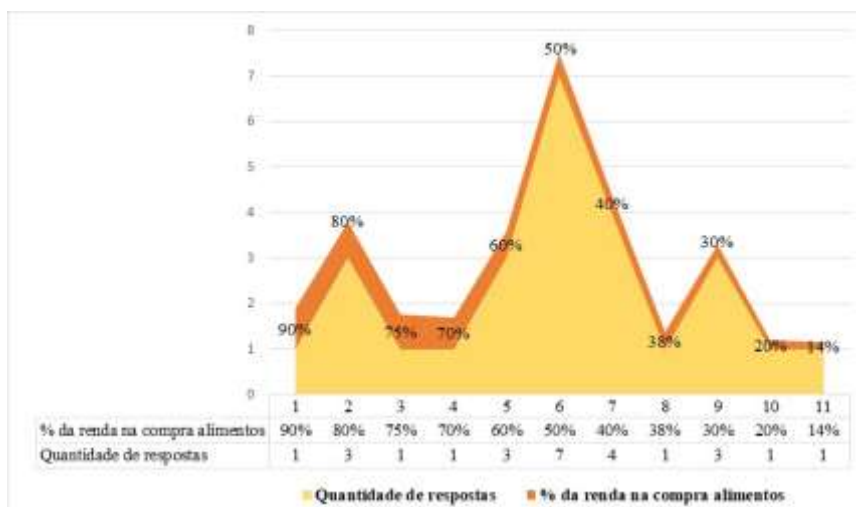


Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Por último, indagou-se sobre o percentual da renda da família comprometida com a alimentação, excetuando-se a produção do roçado, a caça e a pesca. Em perguntas abertas cujas respostas foram interpretadas para apresentação em percentual. Das famílias entrevistadas, sete famílias usavam até 50% de suas rendas com a aquisição de alimentos, enquanto quatro famílias gastavam até 40% da renda. Somente uma família afirmou gastar 90% de seus rendimentos com alimentação (Gráfico 12).



**Gráfico 12 – Percentual da renda gasto com alimentação/mês**



Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

Infere-se do Gráfico 12 que, embora as famílias tenham obtido ganhos superiores de renda em comparação há vinte anos atrás, sobretudo com a comercialização de açaí, a alimentação comprometia boa parte dessa renda. Cabe lembrar que, em 2020, a participação da renda de transferências governamentais como aposentadorias e Auxílio Brasil foi de 18,4% e 29,6%, respectivamente para as Regiões A e B deste estudo (ver Tabelas 29 e 30).

A renda bruta anual das famílias entrevistadas foi de 5,4 SM e 4,2 SM, respectivamente para as Regiões A e B (ver Tabelas 29 e 30), enquanto o comprometimento de suas rendas com o consumo de alimentos é de 50% ou mais para 16 das 26 respostas válidas.

No geral, pode-se deduzir que a interação com o mercado através da melhoria na renda da unidade familiar vem facilitando o acesso aos bens e serviços de consumo urbano, assim também aos alimentos. Na Região A, por exemplo, a proximidade com as cidades amapaenses de Macapá e Santana é um dos principais argumentos que justifica a semelhança de hábitos alimentares.

Por fim, as evidências revelam uma mudança nos hábitos alimentares, baseado atualmente mais em produtos industrializados, de maneira que a simplificação na alimentação pode ter comprometimento nutricional com a incorporação dos hábitos alimentares da cidade, em detrimento do consumo tradicional e autossustentado.

Entretanto, mesmo com evidências na literatura de redução no plantio de roças desde os anos 2000 (MURRIETA et al., 1989; CARVALHO; SILVA, 2015), a pesca, o roçado e a

plantação nos quintais são tradições em muitas unidades familiares. Além disso, se mantém o hábito do consumo diário do açaí no almoço e no jantar.

Num esforço de entender as mudanças na alimentação, ao comparar a participação percentual da renda monetária e de autoconsumo na composição da Renda Bruta Familiar nas principais atividades produtivas das famílias entrevistadas, observa-se que, de modo geral, houve um crescimento percentual entre os períodos de 2000 a 2020, mais precisamente do segmento do extrativismo vegetal e pesca da Região A, de 12,2% para 28,6% respectivamente, enquanto para a Região B, o crescimento se deu no segmento das atividades agrícolas e criação de pequenos animais, de 39% para 44,1% (Tabela 31).

Acredita-se que, em ambos os casos, o aumento nas atividades para o autoconsumo estejam associados, dentre outros motivos, às próprias condicionantes naturais. Na Região A, o aumento nas atividades do extrativismo vegetal e pesca pode estar relacionado ao maior domínio do ambiente de várzea. Por sua vez, na Região B, pode ter relação com a forte presença de terras mais altas, como ocorre com as famílias da Foz do rio Amazonas, na Costa do Amapá.

**Tabela 31 – Participação percentual da renda monetária e do autoconsumo na composição da Renda Bruta Familiar nas Regiões A e B (2000-2020)**

Componentes	Região A				Região B			
	2000		2020		2000		2020	
	Renda monetária %	Renda de auto consumo %	Renda monetária %	Renda de auto consumo %	Renda monetária %	Renda de auto consumo %	Renda monetária %	Renda de auto consumo %
1-Atividades agrícolas e criação de pequenos animais	64,9%	35,1%	70,7%	29,3%	61,0	39,0	55,9	44,1
2-Extrativismo vegetal e pesca	87,8%	<b>12,2%</b>	71,4	<b>28,6%</b>	71,9	<b>28,1</b>	73,1	<b>26,9</b>
3-Atividades não-agrícolas ou outras rendas	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-

Fonte: Banco de Dados (2000) e Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

De toda forma, evidências científicas revelam que o consumo de produtos industrializados tem relação direta com sobrepeso, pressão alta, diabetes, entre outros. Além da perda dos modos de produção e consumo tradicionais, perda da diversidade e identidade cultural (BRASIL, 2014; NASCIMENTO; GUERRA, 2016; BENZECRY, 2020).

Cabe evidenciar uma tendência à concentração da produção em torno de um só produto em detrimento do roçado, da pesca, e demais atividades produtivas tradicionais. A redução na prática dos roçados e da pesca e o aumento no consumo de produtos industrializados revelam uma redução na diversidade produtiva e uma baixa diversidade na dieta alimentar. Num roçado, não apenas se planta, mas se transmite cultura, tradição, variedade de alimentos e transmissão de conhecimento ancestral.

Evidentemente, estudos mais específicos podem se debruçar sobre tais questões em amostras mais ampliadas para afirmar ou refutar essa tendência. Assim como uma análise da redução da produção nos roçados e a consequente mudança nos hábitos alimentares com o uso inadequado de alimentos disponíveis. Outra linha de pesquisa pode se identificar se há relação ou não com a valorização do açaí no mercado, além de outras variáveis que possam influenciar tais mudanças, como a pandemia da Covid-19.

De modo geral, embora tenha ocorrido mudanças substanciais na alimentação das famílias entrevistadas com a incorporação de produtos industrializados, não é possível afirmar que houve comprometimento da segurança e soberania alimentar. Tal análise implicaria na utilização de parâmetros de medição que não fazem parte desta pesquisa.

#### **4.9 ASPECTOS AMBIENTAIS**

A relação entre o aumento da renda nas unidades familiares agroextrativistas com a maior produtividade dos açazais tem demonstrado efeitos diversos e contraditórios. No aspecto ambiental, a perda da biodiversidade com a tendência à homogeneização da floresta de várzea já é percebida pelas famílias que fazem a extração do fruto e comprovado em diferentes pesquisas.

Em meados da década de 1990, Dubois et al. (1996) alertavam para o manejo dos açazais com eliminação de todas as demais espécies de porte alto e o risco dessa prática para a diversidade florestal. Da mesma forma, Queiroz e Mochiutti (2001) revelaram que o alargamento das fronteiras dos açazais era responsável pela redução de outras espécies vegetais perenes da floresta, além do desaparecimento de espécies de palmeiras.

Com a valorização do açaí e a substituição de um sistema extrativista para agroextrativista, as comunidades ribeirinhas adotaram diversos tipos de manejo, muito embora o manejo de mínimo impacto, sob orientação da Embrapa, tenha se disseminado no estuário. O manejo de um ambiente florestal para transformação num açazal implica na combinação dessa

espécie com as demais espécies da várzea, cujas técnicas possibilitam uma produção de melhor qualidade e a manutenção da diversidade. Considera-se um açazal bem manejado quando, em aproximadamente um hectare, existam cerca de quatrocentas touceiras, com cinco açazeiros adultos em cada uma, cinquenta palmeiras de outras espécies e outras duzentas árvores (QUEIROZ, 2012).

No atual contexto de valorização do açaí no mercado nacional e internacional, a forte ação humana sobre a floresta de várzea impõe a intensificação na produção. Estudos confirmam o que há décadas havia sido alertado em relação ao manejo inadequado dos açazais: a homogeneização da floresta de várzea e a perda da biodiversidade.

Uma pesquisa realizada por Freitas et al. (2015), revelou que, mantendo uma densidade média de 200 caules por hectare, ocorreu uma perda de mais de 50% da diversidade de espécies arbóreas e uma redução de 63% no número de espécies pioneiras. A supressão de diferentes espécies para a expansão dos açazais leva também ao desaparecimento dos insetos polinizadores.

Os insetos são considerados os maiores polinizadores das flores, com destaque para as abelhas que polinizam mais espécies que qualquer outro ser vivo. São capazes de polinizar 71 entre 100 cultivos comuns, abrangendo 90% do conjunto dos alimentos fornecidos no mundo (POTTS et al., 2016).

Campbell et al. (2018) identificaram que os insetos são altamente dependentes da polinização biótica e essenciais para a produção do fruto de açaí<sup>24</sup>, especialmente as abelhas nativas, uma vez que dependem do pólen e do néctar produzido pelas flores.

Nos municípios de Barcarena e Abaetetuba, no Pará, uma pesquisa concluiu que aproximadamente 90% da polinização do açazeiro é feita por abelhas nativas sem ferrão (Meliponinae) e solitárias (família *Halictidae*), espécies consideradas mais eficazes, uma vez que carregam oito vezes mais pólen que os demais insetos. Ademais, seis em cada dez visitas das abelhas na área de estudo eram para as flores do açaí (BEZERRA et al., 2020).

Acerca da redução na produtividade do açaí, Campbell et al. (2018) identificaram que no manejo de alto impacto, onde há predomínio dos açazais em detrimento de outras espécies,

---

<sup>24</sup> Polinização biótica aos diversos animais, como os insetos (entomofilia) considerados os maiores polinizadores das flores, à exemplo, as abelhas que polinizam mais espécies que qualquer outro ser vivo. **Mundo Educação**. Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/agentes-polinizadores.htm>. Acesso em 15 dez. 2021.

houve redução da produção de frutos com o desaparecimento das abelhas. O contrário do que imaginam os produtores ao eliminarem espécies para expansão do açazal.

Pesquisas realizadas por Frazão e Jordão (2020) no Estado do Amapá, no período de 2003 a 2020, identificaram as abelhas mais comuns nas flores do açáí. Segundo os autores, a compreensão sobre a distribuição das abelhas melíferas permite dimensionar uma escala da produção de mel, integrando e conservando os polinizadores autóctones nos açazais e contribuindo para o aumento da produtividade.

Em relato espontâneo durante as entrevistas, um produtor de açáí do Rio Maniva (PAE Ilha do Pará) relatou que já ocorreu redução na produtividade de seus açazais. Segundo ele, tal fato se deve ao desaparecimento dos polinizadores, após a retirada de outras espécies vegetais durante o manejo.

Para identificar se havia algum comprometimento das espécies arbóreas na área de estudo, na perspectiva dos entrevistados, fez-se a seguinte indagação na entrevista semiestruturada, embora sem nenhuma relação com o desaparecimento de polinizadores, mas no intuito de saber da opinião das famílias acerca das mudanças no ambiente da várzea: “Na sua opinião, do ano 2000 até hoje, quais espécies de árvores diminuíram ou desapareceram? Se possível, consultar as pessoas mais idosas da família”.

Como resposta, 58% dos entrevistados citaram o desaparecimento ou a redução de espécies, sem, no entanto, definir qual havia desaparecido. Destaque para as espécies como andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), murumuru (*Astrocaryum murumuru*), pracaxi (*Pentaclethra macroloba*) buriti/miriti (*Mauritia flexuosa*), retiradas para expandir o açazal durante o manejo. Algumas dessas são retiradas por serem muito altas e fazem sombreamento para o açáí (Quadro 5).

Entre as espécies madeireiras em desaparecimento, o açacu (*Hura crepitans*), seguido do cedro (*Cedrela odorata* L.) foram as espécies mais mencionadas. A madeira dessas espécies é usada para a fabricação do casco das rabetas, um tipo de barco encontrado na maioria das unidades familiares.

**Quadro 6 – Principais espécies arbóreas desaparecidas ou com menor ocorrência nas áreas de estudo**

Nome Comum	Nome científico	Razão do desaparecimento/Menor ocorrência
Aninga	<i>Montrichardia linifera</i>	Retirada para expandir o açcaizal
Açacu	<i>Hura crepitans</i>	Madeira para o casco do barco rabeta
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Comercialização como madeira
Buçu	<i>Manicaria saccifera</i> Gaertn	Retirada para expandir o açcaizal
Buriti/miriti	<i>Mauritia flexiosa</i>	Retirada para expandir o açcaizal
Cedro	<i>Cedrela odorata</i> L.	Madeira para o casco do barco rabeta
Macacaúba	<i>latymiscium filipes</i> Benth.	Comercialização como madeira
Muiratinga	<i>Olmedia caloneura</i> Huber.	Comercialização como madeira
Murumuru	<i>Astrocaryum murumuru</i>	Retirada para expandir o açcaizal, além disso é uma palmeira que possui espinhos que machucam na coleta do açcaí.
Mututi	<i>Pterocarpus amazonicus</i> Huber	Retirada para expandir o açcaizal
Pau mulato	<i>Callycophyllum spruceanum</i> Benth.	Comercialização como madeira e expansão do açcaizal (Derrubam o pau mulato no manejo do açcaí porque entendem que quando a flor dele cai no açcaizeiro e o açcaí não vinga.
Pracaxi	<i>Pentaclethra macroloba</i>	Retirada para expandir o açcaizal
Pracuúba	<i>Mora paraensis</i> Ducke	Retirada para expandir o açcaizal e fazer esteio das moradias
Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>	Retirada para expandir o açcaizal
Taperebá	<i>Spondias mombin</i> L.	Retirada para expandir o açcaizal
Ucuúba	<i>Virola surinamensis</i>	Comercialização como madeira e retirada para expandir o açcaizal

Fonte: Banco de Dados (2020). Elaboração da autora (2022).

A aninga (*Montrichardia linifera*), igualmente mencionada nas entrevistas, tem uma função significativa no ambiente da várzea estuarina, pois funciona como um filtro natural na

contenção da erosão ou assoreamento, que é um fenômeno conhecido como “terras caídas”. Os impactos desse fenômeno trazem prejuízos materiais para as famílias, levando parte dos terrenos e forçando-as a reconstruírem suas casas (SOUZA et al., 2010).

Indagou-se aos entrevistados: “Ocorre erosão e/ou assoreamento em sua propriedade? Na sua opinião, qual é a causa? ” Como resposta, 58% afirmaram que ocorre erosão por três razões: (1) supressão da vegetação para expansão dos açais, causando desmoronamento das margens dos rios; (2) trânsito intenso das embarcações (resposta dos moradores do Rio Anauerapucu por causa do trânsito para casas de veraneio nas margens dos rios); e (3) correnteza das águas grandes.

Das muitas possíveis conclusões acerca dos aspectos ambientais da várzea estuarina no contexto da valorização do açaí, observa-se que as famílias ribeirinhas têm conhecimento dos impactos relacionados à intensificação na produção do açaí.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rio não comanda a vida, mas a vida na várzea não ocorre independente do rio. São muitos os desafios de se viver na várzea, alguns deles são diferentes do que eram há vinte anos.

A transformação ocorrida com a valorização do açaí na várzea do estuário amazônico trouxe mudanças para as famílias camponesas agroextrativistas. Entretanto, dos bilhões de reais movimentados na cadeia do açaí, muito pouco é revertido para os municípios em questão, menos ainda para as famílias envolvidas na extração do fruto.

Semelhante ao que ocorreu com a valorização da borracha, no qual a acumulação de capital ocorreu fora da região de coleta, assim também ocorre com o açaí. A acumulação de capital é realizada fora da região de coleta do fruto. São grandes empresários nacionais e internacionais que agregam valor ao fruto. Para as famílias produtoras do estuário amazônico as mudanças são de curto prazo, refletidas na melhoria da qualidade de vida, sobretudo nos aspectos referentes a aquisição de bens de consumo e na renda familiar.

Melhorias na renda e no acesso ao transporte possibilitaram autonomia para desfrutar da cidade sem abdicar do lugar de pertencimento, conforme confirma a hipótese inicial da pesquisa, de que nos últimos vinte anos, a valorização do açaí no mercado nacional e internacional proporcionou mudanças socioeconômicas para as famílias que atuam na produção de açaí, aproximando as populações da várzea da sociedade de consumo da cidade. Entretanto, as relações comerciais pouco mudaram: há um intermediário entre a unidade familiar agroextrativista e o mercado.

No lado paraense do Canal do Norte, o aumento na renda proporcionou a energia através dos painéis solares que, por sua vez, permitiu o acesso aos bens de consumo que dependem da energia, como televisores, refrigeradores e telefones celulares. No lado de cá do Canal do Norte, na costa do Amapá, na perspectiva da sociedade de consumo, as moradias, tal qual as casas da cidade, possuem itens que facilitam a vida e trazem lazer e informação.

Quanto à participação do açaí na renda bruta das famílias, a pesquisa revelou que, em 2020, representava 73,3% na Região A, enquanto na Região B foi de 63,3%. Cabe ressaltar que, no conjunto de outras rendas, a aposentadoria, o Auxílio Brasil e atividades remuneradas não relacionadas à produção rural foram significativas na participação da renda bruta familiar. Na Região A, a aposentadoria que em 2000 participava com 2,2% aumentou para 15,6%, enquanto



na Região B, aumentou de 5,7% para 19,2%, revelando que as famílias complementam suas rendas com os recursos de transferências governamentais.

Quanto à participação na renda bruta das atividades remuneradas não relacionadas à produção rural, na Região A reduziu de 4,4% para 3,8%, enquanto na Região B que era de 1,8% aumentou para 8,6%.

No ano 2000 não existia o Programa Bolsa Família, de maneira que o Programa Auxílio Brasil que o substituiu, só foi computado para 2020 quando 41,9% das famílias entrevistadas nas duas áreas de estudo relataram ter recebido o recurso, sendo 3,7% na Região A e 1,7% na Região B.

Em salários mínimos (SM), a renda bruta familiar saltou de 3,7 salários SM mensais no ano 2000, para 5,4 SM em 2020. Na costa do Amapá, passou de 3,4 SM para 4,2 SM. As transferências governamentais e atividades remuneradas fora da produção rural foram complementares no conjunto da renda bruta familiar.

A regularização fundiária com a criação de PAEs foi uma das maiores conquistas do período de análise, permitindo a redução de conflitos de terra e corrigindo uma dívida histórica com as famílias que tradicionalmente habitam o estuário amazônico: sujeitos subjugados por seus patrões que se diziam donos das terras onde várias gerações se submeteram ao aviamento. Entretanto, novos desafios se apresentam, como o desmonte institucional do governo brasileiro que põe em risco os territórios coletivos, a exemplo das terras indígenas sendo invadidas para a exploração de recursos minerais. De maneira que nem mesmo a regularização da terra é condição para a tranquilidade das comunidades da várzea estuarina.

Uma análise a ser aprofundada em estudos futuros se refere ao retorno dos jovens que migraram para a cidade em busca de condições de vida melhores que aquelas de seus pais no passado. A pesquisa identificou casos isolados de jovens com ensino superior que atuam na produção de açaí, o que pode revelar uma tendência, se extrapolada a amostra.

Quanto à participação das mulheres, o estudo mostrou a diversidade de papéis que elas exercem na reprodução social da unidade familiar, o que não foi observado na pesquisa realizada em 2000. A autonomia de renda foi mais evidente na Região B, onde as mulheres aparecem à frente de organizações sociais produtivas, como na Foz do rio Mazagão Velho, onde elas estão como dirigentes e nos demais cargos diretivos.

Cabe destacar a coleta de sementes oleaginosas conduzidas por mulheres, pois diferentemente da produção de açaí, onde predomina o trabalho do homem e a mulher se vê como “ajudante do marido”, na coleta de sementes elas administram o recurso dessa atividade. Ademais, há um fator ambiental a ser observado nessa atividade, uma vez que, com a coleta de sementes, as mulheres contribuem para a preservação de espécies arbóreas que normalmente são retiradas com o manejo do açaí, a exemplo: murumuru, ucuúba, andiroba e pracaxi.

Entre os muitos desafios que as mulheres enfrentam, o que não é exclusivo das mulheres rurais, se destaca a conciliação de atividades diversas com a direção de organizações produtivas, além do processo de rompimento com a desconfiança e a desqualificação na função de dirigentes por parte dos homens.

Como percepção da autora por ocasião das entrevistas, entende-se como fundamental a capacitação para a gestão das organizações, sejam produtivas, sociais ou políticas. Da mesma forma, uma formação que possibilite a criticidade sobre seus territórios e espaços diversos por onde se encontrem.

A alimentação, por sua vez, constitui um dos aspectos mais controversos quando ocorre aumento de renda, pois está diretamente relacionada com o consumo de alimentos industrializados e de baixo valor nutricional. A pesquisa revelou que 100% das famílias entrevistadas compram alimentos nos supermercados (ainda que dividam essa aquisição com a compra local, a pesca e a caça), sendo que a maior parte dos entrevistados compromete até 80% da renda familiar com a aquisição de alimentos.

A redução na prática de roçado, da pesca e o aumento no consumo de produtos industrializados tem reflexos na redução na diversidade produtiva e uma baixa diversidade na dieta alimentar. No roçado, não apenas se planta, mas se transmite cultura, tradição, variedade de alimentos, transmissão de conhecimento ancestral.

Tais aspectos são alertas importantes para análises de cenários que relacionem a melhoria na renda com a substituição da alimentação tradicional por produtos industrializados, além da relação com diversas doenças.

Quanto aos impactos provocados pela produção intensiva do açaí, inúmeras pesquisas e relatos da pesquisa de campo já observam a supressão de espécies arbóreas e a homogeneização da várzea por culturas de açaí, o que compromete a diversidade da várzea estuarina e, por tabela, a produtividade do açaí, uma vez que os polinizadores também desaparecem. Observou-se que

as famílias têm conhecimento dos impactos provocados com o manejo inadequado dos açaiçais, observando, inclusive, espécies que estão desaparecendo ou já não ocorrem mais em suas unidades familiares.

Para estudos futuros utilizando o banco de dados de 2000, sugere-se a expansão da amostra ou mesmo abarcando o universo da pesquisa, de maneira a identificar outros aspectos relacionados com a valorização do açaí.

Como contribuição para a política pública, espera-se que a pesquisa proporcione subsídios para tomadores de decisão quanto às assimetrias desfavoráveis na cadeia do fruto, uma vez que as políticas públicas costumam ignorar as comunidades locais ou transformá-las em simples fornecedores de matéria-prima. Tais assimetrias poderiam ser minimizadas com o fortalecimento da ATER, uma vez que a assistência técnica de qualidade pode garantir o manejo adequado dos açaiçais, o acesso ao crédito e a diversidade produtiva.

No aspecto ambiental, e de maneira transversal à pesquisa, espera-se que os resultados demonstrem como as famílias visualizam as mudanças ocorridas com a intensificação da produção de açaí. Para as famílias ribeirinhas agroextrativistas, de modo geral, espera-se demonstrar que a partir de suas perspectivas, seus saberes e práticas, quando compilados, podem servir de ferramenta para tomadas de decisão em políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.
- ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, W. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- ALENCAR, Edna Ferreira. Políticas Públicas e (In)sustentabilidade social: o caso de comunidades da várzea do Alto Solimões, Amazonas. In: **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. LIMA, Deborah (org.). Manaus: Ibama/ProVárzea, 2005.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. – São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. 2007. Disponível em <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2021.
- AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Andreza. **Oficina de capacitação promove o fortalecimento da produção de açaí no território do Marajó**. EMBRAPA, 2016. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/18647531/oficina-de-capacitacao-promove-o-fortalecimento-da-producao-de-acai-no-territorio-do-marajo>. Acesso em 18 nov. 2021.
- ARAÚJO, César Teixeira Donato de; NAVEGANTES-ALVES, Lívia de Freitas. **Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (Euterpe Oleraceae Mart.) no estuário amazônico: perda de diversidade florística e riscos do monocultivo**. Revista Brasileira de Agroecologia. V. 10, n. 1, novembro de 2015. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/16397>>. Acesso em janeiro de 2020.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 9. Ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.
- BARBIERI, Camila Barreiros. **A permanência do jovem no campo: fatores determinantes**. UnB: Brasília, 2018.
- BARBOSA, Maricélia Goçalves. **Quem mora em cima da terra é que tem direito: o fim da relação freguês-patrão e as novas relações de trabalho na unidade familiar de produção dos chamados “tiradores de açaí” da Vila Monteiro do Rio Preto, no município de Afuá-PA**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. UFPa, 2012.
- BARRETO, Danilo André Aguiar; CAMPOS, Felipe Augusto Ferraz de. **A presença dos atravessadores na cadeia produtiva do açaí no Estado do Amapá: transportadores tradicionais capitalistas ou operadores logísticos? Uma perspectiva sob a ótica de Fleury**. IX

Simpósio de Engenharia de Produção da Região Nordeste. Juazeiro-BA. 07 a 09 de março de 2018.

**Batedores protestam contra falta de açaí na capital.** O Diário do Pará. 18 mai. 2021.

(Belém, A3). Disponível em

<https://www.diarioonline.com.br/Digital/Page?editionId=1748#book/3>. Acesso em 24 de maio de 2021.

**Batedores reclamam de alta no preço do açaí no AP, o que pode prejudicar comércio do produto.** G1. 17 mai.2021. (Macapá). Disponível em

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/05/17/batedores-reclamam-de-alta-no-preco-do-acai-no-ap-o-que-pode-prejudicar-comercio-do-produto.ghtml>. Acesso em 24 de maio de 2021.

BENZECRY, Silvana Gomes. **Abordagem da nutrição na população ribeirinha.** (Livro eletrônico). 1. Ed. Manaus, AM: UEA, 2020. Disponível em

<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/23857/1/E->

[book\\_Unidade\\_AbordagemDaNutri%C3%A7%C3%A3o\\_UNASUS\\_Final\\_ISBN.pdf](https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/23857/1/E-book_Unidade_AbordagemDaNutri%C3%A7%C3%A3o_UNASUS_Final_ISBN.pdf).

Acesso em 20 de maio de 2021.

BENTES, Elisabeth dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; SANTOS, César Augusto Nunes dos. **Exportações de polpa de açaí do estado do Pará:** situação atual e perspectivas. 55º Congresso SOBER. Santa Maria-RS. 30 de julho a 03 de agosto de 2017.

BEZERRA, Valeria Saldanha; SILVA, Otniel Freitas; DAMASCENO, Leandro Fernandes. **Açaí:** produção de frutos, mercado e consumo. EMBRAPA. II Jornada Científica, 2016.

BEZERRA, L A et al. **Pollen Loads of Flower Visitors to Açaí Palm (Euterpe oleracea) and Implications for Management of Pollination Services.** NEOTROPICAL ENTOMOLOGY, v. 49, p. 482-490, 2020.

BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS. **Produção de açaí é 25% maior em floresta.** PLATAFORMA BRASILEIRA DE BPBES, 2018. Disponível em

<https://www.bpbes.net.br/producao-de-acai-e-25-maior-em-floresta/>. Acesso em 21 nov. 2021.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Energia elétrica para todos os brasileiros até 2008.** Nota à imprensa: Brasília, 11 de novembro de 2003. Disponível em

<http://www.mme.gov.br/noticias/2003/novembro/11.11.2003>. Acesso em 21 jul. 2020.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República (Coordenação). **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó.** Set. 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde:** Saúde da Família. 2. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_estrutura\\_fisica\\_ubs.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_fisica_ubs.pdf). Acesso em 25 jul. 2021.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Luz para Todos:** um marco histórico - 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão. 2009. Disponível em <http://antigo.mme.gov.br/documents>. Acesso em 20 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Açaí-de-touceira: Euterpe Oleracea Mart.** (Série: Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico). Brasília: MAPA/ACS, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em 22 jul. 2021.

BRONDIZIO, Eduardo S. **The Amazonian Caboclo and the Açaí Palm: Forest Farmers in the Global Market.** Ebook. New York Botanical Garden Press. p.402, 2017.

BRONDIZIO, Eduardo S. Uma agricultura amazônica: sem o conhecimento do agricultor ribeirinho não haveria expansão global da economia do açaí. In: **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil** (recurso eletrônico): contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. CUNHA, M. C. da.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (Orgs). São Paulo: SBPC, 2021. Disponível em <http://portal.sbpcnet.org.br/publicacoes/povos-tradicionais-e-biodiversidade-no-brasil/>. Acesso em 20 dez. 2021.

BUTTO, Andrea.; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil.** Brasília: MDA, 2010.

CANTU-JUNGLES, Thaisa Moro et al. **Isolation and characterization of a xylan with industrial and biomedical applications from edible açaí berries (Euterpe oleraceae).** Food Chemistry. Volume 221, 1595-1597, abril de 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foodchem.2016.10.133>. Acesso em 20 ago. 2019.

CALZAVARA, B.B.G. **As possibilidades do açazeiro no estuário amazônico.** Boletim da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará, 1972.

CAMPBELL, Alistair John et al. **Anthropogenic disturbance of tropical forests threatens pollination services to açaí palm in the Amazon river delta.** Journal of Applied Ecology, v. 1, p. 1-12, 2018.

CARCANHOLO, Reinaldo A. **Capital: essência e aparência** (Org). 1. Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARVALHO, João Paulo Leão. SILVA, Luis Mauro Santos. **Lógicas agroextrativistas em contexto de mudanças socioeconômicas no Arquipélago do Marajó - Pará, Amazônia.** Ver, Bras. De Agroecologia. 10 (1): 50-65. 2015.

CARVALHO, João Paulo Leão. CRUZ, Benedito Ely Valente da. CALVI, Miquéias Freitas. **Política Agrária e o Ordenamento Territorial no Marajó, Pará.** Mercator, Fortaleza, v. 18, 2019.

CASTRO, Edna. Belém do Grão-Pará: de águas e de mudanças nas paisagens. In: **Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos.** Emilie Stoll et al. (orgs.). Belém: NAEA, 2019.

CEDRIM, Paula Cavalcante Amélio; BARROS, Elenita Marinho Albuquerque; NASCIMENTO, Ticiano Gomer do. **Antioxidant properties of acai (Euterpe oleracea) in the metabolic syndrome.** Braz. J. Food Technol., v. 21, e2017092, 2018.

CHAGAS, Marco Antonio. **Socioambientalismo, ecologia de saberes e artesanias das práticas na Amazônia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2021.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento (Conab). **Boletim da Sociobiodiversidade**. Vol. 5, N. 05, out. 2021.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém: Naea/UFGA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **A agropecuária na economia de várzea da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. 2ª. Ed. Belém: Naea/UFGA, 2013.

COSTA, Dineuma Souza da. OLIVEIRA, Lariça Barreto de. **Análise do Agroextrativismo do Açaí (euterpe oleracea mart.) na região do Rio Ariramba, Mazagão, Amapá**. MONOGRAFIA. Universidade Federal do Amapá. UNIFAP, 2019. Disponível em [http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/288/1/TCC\\_AnaliseAgroextrativismoAcai.pdf](http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/288/1/TCC_AnaliseAgroextrativismoAcai.pdf). Acesso em 22 dez. 2021.

DE REYNAL, V et al. **Funcionamento do Estabelecimento Agrícola**. Belém: UFGA, 1997.

DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá. **Avaliação-construção de produtos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia brasileira: caso da castanha-do-Brasil**. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Brasília: Brasília, 2008.

DUBOIS, Jean Clement Laurent; VIANA, Virgilio M.; ANDERSON, Anthony. **Manual agroflorestal para a Amazônia**. Rio de Janeiro: REBRAAF, 1996. p.93-94, v.1. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/manual-agroflorestal-para-amazonia-v-1>. Acesso em 20 nov. 2021.

EMMI, Danielle Tupinambá. **Análise comparativa da eficácia de evidenciadores de placa dental a base de corantes naturais x sintéticos**. Curso de Odontologia da Universidade Federal do Pará. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Odontologia. UFGA: Belém, 2006.

FARIA, Alexandre Magno de Melo. **A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha**. Revista de Estudos Sociais. Ano 3, n. 3, 2001, 45-48. Disponível em [www.periodicoscientificos.ufmt.br](http://www.periodicoscientificos.ufmt.br). Acesso em 10 jan. 2021.

FERNANDES, Aristóteles Viana. **Estudio de la dinámica socioambiental em Unidad de Conservación-Reserva Extractivista em la Amazonía Brasileña em el enfoque de la Agroecología**. El caso de la Reserva Extractivista del Rio Cajari, en el Estado de Amapá - Brasil. Tese (Doutorado). Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos – ISEC. Universidade de Córdoba: Córdoba, Espanha, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação conceitual de campesinato**. Florianópolis, 2004. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/220579704/Delimitacao-Conceitual-de-Campesinato-Bernardo-Mancano>. Acesso em 10 jan. 2021.

- FERNANDES, Bernardo Maçano. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias.** FERNANDES, Bernardo Maçano Fernandes; WELCH, Clifford Andrew. GONÇALVES, Elienai Constantino – 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica: Unesco, 2014.
- FERNANDES, Bernardo Maçano. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá.** Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente. GEA/SEMA, 2002.
- FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará. UFPA, Belém, 2007.
- FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **A história do agroextrativismo na Amazônia Amapaense.** Macapá. Editora da UNIFAP, 2014.
- FLECK, Marcelo Pio de Almeida. **O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde WHOQOL-100 características e perspectivas. Ciência e Saúde Coletiva.** 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/3LP73qPg5xBDnG3xMHBVVNK/abstract/?lang=pt>. Acesso em julho de 2022.
- FRAZÃO, Richardson Ferreira; JORDÃO, Alexandre Luís. **Abelhas melíferas associadas ao açazeiro (Euterpe oleracea Mart.) no Estado do Amapá.** II Jornada de Botânica e Ecologia. II Jornada Amapaense de Botânica. UEAP: Macapá-AP, 03-07 de nov. 2020.
- FREITAS, Dulcivânia. **Técnica aumenta a produção do açaí em até cinco vezes.** EMBRAPA 2015. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2954842/tecnica-aumenta-producao-do-acai-em-ate-cinco-vezes>. Acesso em 18 nov. 2021.
- FREITAS, Madson Antônio Benjamin et al. **Floristic impoverishment of Amazonian floodplain forests managed for açaí fruit production.** Forest Ecology and Management. Vol. 351, setembro de 2015, p. 20-27. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foreco.2015.05.008>. Acesso em 10 jan. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIZ BRASIL. **Linha de base para o território do Sul do Amapá.** Relatório de Consultoria. Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável. Dez. 2018.
- GONÇALVES et al. Marajó. In: **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia.** ALVES, Fábio (Org.). Brasília: IPEA, 2016.
- GUDYNAS, Eduardo. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (org.). **Enfrentando os limites do crescimento. Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade.** Garamond & IRD, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Eduardo\\_Gudynas/publication/326671300](https://www.researchgate.net/profile/Eduardo_Gudynas/publication/326671300). Acesso em 20 ago. 2019.



- HARRIS, Mark. O ritmo da vida na várzea: sazonalidade e socialidade. In: **Paisagens evanescentes: estudos sobre a percepção das transformações nas paisagens pelos moradores dos rios Amazônicos**. Emilie Stoll et al. (orgs.). Belém: NAEA, 2019.
- HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- HÉBETTE, Jean. O campesinato paraense. In: **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. CARVALHO, H. M. (Org.): Vozes, 2005.
- HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Orgs.). **Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A (in)racionalidade do extrativismo vegetal como paradigma de desenvolvimento agrícola para a Amazônia. In: COSTA, J. M. M. da (org.). **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso**. Belém: Cejup, 1992.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama et al. **Açaí: novos desafios e tendências**. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.
- IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis, Vozes, 1978.
- IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS): 2015 a 2017**. Brasília: IBGE, 2017.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 mar. 2022.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/>. Acesso em 15 mar. 2022.
- IBGE. **Cidades**. Estimativa da população. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>. Acesso em 20 mar. 2022.
- IBGE. **População estimada**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/mazagao/panorama>. Acesso em 20 nov. 2022.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Cadeias de comercialização de produtos florestais não madeireiros na região Sul do Amapá**. Relatório de Pesquisa. IPEA. Rio de Janeiro, 2015.
- JARDIM, Mário Augusto G. **A cadeia produtiva do açaizeiro para frutos e palmito: implicações ecológicas e socioeconômicas no Estado do Pará**. Bol. Museu Par. Emilio Goeldi. Série Antropologia 18 (2), 2002.
- JARDIM, Mário Augusto G. Pesquisas com a palmeira açaí (*Euterpe Oleracea* Mart.) no Museu Paraense Emilio Goeldi. In: JARDIM, Mário Augusto G. **Açaí (*Euterpe Oleracea***

**Mart.):** possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: MPEG, 2004.

KOURI, Jofre; FERNANDES, Aristóteles Viana; LOPES FILHO, Raimundo Pinheiro. **O extrativismo do açaí na região do estuário do Rio Amazonas.** SOBER, 39, 2001. Anais. Recife: SOBER, 2001a.

KOURI, Jofre; FERNANDES, Aristóteles Viana; LOPES FILHO, Raimundo Pinheiro. **Caracterização Socioeconômica dos Extratores de Açaí nas Ilhas do Estuário do Rio Amazonas no Estado do Pará.** Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (43). Macapá: Embrapa Amapá. Novembro de 2001b.

KOURI, Jofre; FERNANDES, Aristóteles Viana; LOPES FILHO, Raimundo Pinheiro. **Caracterização Socioeconômica dos Extratores de Açaí na Costa Estuarina do Rio Amazonas, no Estado do Amapá.** Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento (52). Macapá: Embrapa Amapá. Novembro de 2001c.

LIMA, Arlindo Prestes de. et al. **Administração da unidade de produção familiar:** modalidade de trabalho com agricultor. Ed. Ijuí: Ed. Unijuí, RS, 2005.

LEVIS, Carolina et. al. **Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition.** Vol. 355, p. 925-931. Science, 03 de março de 2017. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/355/6328/925>. Acesso em 20 ago. 2019.

LOBATO, Kleidson Brito de Sousa et al. **Authenticity of freeze-dried açai pulp by near-infrared spectroscopy.** Journal of Food Engineering 224 105 e 111 (2018). Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jfoodeng.2017.12.019>. Acesso em Acesso em 20 ago. 2019.

LOBATO, Sidney da Silva. **Família e sobrevivência cotidiana na foz do Amazonas (1944-1964).** Anos 90, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 353-373, dez. 2015.

LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2010.

LOPES, Maria Lúcia Bahia et al. A cadeia produtiva do açaí em tempos recentes. In: **Estudos em Agronegócio: participação brasileira nas cadeias produtivas.** v. 5. - MEDINA, Gabriel da Silva; CRUZ, José Elenilson Cruz (orgs.). Goiânia: Kelps, 2021.

LOUREIRO, Violeta. Refkalefski. **Amazônia:** estado, homem, natureza. Coleção Amazoniana. 2ª Edição. Belém: Cejup, 2004.

MARINHO, José Antônio Magalhães. Desenvolvimento do Extrativismo do Açaí e Mudanças na Socioeconomia de Ribeirinhos Marajoaras. In: **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social.** GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. Editora Unesp. 2009.

MARINHO, José Antônio Magalhães. **Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no extrativismo do açaí no Médio rio Pracuuba-São Sebastião.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). NAEA/UFPa. 2005.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA – Ano 11. N. 12. Janeiro/Junho, 2008. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em 20 mar.2020.

- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- MOCHIUTTI, Silas et al. **Geração de tecnologias para a produção sustentável e processamento de frutos de açaí no estuário amazônico**. Congresso Brasileiro de Fruticultura. Belém, PA. Anais. Belém: SBF, 2002. 3 f. Disponível em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/42163/1/857.pdf>. Acesso em 20 ago. 2019.
- MOURÃO, Leila. **História e natureza: do açaí ao palmito**. Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.2 – Jul/Dez 2010.
- MURRIETA, R. S. S. et al. **Estratégias de subsistência de uma população ribeirinha do rio Marajó-açu, ilha de Marajó, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: série antropológica, 5 (2), 1989.
- NASCIMENTO, Elcio Costa do.; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará - Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 11, n. 1, p. 225-241, jan.-abr. 2016.**
- NOGUEIRA, Mônica; FLEISCHER, Soraya. **Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista do Cerrado**. Estudos Sociedade e Agricultura, v 13, n. 1, 2005.
- NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães et al. **A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009**. Rev. Ceres, Viçosa, v. 60, n.3, p. 324-331, mai/jun, 2013.
- NUGENT, S. Utopias e distopias na paisagem social amazônica. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, W. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto. 2ª Ed. EDUSP – 1987.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino. **Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. Ed.- São Paulo: Contexto, 2001.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica do século XIX**. In: SILVEIRA, E. (Org.). Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 11, p. 101-140, 1979.
- OLIVEIRA, Maria do Socorro Padilha de; CARVALHO, José Edmar Urano de; NASCIMENTO, Walnice Maria Oliveira do. **Açaí (Euterpe Oleracea Mart.)**. Funep Frutas Nativas, 7. Jaboticabal: Funep, 2000. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Oliveiraetal\\_2000\\_000gbz53g9l02wx5ok01dx9lcgrwhf6k.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Oliveiraetal_2000_000gbz53g9l02wx5ok01dx9lcgrwhf6k.pdf). Acesso em 15 abr. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, P. H. B. **Ribeirinhos e roceiros: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Amianto Crisótilo [Chrysotile Asbestos]**. Genebra, 2017.

OPAS. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus**. Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, 30 de janeiro de 2020. Disponível em <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em 15 set.2021.

PONTE, Romero Ximenes. **Assahy-yukicé, iassaí, oyasaí, quasey, açã, jussara, manaca, açai, acay-berry: rizoma**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará: Belém, 2013.

POTTS, S. G et al. **Safeguarding pollinators and their values to human well-being**. Nature, 540(7632), Jun.2016, p. 220–229. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature20588>. Acesso em 15 de março de 2022.

PORTO, Jadson Luiz Rebelo. De isolado a integrado: novos usos e funções do território amapaense e o sistema energético nacional. In: **De apagão a apagado** (livro eletrônico): ensaios sobre a questão energética amapaense. PORTO, Jadson.; TOSTES, José Alberto.; GOMES, Andréa Figueiredo. (Orgs). Maringá, PR. Uniedesul, 2021. Disponível em <https://www.uniedesul.com.br/wp-content/uploads/2021/03/E-BOOK-DE-APAGAO-A-APAGADO.pdf>. Acesso em 15 de março de 2022.

POULET, Denys. **Estudo da cadeia produtiva da fruta e do palmito do açaizeiro (*Euterpe Oleracea*, Mart) no Estado do Amapá**. Tese (Engenharia Tropical). Centro Nacional de Estudos Agrônômicos das Regiões Tropicais – CENEARC/Montpellier, França, junho de 1997.

PREFEITURA DE AFUÁ. Disponível em: <https://afua.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/>. Acesso em 15 abr. 2021.

PREFEITURA DE MAZAGÃO. Disponível em: <http://www.mazagao.ap.gov.br/conteudo/sobre-mazagao/historico>. Acesso em 15 abr. 2021.

GOMES, Andréa Figueiredo. (Orgs). Maringá, PR. Uniedesul, 2021.

QUEIROZ, José Antônio Leite de et al. **Composição florística e estrutura de floresta em várzea alta estuarina amazônica**. FLORESTA, Curitiba, PR, v.35, n. 1, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/269735611>. Acesso em nov. 2019.

QUEIROZ, José Antônio Leite de; MOCHIUTTI, Silas; MACHADO, Sebastião do Amaral. **Distribuição diamétrica em floresta de várzea do braço norte do Rio Amazonas**. Rev. ciênc. agrár.. Belém, n. 46, p.151-170. jul.ldez. 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufra.edu.br/index.php/ajaes/article/view/256>. Acesso em jan. 2020.

QUEIROZ, José Antônio Leite de; MOCHIUTTI, Silas. **Guia prático de manejo de açaizais para produção de frutos** – 2. ed. rev. amp. - Macapá: Embrapa Amapá, 2012.

QUEIROZ, J. A. L. de.; MOCHIUTTI, S. **Tipos de manejo de açaizais e seu efeito sobre a diversidade florestal no estuário amazônico**. In: Simpósio Internacional IUFRO, 2001.

RABELO, Benedito Vítor et al. **Mazagão: realidades que devem ser conhecidas**. Macapá: IEPA, 2005.

REGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. *Ciência Hoje*, São Paulo, v. 25, n. 147, mar., 1999.

RODRIGUES, Léo. Pandemia destaca papel de agentes comunitários de saúde na Amazônia. **Agência Brasil**, em 4 de out. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-10/pandemia-destaca-papel-de-agentes-comunitarios-de-saude-na-amazonia>. Acesso em 14 fev. 2022.

ROGEZ, H. **Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação**. Belém: EDUFPA, 2000.

RUFINO, Maria do Socorro M. et al. **Açaí (Euterpe oleraceae) BRS Pará: A tropical fruit source of antioxidant dietary fiber and high antioxidant capacity oil**. *Food Research International* 44 (7), 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foodres.2010.09.011>. Acesso em jan. 2019.

SALES, Sammy Silva.; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. **Campesinato, identidade e memória: os tiradores de açaí ou como colocar-se no mundo**. *Novos Cadernos NAEA*. v. 17, n. 1, p. 225-240, jun. 2014.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. *Revista NERA, Presidente Prudente/SP*, ano 8, n. 7, p. 1-21, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>. Acesso 15 jan. 2019.

SOARES, Luciane Cristina Costa. **Os efeitos da demanda crescente de produtos extrativos para os pequenos produtores de açaí (Euterpe oleracea mart.) na microrregião de Cametá-Pará**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável – PLADES). UFPa, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 6ª Edição Revisada. São Paulo: Atlas, 2005.

SOUZA, José Camilo Ramos de et al. **Vazante e enchente na Amazônia brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos**. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física. II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, maio de 2010.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais**. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012. Disponível em <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/583>. Acesso em julho de 2021.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. STÉDILE, J.P. (Org.). 1ª. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TAVARES, Geraldo dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Comercialização do açaí no Estado do Pará**: alguns comentários. Observatorio de la Economía Latinoamericana. Setembro de 2015.

TAVARES, Geraldo dos Santos; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; MENEZES, Antônio José Elias Amorim de. **Comercialização de polpa de açaí no Estado do Pará**. 1º Simpósio SOBER Norte. Belém-PA. 22 e 23 de junho de 2017.

TEPICHT, J. **Marxisme et Agriculture: le paysan polonais**. Librairie Armand Colin, Paris, 1973.

TERRA, Chico. **Documentário mostra trabalho de agentes comunitários de saúde que atuam na Amazônia**. 04 de Out de 2021. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/noticias/documentario-mostra-trabalho-de-agentes-comunitarios-de-saude-que-atuam-na-amazonia>. Acesso em 14 fev.2022.

THOMAS, Shaji. **Projeto agroextrativista e gestão participativa dos recursos comuns na várzea amazônica**. Shaji Thomas, Oriana Almeida, Elysângela Sousa Pinheiro (Orgs). Belém: GAPTA: NUMA/UFGA, 2019.

TOCANTINS, Leandro. **O Rio Comanda a Vida**: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Companhia Americana, 1972.

UNITED NATIONS. **United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas**. UNITED NATIONS, 30 out.2018.

VIEIRA, Ima Célia Guimarães et al. **Panorama da COVID-19 nos municípios do Marajó, Pará**. NOTA TÉCNICA 01. Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG. MPEG: Belém, jun. 2020.

VINZON, Susana et al. **Uma Caracterização do Estuário do rio Amazonas, de Óbidos à Plataforma Continental**. Disponível em [http://abequa.org.br/trabalhos/2007\\_suzana\\_quatcost.pdf](http://abequa.org.br/trabalhos/2007_suzana_quatcost.pdf). Acesso em 10 fev. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro**: uma história de resistência. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, fev. 2015.

<https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/?lang=pt>. Acesso em 23 de julho de 2021.

WWF. **Potencial Produtivo de comunidades remotas na Amazônia**. A partir do acesso à energia elétrica. Brasil 2021. Disponível em [https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/estudo\\_abordagemterritorial\\_final\\_v2.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/estudo_abordagemterritorial_final_v2.pdf). Acesso em 23 de janeiro de 2022.

## APÊNDICE A

**ROTEIRO DE ENTREVISTA ESTRUTURADA – FAMÍLIAS  
AGROEXTRATIVISTAS (VÁRZEA DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO)**

<b>Nome da Propriedade (colocação):</b>	
VI.1 . Comunidade:	
VI.2. Acesso:	
VI.3 . Área total da propriedade (colocação):	
Coordenadas da casa do proprietário: lat:	long:
Entrevistador:	Data:

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR (A)**

1.1 Nome do produtor(a): \_\_\_\_\_

VI.4- Idade: \_\_\_\_\_ anos ou Data de Nascimento \_\_\_\_\_

VI.5. Natural de: \_\_\_\_\_ VI.5a: 1-  Rural 2-  Urbana

VI.6 Escolaridade:

1-  Analfabeto 2-  Assina o nome e lê pequeno texto?3-  Frequenta esc.VI.7a - Grau /série \_\_\_\_\_ 4-  Frequentou

VI.7b Grau /série \_\_\_\_\_

VI.9a. Tempo de residência na região em estudo: \_\_\_\_\_ anos

VI.9b. Tempo de residência na comunidade/propriedade: \_\_\_\_\_ anos

VI.13 -. Condição do produtor segundo à propriedade e posse da terra:

1-  Posseiro (posse não regularizada - sem processo de regularização)2-  Posseiro (em processo de regularização)3-  Título Definitivo4-  Arrendatário5-  Meeiro6-  Outra condição: \_\_\_\_\_VI.14 - Onde (Instituição): 1-  INCRA 2-  RURAP 3-  TERRAP 99  Não é o casoVI.15 - Início do processo (ano): \_\_\_\_\_ ou 99

## 2. INDICADORES SOCIAIS (VS – Identificador)

### 2.1. CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA (VSF): Situação educacional e de ocupação

VSF.1 Nº de Ordem	VSF.2 – Posição na Família	VSF.3 Idade	VSF.4- Reg. Nasc. 1-Sim 2-Não	VSF.5 – SEXO 1- M 2- F	VSF.6 - Atividade (*)	VSF.7 Nível de Escolaridade			
						1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
						Analfabeto	Apenas assina o nome e lê pequeno texto	Frequenta escola (Série e Grau) <b>VSF.7A</b>	Frequente Última série <b>VSF.7B</b>
1	Pessoa de referência								
2	Esposa (o)								
3									
4									
5								↓	↓
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									

(\*) 1. trabalho fora da unidade produtiva; 2. só estuda; 3. trabalho na unidade produtiva; 4. estuda e trabalha na unidade familiar produtiva; 5. doméstica; e 6. doméstica e trabalha na unidade produtiva. 99. não é o caso.

### 2.2. ORGANIZAÇÃO SOCIAL (VS8 e VS9)

Organizações	É sócio		Cód.	Participa de reuniões		
	Sim (1)	Não (2)		Sempre (1)	Às Vezes (2)	Nunca (3)
VS8a – Cooperativa			VS9a			
VS8b – Sindicato			VS9b			
VS8c – Associação			VS9c			
VS8d – Conselho Comunitário			VS9d			
VS8e – Comunidade de Base			VS9e			
VS8f – Outra			VS9f			

OBS: \_\_\_\_\_



### 2.3. SAÚDE

**VS10** - Em caso de doença na família, de quem recebe atendimento?

1-  médico

2-  enfermeiro (de formação escolar)

3-  enfermeiro prático

4-  benzedeira

5- Outro \_\_\_\_\_

**VS11** - Que local procura no caso de doenças graves?

\_\_\_\_\_

**VS12.** Usa plantas medicinais? 1-  sim 2-  não

**VS13.** Caso positivo listar \_\_\_\_\_ ou 99

### 2.4. - HABITAÇÃO (SOMENTE OBSERVAÇÃO)

Itens

**VS14 - Tipo do piso da residência:**

1-  - chão batido 2-  madeira bruta

3-  - piso trabalhado com cimento 4-  - trabalhado com madeira beneficiada

**VS15 - Tipo da cobertura:**

1-  - palha 2-  brasilit 3-  cavaco 4-  telha de barro 5-  outro \_\_\_\_\_

**VS16- Material das paredes:**

1-  madeira 2-  Alvenaria 3-  lona 4-  outro \_\_\_\_\_

**VS17- Energia elétrica** 1-  Sim 2-  Não

**VS18- Caso positivo, fornecido por:** 1-  Gerador próprio 2-  GEA 3-  Prefeitura ou 99-

**VS20- Tempo de fornecimento:** \_\_\_\_\_ ou 99

1- (até 2h) 2- (até 4h) 3- (até 6 h) 4- (até 24 h)

**VS20a:**

Bens: 1-  geladeira /freezer 2-  fogão 3-  televisor 4-  rádio 5-  animal de carga 6-  trator

7-  automóvel 8-  barco 9-  motosserra 9-  outros: \_\_\_\_\_

Benfeitorias: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**2.6. ASPECTOS SANITÁRIOS**

<b>VS23. Destino dado aos dejetos humanos:</b> 1- <input type="checkbox"/> - para fossa negra 2- <input type="checkbox"/> céu aberto, 3- <input type="checkbox"/> para fossa biológica (séptica)
<b>VS24- Condições da água para o consumo humano:</b> 1- <input type="checkbox"/> consumida do rio/ou Igarapé com tratamento 2- <input type="checkbox"/> consumida do rio/ou Igarapé sem tratamento 3- <input type="checkbox"/> consumida do poço com tratamento 4- <input type="checkbox"/> consumida do poço sem tratamento
<b>VS25- Distância da fossa para o poço /ou rio _____ metros</b>
<b>VS26. Destino dado ao lixo domiciliar:</b> 1- <input type="checkbox"/> - jogado na superfície de terra 2- <input type="checkbox"/> - leito do rio 3- <input type="checkbox"/> - queimado 4- <input type="checkbox"/> - enterrado 5- <input type="checkbox"/> - existência de coleta de lixo

**3. INDICADORES ECONÔMICOS e ESTRUTURA PRODUTIVA (VE)****3.1. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA:**

## 3.1.1. Utilização da Terra

Formas de Uso	Unidade de área	Quantidade	Pragas
(VE1.1). Com culturas temporárias Quais:			
(VE1.2). Com culturas permanentes (pés, linhas, ha etc.) Quais:			
VE1.3. Com pastagem nativa			
VE1.4. Com pastagem formada			
VE1.5. Área de capoeira			
VE1.6. Área de floresta nativa			
VE1.7. Outras áreas			

Obs: \_\_\_\_\_

### 3.2. COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

VE4. Está conseguindo vender com regularidade a sua produção? 1-  sim 2-  não

VE5. Não. Por quê? \_\_\_\_\_ ou 99.

VE6. Sim. Com que regularidade? 1-  Quinzenal 2-  Mensal 3-  semanal

VE7. Faturamento (atividade rural) no verão? Menor valor: \_\_\_\_\_ Maior valor: \_\_\_\_\_

VE8. Faturamento (atividade rural)? Menor valor: \_\_\_\_\_ Maior valor: \_\_\_\_\_

VE9. Quais os meios de transporte utilizado (comercialização)? 1-  Particular/Fretado  
2-  do Estado 3-  Associação 4-  Próprio

VE10. Locais de venda da produção? 1-  na propriedade ou comunidade 2-  Macapá  
3-  Santana 4-  outros: \_\_\_\_\_

### 3.3. EXTRATIVISMO VEGETAL

VE11- Extração comercial de madeira: 1-  sim 2-  não

VE12- Caso positivo: Principais espécies: (listar) 99  Não é o caso

VE13- Local de extração: 1-  Dentro do estabelecimento 2-  Fora do estabelecimento 99

VE14- Destinação: 1-  carvão 2-  serraria/comunidade 3-  lenha 4-  madeiro  outros 99

VE15. Outras formas extrativas vegetais: 1-  SIM 2-  NÃO

VE16. Caso positivo (listar):

**VE17.** Recebe assistência técnica? 1- SIM 2- NÃO

**VE18.** Caso positivo, de quem? 1- RURAP 2- INCRA 3- TERRAP 3- Prefeitura Outro  
Regularidade e tipo de assistência

Nome da Instituição	VE19. Com que frequência	VE20. Tipo de assistência técnica prestada:
RURAP		
INCRA		
TERRAP		
PREFEITURA		

### 3.5. Composição e Rendimentos (ano \_\_\_\_\_).

**VS21-** N<sup>o</sup> de participantes (família) efetivo na produção: \_\_\_\_\_

**VE22-** Contrata mão-de-obra? 1- sim; 2- não.

**VE23-** Quantos? \_\_\_\_\_ ou 99

### VE24- Produção e receita agrícola

Produtos	Quantidade			Valor Unitário
	Unidade (*)	Quant. Vendida (A)	Quant. Consumida (B)	
Farinha				
Macaxeira				
Milho				

\* unidade: 1-saco (60x1) 2-cacho 3-hectolitro 4- Kg 5- unitário

### VE25. Produção e receita extrativista

Produtos	Quantidade			Valor Unitário
	Unidade (*)	Quant. Vendida (A)	Quant. Consumida (B)	
Camarão				
Açaí				
Caça				
Peixe				

\* unidade: 1- lata 2- Litro 3- hectolitro 4-Kg 5- Saca 6- Tora

VE26. Principais espécies de pescado (listar) OU 99

VE26a. Principais espécies de caça (listar) ou 99

VE27. Receita: Pequenos animais

Discriminação	Quantidade		Valor Unitário
	Unidade	Vendida	
Galinha			
Porco			

VE28. Outras receitas (Anual - 1999)

Discriminação	Valor (R\$)
VE28.1. Aluguel de animais /ou equipamentos	
VE28.2 Aposentadoria e/ou pensões recebidas ( mensal: R\$	
VE28.3 Doações	
VE28.4 Venda de mão-de-obra para atividade rural	
VE28.5 Venda de mão-de-obra para outras atividades	
VE28.6 Outras (especificar)	

### 3.6. CRÉDITO RURAL

VE29. Teve financiamento de crédito rural? 1-  Sim 2-  Não

VE29.1. Em caso positivo, ano \_\_\_\_\_ ou 99

VE29.2. Finalidade? \_\_\_\_\_ ou 99

VE30. Em caso negativo, por quê?

1-  Não precisa

2-  Juros altos

3-  Não possui os requisitos exigidos, quais: \_\_\_\_\_

4-  Outros motivos (especificar) \_\_\_\_\_

ou 99

**Ambientes de intervenção****ANO 2020 (ANO AGRÍCOLA 2019/2020)****VMS12.** Área desmatada (mata primária) para o plantio de 2000 \_\_\_\_\_ (hect, tarefa ou linha)**VMS13.** Área de capoeira utilizada para o plantio de 2000 \_\_\_\_\_ (hect, tarefa ou linha)**ANO 2020 (ANO AGRÍCOLA 2019/2020)****VMS13a.** Área desmatada (mata primária) para o plantio de 2001: \_\_\_\_\_ (hect, tarefa ou linha)**VMS14.** Usou área de capoeira para o plantio de 2001, quanto? \_\_\_\_\_**VMS15.** Quantidade de área de mata primária desmatada durante a sua permanência? \_\_\_\_\_**VMS15A-** Qual era o tamanho da Área de mata primária na data do início de sua ocupação: \_\_\_\_\_**VMS16.** Quantas vezes planta (roçado) na mesma área (sem intervalo)? \_\_\_\_\_**VMS17.** Como tem sido a regularidade da produção:1-  aumentando 2-  a mesma coisa 3-  Diminuindo

**5. Tem recebido algum tipo de apoio:**

**VMS18.** Municipal: 1- SIM 2- NÃO,  
quais? \_\_\_\_\_

**VMS19.** Estadual: 1- SIM 2- NÃO  
quais? \_\_\_\_\_

**VMS20.** 1- associação 2- cooperativa 3- ONGs  
Outras: \_\_\_\_\_

**Sugestões para o maior desempenho da propriedade**

1- -Melhorar o preço dos produtos

2- -Combater a praga /transporte permanente do setor público / melhorar estrada

3- -Financiamento sem burocracia para agricultura e pecuária

4- -Financiamento e maior atenção dos órgãos públicos

5- -Documentação definitiva da terra

Outras: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – FAMÍLIAS AGROEXTRATIVISTAS (VÁRZEA DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO)

#### I - SOBRE OS IMPACTOS DO MANEJO

1) **Na sua opinião**, do ano 2000 até hoje, que espécies de árvores diminuíram ou desapareceram? se possível, consultar os mais velhos da família.

2) Ocorre erosão e/ou assoreamento em sua propriedade? **Na sua opinião** qual é a causa?

#### II - SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 – RESPONDIDO PELA FAMÍLIA (desde o início até o momento):

1) A família conseguiu se isolar em casa durante a pandemia?

2) Houve casos de covid-19 na família?

3) Utilizou plantas medicinais para tratar da covid-19? Quais?

4) Quais os meios de comunicação para se informar sobre a covid-19?

5) Qual a principal dificuldade relativa à produção de açaí durante a pandemia? Coleta/transporte etc.

6) Se houve perda na produção, relatar o percentual no mesmo período antes da pandemia.

7) Se houve redução na venda, isso afetou a alimentação da família? Relatar se faltou alimentos, se os produtos que produz e/ou criação de animais foram suficientes para abastecer a família.

8) Recebeu apoio durante a pandemia? De quem? Que tipo de apoio? Auxílio emergencial, cestas básicas etc.

9) Que outros problemas foram acarretados pela pandemia? Conflitos na família etc.



**ITENS III A VI – PERGUNTAR SOMENTE PARA AS MULHERES (esposas/filhas)****III – PARTICIPAÇÃO DA MULHER NOS ESPAÇOS DE DECISÃO E NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS**

- 1) Possui DAP mulher?
- 2) Possui algum bem em seu nome?
- 3) Quem da família administra o dinheiro adquirido na produção?
- 4) As decisões sobre o que fazer com o dinheiro da produção é discutido entre os cônjuges?
- 5) Os homens da família participam do trabalho doméstico? Citar alguns.
- 6) Que tarefas são realizadas pelos homens e mulheres no trabalho do quintal? Citar o que faz cada um.
- 7) Nas atividades específicas sobre o açaí, qual atividade cabe às mulheres?
- 8) Que outras atividades produtivas as mulheres realizam? Os homens da família participam dessa atividade?
- 9) Participa de alguma organização social? Em qual função?
- 10) Realizou alguma capacitação nos últimos 3 anos (liderança, negociação, tomada de decisões, incidência política, planejamento de projetos produtivos)?

**IV – ALIMENTAÇÃO**

- 1) Qual a origem dos alimentos consumidos pela família? (supermercados, produção própria, mercearias da comunidade etc.)
- 2) Quais os principais alimentos adquiridos em mercados fora da comunidade (ao mês)?
- 3) No total da alimentação, qual o percentual de alimentos adquiridos em mercados fora da comunidade (ao mês)?
- 4) Qual o percentual da renda da família na aquisição de alimentos (ao mês)?

**V- DOCUMENTO DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP E ACESSO AO CRÉDITO**

- 1) Possui DAP? Qual?
- 2) Está ativa? Se negativa, desde quando e por quê?
- 3) Já acessou algum crédito para agricultura familiar ou pescador/a? Para quê? Ano do acesso.

**VI – LAZER**

- 1) A família participa de alguma atividade de lazer?
- 2) Quais atividades de lazer?
- 3) Quem participa das atividades de lazer na família?

## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (ADAPTADO)  
(RESOLUÇÃO 466/2012 CNS/CONEP)

Para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação:

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá  
Rodovia JK Km 02 – Bairro Marco Zero do Equador – Macapá-AP.  
Telefones do CEP: 4009-2804 / 40092805  
Email: [cep@unifap.br](mailto:cep@unifap.br) / [raphaellebio@yahoo.com.br](mailto:raphaellebio@yahoo.com.br)  
Whatsapp: (96) 99145-9214  
Email da pesquisadora: [luciatereza@yahoo.com.br](mailto:luciatereza@yahoo.com.br)

O Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado **“AGROEXTRATIVISMO E IMPACTOS DA VALORIZAÇÃO DO AÇAÍ (*Euterpe Oleracea* Mart.) EM FAMÍLIAS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO”** cujo objetivo é analisar as principais transformações socioeconômicas e ambientais da valorização do açaí para as famílias ribeirinhas no estuário amazônico. Para realizar o estudo será necessário que o (a) Sr.(a) se disponibilize a participar das entrevistas, agendadas a sua conveniência (de acordo com o seu tempo e disponibilidade. Os riscos da sua participação nesta pesquisa será de trazer insegurança na hora da entrevista e/ou na aplicação de questionários. As informações coletadas serão utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual o(a) Sr.(a) receberá uma cópia.

O(a) Sr.(a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Eu \_\_\_\_\_ (nome por extenso) declaro que após ter sido esclarecido (a) pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada **“Agroextrativismo e impactos da valorização do açaí (*Euterpe Oleracea* Mart.) em famílias do Estuário Amazônico.”**

Macapá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário  
Telefone Celular (96) 99145 9214

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

Caso o participante esteja impossibilitado de assinar: Eu \_\_\_\_\_, abaixo assinado, confirmo a leitura do presente termo na íntegra para o(a) participante \_\_\_\_\_, o(a) qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa e utilizou a sua impressão digital (abaixo) para confirmar a participação.